

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS

CRISTIANE PEREIRA DE MORAIS E SOUSA

**DISCURSO E MÍDIA: O MOTE DO DESARMAMENTO
EM *VEJA* E *ISTOÉ***

**TRÊS LAGOAS - MS
2008**

ESPECIAL



1ª
Razão para votar
NÃO

“A polícia está sucateada”

No início do mês, três bandidos armados obrigaram o taxista cearense **José Lúcio Ferreira Alves** a entrar no porta-malas do seu carro. Nesse dia, ele tinha deixado sua arma em casa. Depois de duas horas rodando, foi deixado na periferia de Fortaleza, abriu o porta-malas e saiu. “Levaram celular, dinheiro e som”, diz. Agora o taxista anda com medo da própria sombra e crê que só quem passou por uma situação semelhante sabe o que é ter a vida nas mãos de bandidos. “Não gosto de violência, mas se o ladrão sabe que você não tem como se defender, fica mais ousado. Devemos andar armados até os dentes porque a polícia há muito tempo está sucateada, despreparada ou corrompida. Estamos num verdadeiro inferno, onde cada um que tome conta de si e Deus proteja todos.”

Maior tráfico de armas

A enfermeira **Lenice Silva Caffé**, 53 anos, é a mãe de Felipe, o jovem que foi assassinado no final de 2003 quando acampava com a namorada Liana Friedenbach, no Embu, cidade do interior de São Paulo. O crime, na época, abalou o País. E para Lenice é um triste exemplo do estrago que uma arma faz nas mãos de um bandido. “O tráfico ilegal de armas já mata muita gente. Se o governo desarmar a população, estará armando os bandidos”, diz. “Hoje estima-se que existam 20 milhões de armas ilegais no Brasil. Já imaginou quantas existirão se a ilegalidade for a única forma de consegui-las?”

2ª
Razão para votar
NÃO

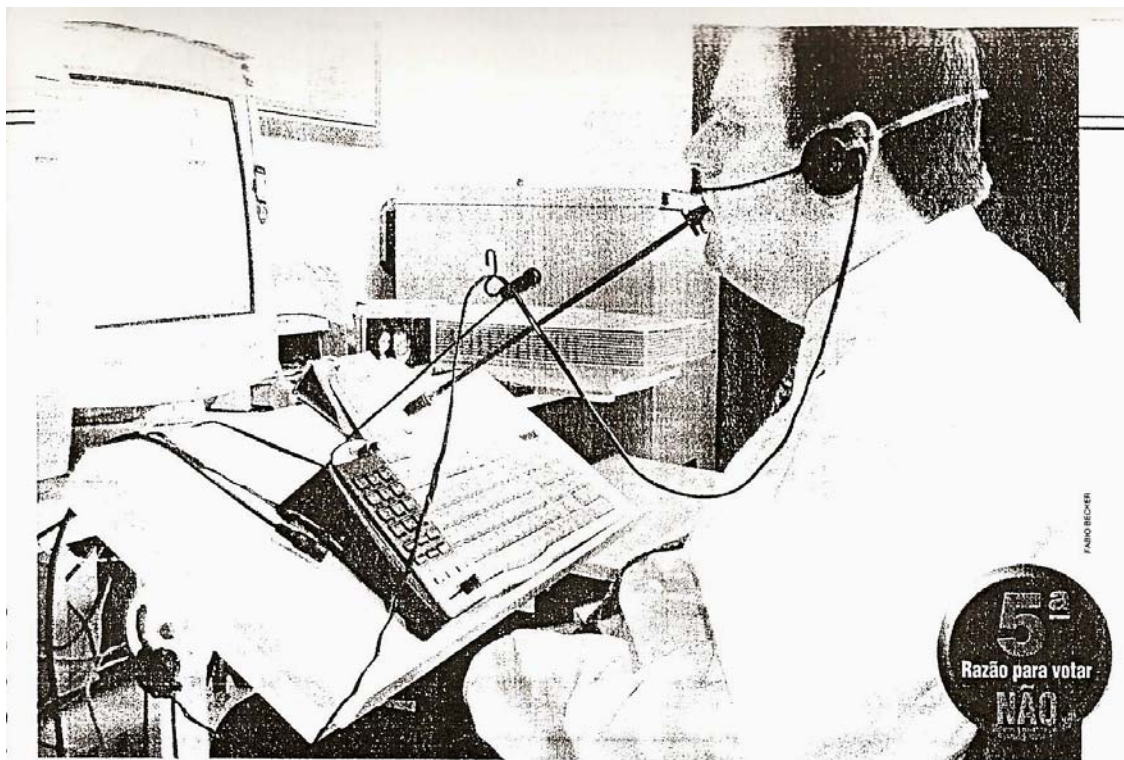


3ª
Razão para votar
NÃO

“E depois, que direito vão nos tirar?”

Setembro, 1999, o estudante de jornalismo **Rodrigo Damús**, 20 anos, deixa a casa da namorada, na zona sul de São Paulo. Ao entrar com seu Gol 95 na avenida Giovanni Gronchi, região visada por assaltantes, quatro bandidos o cercam. Ele puxa o freio de mão e se abaixa para tirar o cinto de segurança. Nessa hora, ouve-se um tiro. “A bala entrou na axila e trespassou o que o Rodrigo tinha de melhor, o coração”, conta o pai, **Jorge Damús Filho**, 50 anos, empresário do setor de segurança. Para ele, que dia 23 votará NÃO, a proibição das armas não combate a criminalidade. “Querem desarmar os cidadãos honestos. E depois, que direito vão nos tirar? Enquanto eles fazem um carnaval pelo SIM, nós choramos nossos filhos mortos por armas ilegais”, revolta-se Damús.

ISTOÉ/1978-12/10/2005



Bandido ferido

Em julho de 2001, o chileno **Renê Massis**, 51 anos, executivo da área de seguros, no Brasil há 30 anos, foi ao aeroporto internacional de Guarulhos buscar um amigo de infância que chegava de Nova York. Ao retornar à casa, foi parar o carro para abrir a garagem e notou que um Palio vinha de ré em sua direção. Acostumado a andar armado, Massis pegou seu revólver calibre 38 e aguardou a abordagem. O bandido anunciou o assalto, o executivo mandou bala. Ferido, ele fugiu e Massis não soube se foi capturado.

"O que sei é que aquele foi o momento mais tenso da minha vida", diz. O executivo, por ser estrangeiro, não votará no dia 23, mas é radicalmente contra a proibição do porte de armas. Para ele, se o Estado não dá segurança à população, a proibição do comércio de armas não faz sentido.



▲ Direito de defesa

Ele digita as palavras pelo msn (programa de mensagem instantânea pela internet) como se fosse expert em datilografia. Por telefone, fala com voz alegre, como se tivesse vindo ao mundo a passeio. Ao vivo e em cores, entretanto, a vida do gaúcho **Fabio Becker**, 30 anos, é bem diferente. Aos 14 anos, o técnico em eletrônica foi vítima de uma arma disparada por um colega, dois dias depois da cerimônia de sua formatura do ensino fundamental. "Ele só ia me mostrar as armas que o pai colecionava", recorda Becker, que foi atingido nas costas, quando conversava com outro amigo "Na hora, pensei que ele tivesse atingido o outro colega que estava presente, mas, quando percebi, não mexia os olhos, a cabeça e não falava", conta. Depois de 72 dias de hospital (metade deles na UTI), Becker retornou à casa tetraplégico. Atualmente, ele dirige uma empresa de equipamentos médico-hospitais em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, e namora uma médica. Sua foto (acima) foi Becker que fez. Para ele não há o que não possa ser feito. Ou melhor, há: se o SIM vencer o referendo, ele e todos os cidadãos de bem perderão seu direito de defesa. "Desarmar o cidadão não é solução. Sou NÃO, convicto", diz.



MAX G. PRATO

dirigia o carro. Danilo estava apenas no lugar errado. O criminoso foi preso e solto e agora, Fumiyo já sabe, está morto. Caiu com o carro numa ribanceira no litoral paulista, supostamente dirigindo bêbado. Segundo soube, seu corpo foi levado de avião até o Mato Grosso. "Me disseram que era um bandido poderoso. Foi a justiça divina. Mas eu queria que ele estivesse vivo, pagasse pelo que fez e sentisse remorso. Minha saudade só aumenta." Na sua busca de justiça, Fumiyo recebeu ameaças, gravadas em sua secretária eletrônica. Ela vota NÃO. "Os bandidos vão ficar fortalecidos. Querem desamarrar o lado mais fraco."

Colaboraram: Aécio Santiago, Felipe Gil, Madi Rodrigues e Rosana Rodini

é que ela vai aumentar o mercado negro e o contrabando de armas. Como é possível impedir que isso aconteça?

Fraga — Claro que essa proibição, se aprovada, vai aumentar o mercado negro. A verdade é que as armas que matam são as ilegais, e não as em poder dos cidadãos de bem. Sobre o contrabando de armas, ele se combate é nas fronteiras, com ações concretas da Polícia Federal e das Forças Armadas.

FRAGA, DO NÃO: "As armas que matam são as ilegais"

A opinião do especialista

Desde a época colonial, o Brasil sempre teve, culturalmente ou não, um número grande de armas de fogo. Até algumas décadas atrás, o número de armas era maior nas mãos das pessoas de bem. Hoje, a relação é invertida e estima-se que, para cada arma nas mãos de um cidadão de bem, 20 estejam na criminalidade. Sou radicalmente contra civis portando armas, mas aceito a posse legal, levando-se em conta que a legislação hoje em vigor é uma das mais restritas do mundo. Os argumentos apresentados pelos dois lados do referendo são, na maioria, frágeis, porque as pesquisas utilizadas não são confiáveis ou são mal interpretadas. Pesquisas dependem da coleta de dados de qualidade. As pesquisas da ONU utilizadas pelo pessoal do SIM, por exemplo, colheram dados basicamente de ONGs, muitas vezes duvidosas, baseadas no Brasil, e das Secretarias de Segurança Pública, que dispõem de dados através de metodologias

discutíveis. Além disso, o índice de subnotificação de ocorrências é altíssimo. Tudo isso, sem contar a má leitura das mesmas pesquisas. Exemplo disso é que a mesma pesquisa que demonstra a queda de mortes causadas por armas de fogo nos últimos meses também relata que houve a mesma diminuição de mortes causadas por armas brancas. E, que eu saiba, não temos campanhas de desarmamento nem referendo para esse tipo de armas. Também fala-se que, de cada dez armas apreendidas nas mãos de bandidos, oito foram roubadas ou furtadas de civis. A realidade é que, se você excetuar armas subtraídas de empresas de seguran-

ça (que estão fora do referendo), o índice cai para 0,17% do total, segundo um trabalho realizado no Rio Grande do Sul, Estado que tem mais armas legais no Brasil. Desde meados de 1995, quando o porte ilegal de armas deixou de ser contravenção penal, passando a ser considerado crime, e as restrições para compra legal aumentaram exponencialmente, as vendas de armas e munição caíram 95% em todo País, mas a criminalidade dobrou. Esclarecemos ainda que em 2004 foram vendidas legalmente no Brasil, 1.229 armas. Estima-se que, no mesmo período, tenham entrado no Brasil, ilegalmente, 20 mil armas. Se o SIM prevalecer, as pessoas que têm armas legalizadas poderão mantê-las. Mas, quando acabar ou vencer a munição, onde irão obtê-las?

Se o SIM prevalecer, as pessoas que têm armas legalizadas poderão mantê-las. Mas, quando acabar ou vencer a munição, onde irão obtê-las?

O Brasil é o único país no mundo que faz fronteira com dez países, a maioria problemáticos. Eu, evidentemente, prefiro que as pessoas que convictamente, erradas ou não, queiram armas, que as tenham de maneira legal e identificáveis. O bom senso nos leva a crer que o correto e mais seguro seria desarmar a população espontaneamente, com campanhas maciças, blitz intensivas nas áreas urbanas, além de "fechar" nossas fronteiras. Finalmente, não podemos levar a sério um governo que não protege seus cidadãos, que gastará em torno de R\$ 240 milhões para realizar o referendo, mas que gastou míseros R\$ 165 milhões, no último ano, em segurança pública em todo o País.

Ricardo Chilelli, oficial reformado das Forças Armadas e especialista em segurança.

Eu, evidentemente, prefiro que as pessoas que convictamente, erradas ou não, queiram armas, que as tenham de maneira legal e identificáveis. O bom senso nos leva a crer que o correto e mais seguro seria desarmar a população espontaneamente, com campanhas maciças, blitz intensivas nas áreas urbanas, além de "fechar" nossas fronteiras. Finalmente, não podemos levar a sério um governo que não protege seus cidadãos, que gastará em torno de R\$ 240 milhões para realizar o referendo, mas que gastou míseros R\$ 165 milhões, no último ano, em segurança pública em todo o País.

Ricardo Chilelli, oficial reformado das Forças Armadas e especialista em segurança.

BRASIL



Com a vitória do SIM, fabricantes de armas vão

Um dos aspectos que marcaram mais na população – e isso se reflete nas conversas nos locais de trabalho e nos bares – foi a opção do NÃO tratar a questão não apenas como uma simples proibição da venda de armas, mas sim como a anulação de um direito do cidadão de se defender. “Sempre disse que nossa campanha não tinha estrelas. Que o astro era o povo”, afirma o líder do NÃO, deputado federal Alberto Fraga (PFL-DF). Ex-coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Fraga, que foi muito ativo antes de a campanha começar, participando, com seu estilo voluntarioso, de debates em qualquer lugar onde fosse convidado, foi afastado das telas quando o programa de tevê começou, substituído por uma jornalista de fala mansa. Ele não tem dúvidas que a campanha do NÃO está dando certo. “Saímos de uma posição minoritária, lá embaixo. E agora é a própria frente do SIM que já admite um empate técnico”, não escondendo a satisfação com dados internos que mostram o NÃO na frente. Mentor intelectual da campanha do



FRAGA Estilo voluntarioso afastado

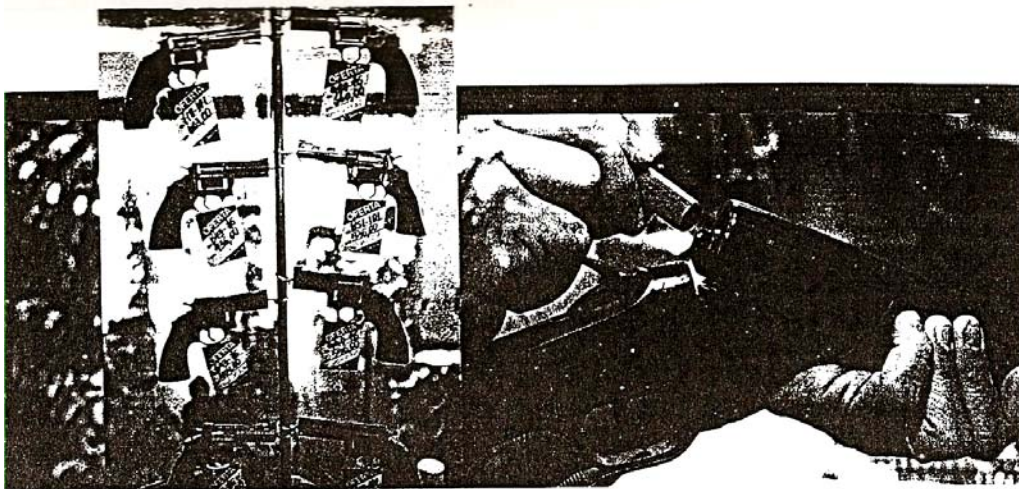
O QUE VOCÊ PRECISA SABER

O resultado do referendo poderá provocar uma onda de demissões em massa nas indústrias de armas e munição?

Não. No ano passado, foram legalmente vendidas 1.014 armas para civis e este ano foram vendidas menos de 400 armas para cidadãos comuns. O comércio incipiente é fruto do rigor do Estatuto do Desarmamento aprovado em dezembro de 2003. E, se dependesse de um consumo tão incipiente, a indústria de armas já teria quebrado. As exportações destas empresas estão acima dos 70% e mesmo com a vitória do SIM elas continuarão vendendo livremente para fora do Brasil. A Taurus, por exemplo, exporta 40% de sua produção para os Estados Unidos. Há ainda o chamado mercado interno oficial. Ou seja, de policiais, integrantes das Forças Armadas e funcionários de empresas de segurança que podem portar arma durante o serviço. Do 1,2 milhão de armas legalizadas do País, apenas 400 mil estão nas mãos de civis. Mais de 800 mil estão com militares e funcionários de empresas de segurança. São armas que com o tempo terão de ser substituídas, mantendo a indústria ativa. Além disso, as fábricas de armas já iniciaram um processo de diversificação de sua linha de produção, aproveitando a tecnologia de aços especiais. Isso deverá acomodar a eventual mão-de-obra excedente que poderia ser demitida no caso da redução de fabricação de armas de fogo.

Se a venda de armas e munição for proibida, quem tem arma registrada poderá comprar munição?

Não. Quem não fizer parte de grupos de exceção, como moradores de áreas isoladas, que terão o registro de caçador, ou praticantes de tiro ao alvo, inscritos em clubes registrados nas federações de tiro, não poderá comprar munição. Vale lembrar que a munição estocada é perecível. No caso das pessoas com registro de caçador, a compra deverá ser feita diretamente no Exército, em locais a serem indicados. Os praticantes de tiro ao alvo farão a compra de munição diretamente das fábricas ou no Exército, mas sempre através das federações ou da confederação brasileira. As instituições esportivas deverão ser as depositárias da munição. Toda a munição, hoje, já é numerada, registrada e marcada, para identi-



VÍNCULO ZANTIN/ALF, ANTONIO LACERDA/RE, CARLOS MACHADO/RE, ADRIANO DE MOURA/RE

continuar exportando e abastecendo militares

ficacão posterior, em caso de uso. Essa legislação terá de ser regulamentada pelo Ministério da Justiça e referendada pelo Congresso. O deputado Alberto Fraga, do NÃO, questiona a legalidade dessa regulamentação, em caso de vitória do SIM.

Se a venda de munição for proibida, como fica a situação de quem tem arma registrada?

Se a munição em seu poder acabar, sua arma ficará sem uso, pois não poderá comprar nova munição.

O porte de arma acabou?

Sim. Seja em vitória do SIM, seja do NÃO, o porte de armas – um cidadão andar armado na rua ou portar (transportar) uma arma de um local para outro – continua proibido e é crime punido com pelo menos um ano de prisão. Se a arma for ilegal, a pena mínima passa para dois anos e o crime é inafiançável.

Os seguranças privados continuarão a usar armas?

Sim. As armas serão utilizadas exclusivamente no horário de serviço por funcionários de empresas de segurança e de transporte de valores. As armas serão armazenadas pela empresa responsável pelo arsenal.

A pergunta do referendo – o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? – é confusa?

Não. Pelo menos segundo uma pesquisa qualitativa feita pelos que defendem o SIM, 98% dos entrevistados disseram que sabem do que se trata a pergunta do referendo. A maioria dos pesquisados disse que ouviu falar do assunto pela televisão e, depois, através de conversas com amigos.

É possível anular o voto ou votar em branco?

Sim. Você vai digitar o número 1 se quiser o NÃO, que o comércio de armas de fogo e munição NÃO seja proibido no Brasil, e depois teclar CONFIRMA. Digite 2 se achar que SIM, o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido, e depois CONFIRMA. Para votar em branco, aperte a tecla BRANCO, seguida do CONFIRMA. Para anular o voto, digite qualquer outro número (menos o 1 e o 2) e em seguida aperte a tecla CONFIRMA.

NÃO, o publicitário Chico Santa Rita reafirma que pesquisas mostram uma mudança na posição do eleitorado. “Percebemos que os argumentos em defesa dos direitos e da liberdade do cidadão foram muito bem recebidos”, garante.

No lado do SIM, a expectativa é pelo desempenho nos últimos dias de campanha gratuita. O dado mais importante é que pesquisas qualitativas mostram que começa a haver uma cristalização das intenções de voto. Cerca de 80% já teriam decidido pelo SIM ou NÃO e não mudariam mais. Sobrariam pelo menos 10% de indecisos, que serão o alvo dos programas finais. Na sexta-feira 14, o Ibope divulgou o resultado de sua pesquisa. Deu NÃO por uma diferença pequena. Para Carlos Augusto Montenegro, presidente do Ibope, “isso se deve à campanha da tevê”. Ele acredita também que pode ter havido algum ingrediente de protesto. “O governo está em crise e a população tende a protestar. O NÃO é uma alternativa que representa a insatisfação.” ■

Colaboraram: Francisco Alves Filho (RJ) Rodrigo Rangel (Brasília)



RENAN Troca de marqueteiros

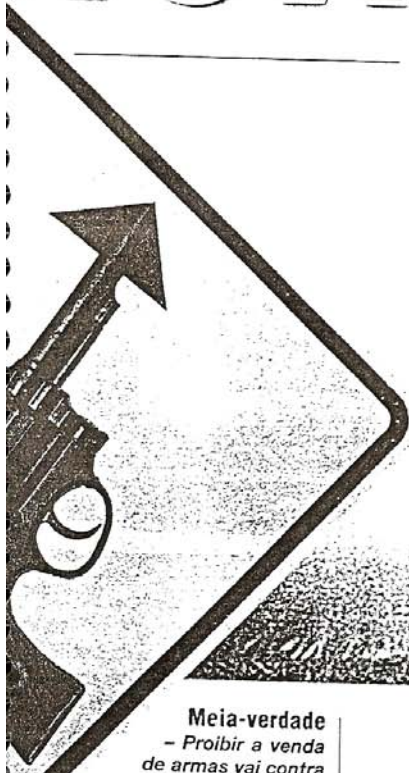
HORA

REFERENDO

Após uma campanha confusa e inflamada, os eleitores levam às urnas dúvidas sobre as implicações do sim e do não

CAMILO VANNUCHI E RITA MORAES

Tempo esgotado. Neste domingo 23, 122 milhões de eleitores brasileiros comparecem às urnas para decidir se o comércio de armas e munição fica ou não proibido no Brasil. Os lances estão dados, apesar de a campanha feita pelas frentes parlamentares pelo sim e pelo não ter se pautado por exageros, equívocos e forte apelo emocional. Um lado endemonizou a arma e o outro gerou na população o desejo de se armar. Na Polícia Federal de São Paulo, os pedidos de autorização para compra de armas cresceram 50% desde o início da campanha. Na reta final, a propaganda do não se firmou na tecla da defesa de um direito, enquanto a campanha do sim abusou do prestígio de líderes religiosos. O tiro saiu pela culatra. Iniciada para referen-



Meia-verdade
- Proibir a venda de armas vai contra o direito do cidadão de ter uma arma.

Desde a aprovação do Estatuto ter uma arma é uma concessão do Estado e não um direito.

Distorção - Agricultores e moradores em áreas afastadas dizem que não podem ficar desarmados, à mercê de bandidos.

Ter armas e munição sem registro é crime. Os brasileiros só podem ter armas e comprar muni-



ção com autorização da Polícia Federal e depois de cumprir a burocracia, que inclui comprovação de idoneidade em várias instâncias oficiais, de endereço fixo e de atividade produtiva, além de exames psicotécnico, de manuseio e de legislação, nos quais pessoas com pouca instrução terão dificuldades de obter aprovação. Só o fato de morar afastado não dá direito a ter armas.

Exagero - Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical, afirma que "eles"

querem desarmar as pessoas de bem e que o bandido entrará nas casas para roubar e estuprar com a certeza de que não há armas.

O referendo faz parte de um movimento de desarmamento, criado a partir do Estatuto que foi aprovado com o intuito de diminuir a violência no País. Não é verdade que o bandido saberá que o cidadão não tem armas, pois quem tem uma arma não será obrigado a devolvê-la.



ARTE: MÔNICA SORIAL

Retrospectiva 2005

BRASIL



O Brasil disse sim às armas

"O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?" Essa pergunta, formulada de maneira confusa, provocou acaloradas e nem sempre pacíficas discussões pelo País afora. Para resolver essa questão, quase 100 milhões de eleitores foram às urnas em 23 de outubro votar no referendo sobre a comercialização de armas no País. Destes, 63,94% decidiram que a venda não deveria ser proibida. Outros 36,06% optaram pela proibição. A abstenção foi de 21,85%, pouco maior que as registradas nas últimas eleições. Nem a participação de vários artistas famosos foi capaz de virar o jogo para o "sim". Venceu a tese, apoiada pelos fabricantes de armas, de que a proibição feria o direito de cada brasileiro de adquirir ou não uma arma de fogo. Um dos principais argumentos do "não" era o de que a violência praticada com as armas não estaria diretamente vinculada à comercialização, e que, se a proibição passasse, só os bandidos ficariam armados. Analistas argumentaram ainda que o resultado foi um protesto à política (ou à falta de uma) de segurança pública do País.

CARTAS DE ISTOÉ

evidencia uma elevação do ativo, que saltou de R\$ 4.161.732 para R\$ 4.778.382. A comparação do total de ativos e o valor de recursos contingenciados com o passivo da CPTrans revela, no final das contas, um saldo positivo de R\$ 32 mil relativo a patrimônio líquido. Em relação às despesas do município com ações de marketing e publicidade, a Secretaria de Controle Interno informa não ter recebido qualquer notificação do Tribunal de Contas do Estado sobre a alegada "investigação" em torno de gastos com serviços do gênero. Também está equivocada a informação de que o TCE "investiga" a reurbanização da rua 16 de Março. A obra, na verdade, já passou por duas inspeções ordinárias do tribunal, sem que o órgão tivesse expedido qualquer determinação ao município. Para registro, informamos que a licitação e a execução da reurbanização da rua 16 de Março foi iniciada antes da aliança firmada com o PTB e concluída duas semanas após este fato se consumir, não havendo, portanto, qualquer relação entre uma coisa e outra. Sobre a renovação das permissões das empresas de ônibus, acordo este homologado pela Justiça, tal providência permitiu que Petrópolis se tornasse uma das poucas cidades brasileiras a oferecer a gratuidade no sistema de transportes coletivos para estudantes do ensino médio da rede pública, motivo de orgulho para a cidade. É válido ainda frisar que Petrópolis – também ao contrário do que considera a reportagem – vive um grande momento de sua história. O turismo responde por 7% do PIB municipal; a rede hoteleira cresceu 57% nos últimos dois anos; de setembro de 2003 até agora, os investimentos privados atingiram o patamar de R\$ 260 milhões graças a uma lei de incentivos fiscais criada pelo prefeito Ru-

bens Bomtempo, reeleito com 53% dos votos no primeiro turno das eleições de 2004 através de uma aliança que reuniu nove partidos. No ano passado, Bomtempo recebeu da Unesco o título de Prefeito Amigo da Criança, e, do Sebrae, o selo de Prefeito Empreendedor; por duas ocasiões, a austeridade do governo municipal mereceu certificado de responsabilidade fiscal do insuspeito Conselho Federal de Contabilidade. A credibilidade do governo pode ser comprovada por iniciativas bem-sucedidas, como o Programa Cesta Básica, de combate à fome, ou o Programa de Saúde da Família, que já atende a quase metade da população da cidade, ou pelo fato de Petrópolis ser a primeira cidade serrana do Brasil a poder contar com o gás natural, entre outras ações. Por tudo isso, Bomtempo situa-se hoje entre os chefes de executivo municipal mais bem avaliados do País. Por fim, a Coordenadoria de Comunicação Social lamenta não ter sido ouvida durante a apuração da matéria, e coloca-se à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

ANA FLORES

Coordenadora de Comunicação Social
Prefeitura de Petrópolis
Petrópolis – RJ

ISTOÉ responde: Em 2003, as demonstrações contábeis da CPTrans registraram prejuízo de R\$ 139 mil. O passivo (dívidas e obrigações a pagar) era de R\$ 3,5 milhões e prejuízos acumulados de R\$ 335 mil. Para o exercício social encerrado em 31/12/2004, as demonstrações contábeis da CPTrans registraram prejuízo de R\$ 412 mil, ou seja, quase três vezes superior ao de 2003. Já o passivo era de R\$ 5,1 milhões (R\$ 1,6 milhão superior ao montante registrado em 2003), com crescimento de 45% em relação ao ano anterior. Em 2004, o passivo a descoberto (dívidas superiores aos bens e direitos) foi de R\$ 300 mil, o que demonstra que a empresa não tem recursos para liquidar seus compromissos. ISTOÉ possui cópia dos processos do TCE 204.688-0/04 que trata dos abusivos contratos de marketing estabelecidos pela Prefeitura de Petrópolis e do 231.351/2004, referente às obras da rua 16 de Março. A revista elogia a gratuidade dos transportes públicos para estudantes, mas volta a frisar que ela foi estabelecida por métodos ilegais, sob a análise do TCE no processo 231.378-2/04.

■ Mara Cristina de Lucia

Gostei muito da entrevista "A ditadura do corpo" (ISTOÉ 1865), com a psicóloga Mara Cristina de Lucia. O danado é que a sociedade contemporânea impõe de maneira categórica e nós não percebemos que por trás

há uma apelo puramente comercial. Hoje, fica difícil o equilíbrio do corpo com a mente, o velho slogan mens sana in corpore sano já não faz sentido.

ISAAC SOARES DE LIMA
Maceió – AL

■ Desarmamento

Gostaria de parabenizá-los pela reportagem, na qual ficam evidentes os dois lados da questão sobre a proibição ao uso de armas pelos civis. O autor demonstra imparcialidade sobre o assunto, qualidade pouco observada em outras revistas. Não acredito que a simples proibição acarretará diminuição da violência, pelo contrário, poderá gerar – como já expôs a revista – mais lucros aos traficantes. Contrariamente à coerção, que apenas onera os gastos do Estado contra as atividades ilegais, sem a resolução real da questão, investimentos, por parte do governo, em melhorias na educação, na formação cultural e intelectual brasileira, com consequente inclusão social, seriam mais interessantes. Entretanto, essa, com certeza, não é a opinião dos políticos – deputados e senadores – que foram eleitos pela ignorância e ingenuidade de grande parte da população. "Duelo nas urnas" (ISTOÉ 1865).

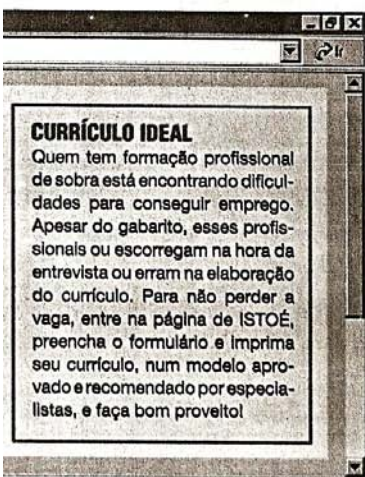
AMANDA CRISTINA BRAGA DE OLIVEIRA
Divinópolis – MG

■ Terrorismo

O islamismo não é só religião. É também cultura. Logo, é insuficiente definir os muçulmanos como sendo, apenas, seguidores do profeta Maomé e devotos a Alá. Mais de um bilhão de pessoas no mundo são muçulmanas. Dentro desse grupo há pessoas das mais variadas índoles. Gente pobre de espírito, generosa, terrorista, pacífica, má, do bem; enfim, portadoras de qualidades que caracterizam os indivíduos em geral. Essas lembranças são especialmente oportunas no momento em que a população de Londres se vê vítima de uma violência cuja autoria é atribuída a grupo terrorista islâmico. O crime ocorrido merece veemente repúdio por parte de todos os que lutam pela paz no mundo. E muitos dos indignados com tanta crueldade são muçulmanos. "À espera do próximo atentado" (ISTOÉ 1865).

IMAD ALI NASSER
São Paulo – SP

Cartas para esta seção, com endereço, número do RG e telefone, devem ser remetidas para: Diretor de Redação, ISTOÉ, Rua William Speers, 1.088, Lapa, São Paulo, CEP 05067-900. FAX: (11) 3618-4324. As cartas poderão ser editadas em razão do seu tamanho ou para facilitar a compreensão.
CORREIO ELETRÔNICO: cartas@istoe.com.br



CURRÍCULO IDEAL
Quem tem formação profissional de sobra está encontrando dificuldades para conseguir emprego. Apesar do gabarito, esses profissionais ou escorregam na hora da entrevista ou erram na elaboração do currículo. Para não perder a vaga, entre na página de ISTOÉ, preencha o formulário e imprima seu currículo, num modelo aprovado e recomendado por especialistas, e faça bom proveito!

Desarmamento

Não sou assinante desta revista, mas comprei um exemplar na banca e quero, por meio desta, parabenizá-los pela alta qualidade jornalística da matéria sobre desarmamento. Vocês apostaram na inteligência do leitor e não na propaganda barata da "outra" revista de circulação nacional. É do jornalismo que a revista ISTOÉ faz que o Brasil precisa. Parabéns. "Sim? Não? Só você decide" (ISTOÉ 1878).

MARIA APARECIDA ZASSO
Juiz – RS

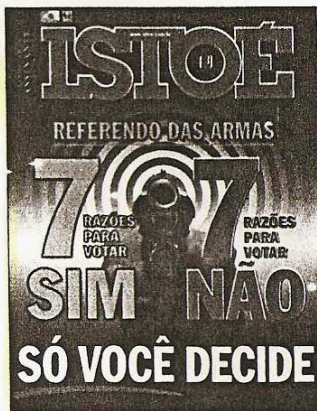
O governo tenta passar para a população a idéia falsa de que para resolver um problema basta uma lei que o proíba. As causas da violência vão muito além da arma de fogo e estão muito mais ligadas à questão social que o governo Lula não resolveu nem vai resolver. É muito mais fácil e barato proibir. A história mostra que proibir não resolve. Apenas para ilustrar, na vigência da Lei Seca nos Estados Unidos, nunca se fabricou e bebeu tanta bebida alcoólica naquele país como naquele período. Aquela lei serviu ainda para aumentar a corrupção e fortalecer economicamente o crime organizado.

GLAUCO JOSÉ CHAGAS
Curitiba – PR

A omissão do Estado na condução da segurança pública fomenta o medo na população, que tenta se defender da maneira que pode. O fato de um cidadão de bem possuir uma arma pode gerar mais segurança ou a lei de talião vai imperar? Nesse mundo cão, as armas também viraram moedas de troca. É uma indústria que se coaduna com o comércio que mais mata: as drogas.

FÁBIO MOREIRA DA SILVA
Belo Horizonte – MG

O desarmamento é apenas uma fase do verdadeiro objetivo: criar facilidades para implantar o marxismo no Brasil. O povo desarmado não terá capacidade de reação. O governo vermelho que tanto nos infelicita está passo a passo pondo em execução o decálogo de Lênin. Com o desarmamento civil o que se pretende é privar a população do seu legítimo direito à autodefesa, um verdadeiro atentado



a um princípio consagrado pela lei natural.

JOSÉ RODRIGUES NETO
Porto Alegre – RS

Eu e milhares de eleitores vamos votar no não. O governo deveria se preocupar com os malfeitores e não com o homem de bem. O dinheiro do evento poderia ser gasto em hospitais e segurança.

CARLOS A. SCHWARZ
Vitória – ES

Parabenizo ISTOÉ pela reportagem esclarecedora a respeito do Referendo das Armas. Como de costume neste país está sendo gasto um dinheiro absurdo para a elaboração do plebiscito e o mais importante – que é esclarecer a população sobre o que significa votar sim ou não – não está sendo feito. As pessoas estão confundindo a legalização do comércio de armas com a liberação do porte de armas. Estão entendendo que dizer não ao referendo implica dar ao cidadão comum o direito de andar armado nas ruas.

POLIANA DEOLINDO
Rio de Janeiro – RJ

Não basta aprovar uma lei e deixar que ela por si só desarme os que são favoráveis ao uso das armas. Para o bem ou para o mal, o referendo coloca um ponto final à polêmica sobre compra e uso de armas pelos cidadãos, e a responsabilidade de fazê-los cumprir com eficiência o que for decidido cabe às autoridades.

PAULO HIRANO
Curitiba – PR

Muito interessante a capa de ISTOÉ sobre o referendo das armas. Penso ser importante apresentar as explicações e dar os elementos para que cada cidadão possa decidir sua opção. Deus nos dotou de livre-arbítrio para exercer a nossa liberdade de pensar. Nessa linha não quero influenciar que o leitor vote sim ou não. Apenas quero registrar que a causa de tanta violência não está no fato de ter ou não uma arma. Temos é que desarmar os pensamentos de violência presentes na mente humana.

ADRIANO MACHADO PEREIRA
Belo Horizonte – MG

Diferente de alguns órgãos que claramente demonstram diariamente em suas

matéria e editoriais sua tendência e posição, ISTOÉ mais uma vez nos presentearia com excelente reportagem sobre o Referendo do desarmamento, na qual, como leitor, pude analisar os prós e os contras. Acho que a imprensa nacional deveria seguir o exemplo tratando o assunto com isenção. Parabéns.

GERALDO NARDI
São Gabriel - ES

A revista deu uma lição de dignidade e imparcialidade, quando se trata de assuntos polêmicos, políticos e de interesse de toda a coletividade. Fez realmente o que deveria se feito. Mostrar os dois lados. Não como a *Veja* que sempre traz reportagens com total parcialidade, como no caso das Sete Razões para Votar Não. Deveria estar defendendo o interesse de alguém.

DEONILDO BRAND
Realeza - PR

Em plena campanha pelo desarmamento, onde se vê a maioria dos artistas globais fazendo campanha pelo sim; a Rede Globo, incoerentemente, exibe uma novela chamada *Bang Bang*. Em todos os capítulos a gente vê armas. Mesmo havendo um contexto faroeste fica implícito o incentivo ao porte de armas de fogo.

ANA CRISTINA FAJARDO
Leopoldina - MG

Parabenizo a ISTOÉ pela aula de ética jornalística ao mostrar de maneira imparcial razões para que o eleitor decida a melhor opção de voto no Referendo das

Armas. Esse é o verdadeiro dever da imprensa: informar e não induzir.

JULIANA GERVAZONI BORDIN
São Paulo - SP

Gostaria apenas de parabenizá-los pela reportagem que no meu ponto de vista foi muito bem elaborada: mostrou os argumentos dos dois lados sem querer impor voto para ninguém.

DANIEL TACIOLI
Itatiba - SP

A campanha que vem sendo veiculada pelos meios de comunicação sobre o Referendo do comércio de armas tem atrapalhado mais do que esclarecido a opinião pública. Não deveria haver plebiscito algum, pois temos coisas bem mais importantes a decidir, até porque tudo vai permanecer como está, ou seja, a violência continuará a imperar em todos os cantos do País, infelizmente. No Brasil de hoje não há política para resolver coisa alguma.

FERNANDO AL-EGYPTO
Petrópolis - RJ

Se houvesse um pouco de seriedade não existiria sete causas a favor do sim nem sete causas a favor do não. Apenas uma seria o suficiente para colocar esta grande nação na visibilidade do eixo mundial: vergonha.

LEVI MEDEIROS DE ARAÚJO
Maceió - AL

■ Garotinho

Apesar dos opositores de Garotinho dizem erradamente que ele é um aventureiro, estamos contando com ele como op-

ção à atual política neoliberal. Com o PMDB Garotinho ganha força e o Brasil poderá elegê-lo e enfim termos um presidente competente e experiente. Com o povo ao lado de Garotinho não haverá Globo, *Veja* nem outras empresas de comunicação proneoliberalismo para impedi-lo de chegar ao planalto. "Serra é o Zé Dirceu do PSDB" (ISTOÉ 1878).

LUCIO EVANDRO S. NOBRE
Fortaleza - CE

Nada como um dia depois do outro, diz o velho ditado. Em outras épocas, a entrevista que Garotinho concedeu a ISTOÉ soaria apenas como fruto do interesse dele na eleição presidencial do ano que vem. Diante dos escabrosos escândalos que se sucedem no jeito petista de governar e com um mínimo de memória do que já vivemos em passado recente, dá para encerrar o presidencialismo do PMDB com outros olhos. Só se espera que ao lado de PT e PSDB que ele iguale, não esteja o próprio PMDB quando chegar ao poder.

OSNY MARTINS
Joinville - SC

■ São Francisco

Conheci frei Luiz no interior da Bahia, quando ainda era criança. Ele visitava constantemente minha cidade, Barreiras, e pregava em missas. Ele, com cerca de 25 anos, deixava a todos estáticos com sua evangelização libertadora. A igreja inundava de gente. Só viajava a pé, mesmo longas distâncias, de Barra para outras cidades do semi-árido baiano. Tinha uma energia e uma força internas sem igual. Apoiou candidaturas de esquerda

Endereço: <http://www.istoe.com.br>

ISTOÉ online

DRAMAS IMAGINÁRIOS?

A gravidez psicológica de Simone, personagem interpretada por Gabriela Duarte, virou atração da novela *América*. Não é à toa que os telespectadores estão interessados no assunto. Muitas vezes a mente pode criar distúrbios físicos que acabam se transformando em hipcondria, síndrome do pânico e até gravidez. Esses problemas psicológicos ocorrem quando as neuroses, comuns a todos os seres humanos, começam a se agravar transformando-se em psicopatias. O stress é um dos



fatores que mais contribuem neste processo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolveu um teste que serve como referência para avaliar suas chances de sofrer desses males. Vá ao site e confira.

HORA DE TRABALHAR

O príncipe William decidiu seguir carreira no banco HSBC. Como ele, outros herdeiros abdicaram dos negócios da família em nome de seus próprios objetivos. Saiba quem são eles no site de ISTOÉ.



DAVIS CHESKINEFE

as pessoas não conseguem ser nem ter e por causa disso o grande objetivo de vida se tornou parecer. É verdade. Estamos vendo diariamente esse tipo de comportamento nas pessoas. Somos marionetes nas mãos de pessoas de baixíssima qualidade mental e moral que nós mesmos colocamos no Congresso. Hoje ser honesto é ser babaca. Se você é um cara certinho, paga suas contas em dia, inclusive o condomínio do lugar onde mora, e deixa de trocar de carro todo ano, aos olhos de muitos você não sabe viver, você é um perfeito idiota.

ABÍLIO CESAR OLIVEIRA PITANGA
Salvador – BA

Excelente entrevista. Não conhecia Shinyashiki, mas tive imensa satisfação em saber o que pensa sobre este grande teatro que é a vida humana. Eu mesmo já fui vítima da minha mania de dizer a verdade quando trabalhei em uma grande estatal. Essa leitura me serviu de alívio, pois veio fortalecer o que sempre desconfiei: estava certo.

EDUARDO GOMES ZANFORLIN
Guarapuava – PR

Meus cumprimentos pela entrevista, em especial pelas declarações do entrevistado, com colocações e afirmações muito inteligentes e cheias de sabedoria. Após essa entrevista, fico com a certeza de que, na realidade, o Brasil necessita de mais Robertos Shinyashikis.

NELSON STADNIK FILHO
Florianópolis – SC

Parabéns pela oportuna e benéfica entrevista com Shinyashiki. É de pessoas com esse pensamento e visão que tanto carece a formação da nossa sociedade. Pretendo partilhar as argumentações com os meus alunos do curso de formação de professores em ciências, pois vejo excelentes contribuições como práticas pedagógicas. Realmente, o mundo precisa de pessoas mais simples e verdadeiras.

BARTOLOMEU A. ARRUDA
Campos dos Goytacazes – RJ

■ Armas

Por que somente referendo sobre as armas? Por que não deixam também para a população o poder de decidir sobre a transposição do rio São Francisco e sobre o destino dos deputados corruptos? Com relação aos deputados, não fomos nós que, infelizmente, os colocamos lá? Outra coisa: se há tanto dinheiro para a transposição, o governo bem que poderia transferir essa verba para a educação, área na qual falta tanto. Seria mais sensato. "Matar ou morrer" (ISTOÉ 1879).

CRISTINA VIEIRA
Belo Horizonte – MG

Quero parabenizar a revista pelas ótimas reportagens sobre o referendo das armas. Fiquei muito orgulhosa e feliz em ver que um meio de comunicação está preocupado em informar e não em tentar influenciar na decisão dos cidadãos. A televisão já cumpre este papel nos bombardeando com suas propagandas.

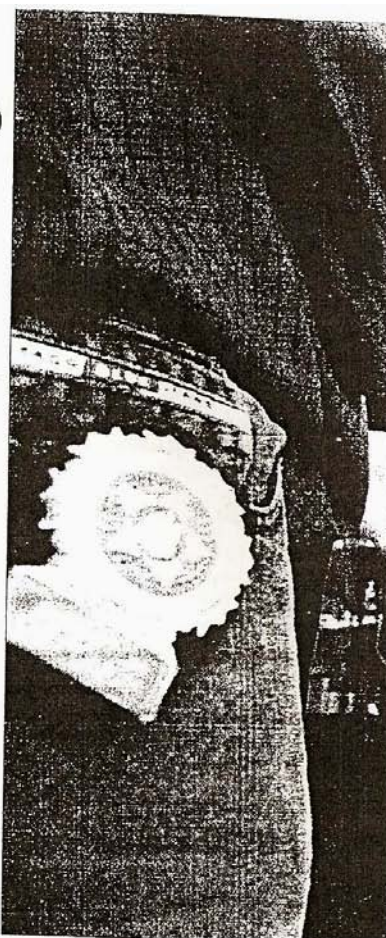
TATIANE RAMOS MORAES
Brasília – DF

3 O DESARMAMENTO DA POPULAÇÃO É HISTORICAMENTE UM DOS PILARES DO TOTALITARISMO. HITLER, STALIN, MUSSOLINI, FIDEL CASTRO E MAO TSÉ-TUNG ESTÃO ENTRE OS QUE PROIBIRAM O POVO DE POSSUIR ARMAS

Antônio Gramsci, fundador do Partido Comunista Italiano, listou o desarmamento da população entre as providências essenciais para garantir o controle totalitário da sociedade. A história mostra que restringir o acesso da população às armas é uma das primeiras medidas de qualquer regime totalitário. "A história ensina que todos os conquistadores que permitem aos povos dominados carregar armas acabam caindo", teorizou Adolf Hitler, em 1942. Hitler desarmou os alemães e os povos dos países ocupados, mas distribuiu armas entre milícias fiéis ao regime. É o mesmo que atualmente fazem Fidel Castro em Cuba e o coronel Hugo Chávez na Venezuela. "O desarmamento faz parte da filosofia comunista de que toda e qualquer liber-

dade individual deve ser abolida em benefício do Estado operário", diz Angelo Segrillo, professor de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense, do Rio de Janeiro. Nessa linha de raciocínio, Stalin, da União Soviética, Mao Tsé-tung, da China, e Pol Pot, do Camboja, desarmaram suas populações.

DESTINO ERRADO Duas senhoras cariocas entregam revólveres e pistolas à polícia durante campanha do desarmamento, em 2003. Mais de 400 000 armas foram entregues voluntariamente em todo o Brasil, mas algumas — as melhores — foram roubadas dos depósitos da polícia. Sabe-se da origem de pelo menos 83 delas, que acabaram nas mãos de bandidos de Santos, em São Paulo



POR QUE STEDILE APÓIA O DESARMAMENTO

Seis de cada dez armas existentes no Brasil estão em áreas rurais. Sem elas, os sitiantes e fazendeiros não teriam como se defender de animais silvestres, manter suas criações a salvo de predadores e, principalmente, se proteger de bandidos e evitar furtos e roubos tanto de gado como de equipamentos e insu-
mos agrícolas. "Nas áreas rurais, a dezenas de quilômetros de uma delegacia de polícia, ter uma arma de fogo é uma necessidade", diz o agrônomo e deputado federal Xico Graziano. Sem as armas, perderiam também um poderoso instrumento de dissuasão usado para prevenir saques e invasão do MST. No ano passado, o fazendeiro Luiz Antonio de Barros Coelho Júnior, na foto ao lado, armou-se e se en-
trinchou em sua propriedade, no Pontal do Paranápama, para resistir aos tiros e coquetéis molotov lan-
çados pelos sem-terra. É por isso que João Pedro Stedile, o líder máximo do MST, apóia o desarma-
mento: na próxima invasão, terá a segurança de que não enfrentará resistência armada.

BARRICADA ANTI-MST Coelho Júnior e a casa de sua fazenda: encurralado por balas e coquetéis molotov dos sem-terra





A posse de armas no Brasil



O Estatuto do Desarmamento em vigor restringe o porte de arma a algumas poucas categorias

QUEM PODE PORTAR

Forças Armadas, policiais, promotores, juizes, vigilantes de empresas de segurança privada e de transporte de valores, residentes em áreas rurais que dependam da caça para sobreviver e praticantes de tiro esportivo

QUEM PODE COMPRAR MAS NÃO PODE PORTAR

Qualquer cidadão maior de 25 anos, sem antecedentes criminais, que se submeta a teste psicológico e comprove que aprendeu a atirar numa escola especializada — nesse caso, a arma tem de ficar em casa ou no local de trabalho

O QUE MUDA SE O "SIM" GANHAR

Só o cidadão comum não poderá mais comprar armas e munições. Quem já possui uma poderá permanecer com ela, mas não terá como adquirir projéteis para carregá-la

4 A POLÍCIA BRASILEIRA É INCAPAZ DE GARANTIR A SEGURANÇA DOS CIDADÃOS



Desde a sua gênese, na Europa do século XVII, os Estados modernos têm como um de seus pilares o princípio de que a autoridade central deve ter o monopólio legítimo do uso da força e da violência, tornando-se responsável pela segurança de todos. O fato de a segurança coletiva ser atribuída ao Estado, no entanto, não elimina o direito de autodefesa do cidadão para preservar a própria vida — o que em determinadas ocasiões chega a ser uma reação instintiva. “É por isso que o princípio de ‘legítima defesa’ está presente em quase todos os grandes sistemas de direito do mundo”, diz Eduardo Carlos Bianca Bittar, professor de filo-

sófia e teoria geral do direito da Universidade de São Paulo. “A vida é um bem inalienável e o Estado não pode limitar o poder do indivíduo de defendê-la”, diz Bittar. Em países como o Brasil, em que a impunidade de criminosos, a ineficácia das leis e a violência urbana já fazem parte do imaginário nacional, é natural que a confiança dos cidadãos no Estado desapareça. Segundo uma pesquisa da Universidade de São Paulo, apenas 10% dos brasileiros acreditam que a polícia garante a segurança da população. A desconfiança dos cidadãos tem respaldo nas estatísticas: apenas um décimo dos 50 000 homicídios que acontecem por ano no Brasil é esclarecido pela polícia.

5 A PROIBIÇÃO VAI ALIMENTAR O JÁ FULGURANTE COMÉRCIO ILEGAL DE ARMAS



Bandidos não compram armas em lojas. "A maior parte das armas em poder do crime organizado é obtida por meio de contrabando", diz o delegado Carlos Oliveira, titular da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos do Rio de Janeiro. Em 2001, essa delegacia rastreou 1 030 armas apreendidas para descobrir como elas foram parar nas mãos de criminosos e descobriu que boa parte delas era de fabricação brasileira e de uso restrito das Forças Armadas e da polícia. Muitas tinham sido exportadas para outros países, sobretudo o Paraguai e os Estados Unidos, e voltado nos contêineres dos contrabandistas. Nos morros cariocas, os criminosos exibem exemplares do Fuzil Automático Leve (FAL), usado pelo Exército Brasileiro, e do fuzil HK G3, alemão, utilizado pela Marinha e

pela Aeronáutica. São armas roubadas de sentinelas, compradas de militares corruptos ou tomadas em assaltos a caminhões de carga. A proibição do comércio de armas de fogo não vai pôr fim ao mercado de armas e munições. A medida, além de contribuir para o crescimento do mercado clandestino, pode colocar o cidadão de bem em situação irregular. Mesmo se tiver uma arma registrada em casa, ele não conseguirá comprar munição, a não ser de forma ilegal. Como é óbvio, a proibição do comércio legal de armas terá como consequência inevitável a ampliação do tráfico ilegal.



MEDIDA INÓCUA O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, examina revólver entregue pela população: o problema da criminalidade é outro



KYRILLOS

VÍTIMA DAS ARMAS, INIMIGO DO DESARMAMENTO

O carioca Michel Kyrillos, de 53 anos, não tem armas. Nas cinco vezes em que foi assaltado nas ruas do Rio de Janeiro, seguiu as orientações dos especialistas em segurança e não reagiu. No quinto assalto, em dezembro de 2002, ele se assustou — e pagou caro por isso. Era um fim de tarde de domingo, e Kyrillos dirigia, acompanhado da mulher, pelas ruas do bairro de Campo Grande, na Zona Oeste. Seu carro foi fechado por um grupo de assaltantes a 200 metros de um posto da polícia. Ao tentar desviar da armadilha, capotou. Os ladrões acertaram onze tiros no carro e um em Kyrillos. Atingido na coluna, ele esteve internado por quatro meses num hospital e ficou paraplégico. Foi obrigado a deixar o emprego de supervisor de vendas e se aposentou por invalidez. Os assaltantes nunca foram identificados.

Hoje, Kyrillos, que é fundador do Jeep Club do Rio de Janeiro, locomove-se numa

cadeira de rodas. Embora tenha sido vítima das armas, ele é contra o projeto de desarmamento. "Os bandidos vão continuar tendo acesso fácil às armas e os políticos não vão demitir seus seguranças particulares que andam com revólveres", ele diz. "Eu não sairia na rua com uma arma, mas acho que essa é uma escolha pessoal, um direito do cidadão. Como a polícia não funciona, todos nós temos direito a nos defender", completa.

A criminalidade no Rio de Janeiro bate recordes a cada ano, sem que a máquina do Estado consiga deter sua escalada. De janeiro a junho deste ano, as tentativas de homicídio, como a que vitimou Kyrillos, aumentaram 11% com relação ao ano passado. O total de roubos registrados nas delegacias aumentou 6% no mesmo período. Acuada, a população carioca espera providências concretas, que nunca se materializam. "O problema da polícia do Rio de Janeiro é que ela não tem planejamento. As ações sempre respondem a problemas pontuais", diz o sociólogo Ignacio Cano, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

6 OBVIAMENTE, OS CRIMINOSOS NÃO VÃO OBEDECER À PROIBIÇÃO DO COMÉRCIO DE ARMAS



No Brasil há um comércio de armas legal, sobre o qual o Estado tem controle. O país produz em torno de 200 000 armas por ano e exporta 70% delas, sobretudo para os Estados Unidos e para a Indonésia. Uma parte é vendida aqui diretamente às Forças Armadas e à polícia. Chegam às lojas em torno de 20 000 armas. A maioria é adquirida por empresas de segurança e 3 000 são compradas por pessoas comuns para uso particular. Os defensores da proibição do comércio legal desses artefatos argumentam que as armas acabam nas mãos de bandidos, roubadas em assaltos a residências ou nas ruas.

Em vista das pesadas restrições que cercam a venda de armas no Brasil, todo o mastodôntico referendo foi criado, em última análise, para decidir sobre um reles arsenal de 3 000 revólveres e armas de caça vendidos por ano. Isso num país em que se estima existirem 8 milhões de armas clandestinas. Dessa forma se estará abrindo mão de um dos derradeiros setores do comércio de armas que agem dentro da lei e sobre o qual o Estado tem controle. A medida, além de alimentar o crescimento do mercado negro, pode colocar o cidadão de bem numa situação difícil. Mesmo se tiver uma arma registrada em casa, ele não conseguirá munição, a não ser com traficantes.

7 O REFERENDO DESVIA A ATENÇÃO DAQUILO QUE DEVE REALMENTE SER FEITO: A LIMPEZA E O APARELHAMENTO DA POLÍCIA, DA JUSTIÇA E DAS PENITENCIÁRIAS



Um dos argumentos daqueles que defendem a proibição da venda de armas de fogo é que a medida reduzirá o número de armas em circulação e, em consequência, cairão os índices de homicídios. A premissa é duplamente falsa: primeiro porque o contrabando dará um jeito de atender à demanda por armas, em especial a dos bandidos. Segundo porque, mesmo que as armas disponíveis diminuíssem, isso não seria suficiente para reduzir a criminalidade. "Crime se combate com uma polícia honesta e bem equipada, não com o desarmamento da população", diz o paulista José Vicente da Silva Filho, ex-secretário Nacional de Segurança Pública. As experiências bem-sucedidas de redução de criminalidade em outros países começaram pelo combate à corrupção na polícia. Na década de 90, antes de adotar a política de tolerância zero ao crime, o então prefeito

de Nova York Rudolph Giuliani foi implacável com os policiais corruptos. No Brasil, o passo seguinte seria aparelhar melhor a polícia. O governo federal gasta, por ano, 170 milhões de reais com segurança pública. Isso é menos do que os 270 milhões de reais que serão gastos com o referendo. Com esse dinheiro seria possível comprar 10 500 viaturas e 385 000 coletes à prova de bala para a polícia. O recurso seria ainda mais bem aplicado se fosse usado na aquisição de computadores para as delegacias e na unificação do banco de dados das forças públicas. "Quanto melhor a estrutura de informação e comunicação da polícia, maior sua capacidade de combater o crime", diz José Vicente da Silva Filho. "Essa é uma das maiores deficiências da polícia brasileira."

APÓS A TRAGÉDIA, AULAS DE TIRO

O americano Chuck Yeager, o primeiro piloto de testes a quebrar a barreira do som em um avião supersônico, perdeu uma irmã em um acidente com uma espingarda, em 1927. A tragédia aconteceu quando Yeager tinha 4 anos. Ele e seu irmão, Roy, estavam brincando com a arma do pai no chão da sala de estar. Roy encontrou algumas balas e conseguiu carregar a arma. Sem querer, ele disparou e acertou a irmã, Doris Ann, de 2 anos. Depois do funeral, o pai de Yeager chamou os dois filhos e disse: "Vou ensiná-los a manejar uma arma com segurança". Em uma avaliação mais apressada se poderia considerar como irresponsável a atitude do pai do piloto. Na perspectiva da família Yeager, no entanto, o problema não estava nas armas em si, mas em como eram usadas. Espingardas faziam parte do equipamento de uma casa rural americana daquela época, e elas não disparam sozinhas. Só se tornam letais se forem utilizadas com a intenção de matar ou de forma descuidada. No Brasil, os disparos acidentais representam 5% das mortes por armas de fogo que ocorrem por ano. É um número baixo comparado com o de mortes intencionais, mas é uma das taxas mais altas do mundo. Isso é um indício de que os brasileiros são pouco preparados para um uso responsável das armas. "Não será proibindo a sua venda que os acidentes serão evitados. O importante é manejar com cuidado o armamento", disse a VEJA o jurista americano David Kopel, autor de dois livros sobre políticas de desarmamento.



O PILOTO MAIS RÁPIDO
Yeager em avião de teste

Armas

O ARSENAL DO CRIME

As armas vendidas legalmente no Brasil representam, por ano, só 0,05% do arsenal total do país — e são menos potentes do que as dos bandidos

Diogo Schelp

As armas do referendo

O armamento vendido no comércio legal — que o referendo pretende banir — não interessa aos bandidos, que se abastecem com armas mais poderosas no mercado negro (veja o esquema ilegal no infográfico maior)

O Brasil fabrica anualmente 200 000 armas

70% são exportadas

20% vão para as Forças Armadas e as polícias

8,5% são vendidas para as firmas de segurança privada

RESULTADO

1,5% ou 3 000 ARMAS

são compradas por cidadãos que as registram na Polícia Federal e eventualmente podem ser furtadas, roubadas ou vendidas a bandidos



O referendo do próximo dia 23, sobre a proibição ou não da venda de armas e munição no Brasil, chamou atenção para uma realidade: o enorme arsenal bélico nas mãos de criminosos. Defensores do SIM argumentam que armas compradas legalmente podem ser roubadas de seus donos ou mesmo vendidas por eles, indo abastecer o paiol dos criminosos. É verdade, mas em quantidade e poder de fogo faz pouca diferença. "A maioria das armas em poder do crime organizado é obtida por meio de contrabando. A principal porta de entrada é o Paraguai, seguido dos Estados Unidos", disse a VEJA Carlos Oliveira, delegado titular da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos do Rio de Janeiro. Segundo o delegado, os contrabandistas entram com as armas pesadas pela fronteira, escondidas na bagagem, ou enviam o armamento dentro de contêineres em navios ou por via aérea. O crime organizado e o narcotráfico preferem não utilizar revólveres e pistolas, e sim armas de grosso calibre, capazes de impor medo à polícia e às quadrilhas concorrentes. Infográficos nesta página e nas seguintes explicam como funciona o comércio clandestino de armas no Brasil e mostram as mais utilizadas pelos criminosos.

Nesse cenário, a possibilidade de o referendo alterar significativamente o quadro de violência no país é nula. Além de ser inconstitucional, na opinião de muitos juristas. Por isso, o resultado da consulta corre o risco de ser invalidado pelo Supremo Tribunal Federal, caso ganhe o SIM, sob a alegação da inconstitucionalidade da lei. O mecanismo jurídico que permitiria isso chama-se arguição de descumprimento do preceito fundamental e pode se ba-

Como as armas chegam às mãos

1

CONTRABANDO

- Os chamados "mulas", enviados dos traficantes de armas brasileiros, compram armas no Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai. As armas chegam ao Brasil desmontadas e misturadas a bagagens de ônibus de sacoleiros e são vendidas — ou alugadas — ao crime organizado
- Narcotraficantes da Colômbia e do Suriname vendem armas a seus "colegas" brasileiros. As armas chegam nos mesmos aviões clandestinos que transportam drogas e pousam na Amazônia ou no sertão nordestino

2

DESVIO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

- Armas destinadas às Forças Armadas ou à polícia são desviadas por integrantes dessas corporações e vendidas a traficantes
- Policiais apreendem armas e as vendem a outros criminosos
- Depósitos de armas das Forças Armadas, da polícia e de empresas de segurança privada são assaltados

3

ARMAS POR BAIXO DO PANO

- Donos de lojas de armamentos se aproveitam da falta de controle e fiscalização do governo para vender armas sem registro e munições a criminosos





Brasil

O SALDO DO REFERENDO

A vitória do NÃO revela maturidade dos eleitores e desperta interesse por mais consultas

Diogo Schelp

O referendo do último dia 23, em que venceu o NÃO à proibição do comércio de armas, encerra alguns ensinamentos. O mais importante é o de que o eleitor brasileiro usa mais a cabeça do que o coração na hora do voto. No início da campanha, pesquisas indicavam 80% de preferência pelo SIM. Numa virada impressionante, o NÃO venceu por 64% a 36%. Isso ocorreu porque, conforme foi

se inteirando do assunto, o eleitor se deu conta de que a medida era inútil. Se aprovada, não significaria maior controle estatal da circulação de armas nem melhoraria a fiscalização do contrabando ou tornaria minimamente mais eficaz o combate ao crime. "Se houve algo de efetivamente positivo nesse grande equívoco do referendo foi a maturidade do imenso eleitorado brasileiro, que soube consignar, com a maior firmeza, seus maiores repúdios: o repúdio à enganação e ao excesso de intromissão do governo na vida dos cidadãos", escreveu em editorial o jornal *O Estado de S. Paulo*.

A realização do referendo fez aumentar o interesse por es-

se tipo de consulta popular no Brasil. Metade dos 1 500 referendos e plebiscitos realizados ocorreu nos últimos 25 anos, acompanhando a evolução da democracia. Em 1980, 46% da população mundial vivia sob regimes democráticos. Hoje, a proporção é de 70%, e isso se refletiu no uso mais frequente dos referendos. Quando bem utilizados, eles permitem ao cidadão a participação direta em decisões que vão influenciar sua vida. Em casos específicos, os referendos são complementos valiosos da experiência democrática. John Dunn, estudioso da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, faz uma advertência sobre os limites da con-

1 500
referendos foram realizados nos
últimos três séculos no mundo.
800
deles ocorreram nos últimos
25 anos, sendo
400
na Europa e mais de
200
apenas na Suíça

dos referendos. Quando bem utilizados, eles permitem ao cidadão a participação direta em decisões que vão influenciar sua vida. Em casos específicos, os referendos são complementos valiosos da experiência democrática. John Dunn, estudioso da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, faz uma advertência sobre os limites da con-

CARTAS DE VEJA

Carta ao leitor

Sintonia com os leitores

Além de bater o recorde de cartas enviadas à redação, a reportagem de capa da semana passada conseguiu uma confortável maioria de aprovação entre seus leitores — 59% ficaram a favor da tomada de posição de VEJA contra a proibição da comercialização de armas, enquanto 32% não se convenceram dos argumentos apresentados. Uma maioria ainda mais expressiva dos leitores, independentemente de suas opiniões sobre as armas em si, reafirmou em suas cartas a tese central defendida na reportagem: o referendo é um embuste, uma inutilidade do ponto de vista prático e não deveria sequer ter sido convocado.

Uma nova reportagem sobre o tema publicada na presente edição aprofunda a questão da democracia direta. Ela mostra que os referendos, instrumentos válidos de aferição da vontade popular, são cada vez mais frequentes no mundo atual. Seu sucesso, porém, depende da sabedoria na escolha do tema consultado. Não é o caso da questão do comércio e porte de armas. A reportagem demonstra que as consultas diretas bem-sucedidas foram aquelas que visaram a arbitrar conflitos entre diferentes grupos de interesses na sociedade ou a chancelar reformas constitucionais. Entre mais de 1 500 referendos e plebiscitos estudados pelos repórteres da revista — metade deles feita nos últimos 25 anos —, apenas um era uma consulta sobre o direito do governo de proibir os indivíduos de usar armas. Ele foi realizado no minúsculo principado de Liechtenstein (33 000 habitantes). O governo perdeu.

O NÃO venceu entre os leitores de VEJA

A reportagem de capa de VEJA da semana passada, que trata do referendo sobre a venda de armas, bateu o recorde de manifestação dos leitores. Até quinta-feira, 2 306 mensagens eletrônicas, fax e cartas sobre o assunto tinham chegado à redação — de um total de 5 011.

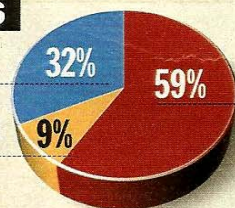
O recorde anterior pertencia à reportagem “O que querem os radicais do PT” (23 de outubro de 2002), que motivou 964 cartas. O quadro abaixo mostra como se dividiram as opiniões dos leitores a respeito da tentativa de desarmar a população por referendo popular



TOTAL: 2 306

SIM
(736)

SÓ COMENTARAM
(209)



NÃO
(1361)

Referendo das armas

Finalmente alguém contestou o truque da pergunta sobre o referendo, cuja frase mal formulada vai induzir milhões de eleitores ao erro. Só poderia partir de VEJA, que orgulhosamente assino e cumprimento pela seriedade e transparência com que esclarece seus leitores. Com a reportagem "Referendo da fumaça" (5 de outubro), VEJA conseguiu elucidar dúvidas e elencar os motivos pelos quais se deve votar NÃO. Assim, presta um serviço à população, que tem o direito de ser orientada por meio da verdade dos fatos, e não de demagogia.

Izabel Avallone
São Paulo, SP

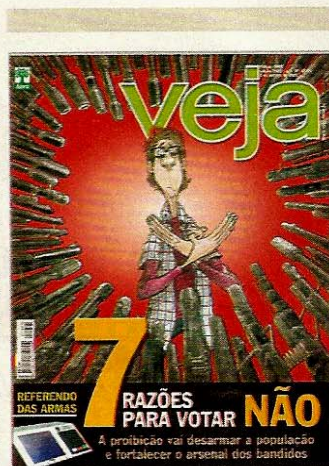
VEJA, pioneira nos grandes debates nacionais e corajosa como sempre, marca sua posição diante da questão do desarmamento. Temos de denunciar mais esse engodo, mal embrulhado até na formulação da pergunta para o referendo. Sob a falácia de contribuir para a redução da criminalidade, fecha-se na verdade o triângulo do crime: vitorioso o SIM, toda a sociedade civil estará exposta como vítima em potencial, dadas a falência do sistema de segurança operado pelo poder público e a progressiva motivação dos facínoras.

Paulo Moraes
Recife, PE

É lamentável que um dos símbolos da vigilância democrática, guardião das instituições e defensora de todas as boas causas nacionais e internacionais, se posicione tão equivocadamente. Embora respeitemos a opinião de VEJA, e dentro do princípio da liberdade de pensamento, acreditamos que de ora em diante refletiremos sete ou mais vezes antes de usar os subsídios da revista nas nossas discussões e na formação de opiniões.

Alceu Luiz Pereira
Araçatuba, SP

Foi com imensa satisfação que li a reportagem de VEJA sobre o referendo que será proximoamente realizado, sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição. Eu já estava estranhando a



"Vou emoldurar essa capa, pois representa o libelo da cidadania contra a máquina opressora do Estado não democrático."

Marcelo Gonçalves Pereira
Nova Friburgo, RJ

ausência dessa revista em tão importante debate. Ao ler o texto, acendeu-se em mim a esperança de que, ao fim de tudo, prevaleça o bom senso.

Mário Ivan
Araújo Bezerra
Militar da reserva
João Pessoa, PB

O autor foi muito feliz, claro e objetivo nas suas teses. Clareou a mente de muitas pessoas. Eu sou professora nos dois níveis de ensino (educação básica — fundamental I e II — e superior, especialista em ensino de história) e levei a reportagem como subsídio para a discussão do assunto em sala de aula. Fiz debate, enquete em quase todas as salas em que leciono, e o NÃO ganhou disparado antes da reportagem — inclusive alguns alunos usaram os mesmos argumentos. Depois da reportagem, a temperatura da discussão elevou-se em 100%.

Maria de Lourdes da Silva
Picos, PI

Leitor assíduo e assinante de VEJA, nesta semana fiquei estarelecido com a capa da revista. No decorrer do tempo VEJA sempre procurou ser uma publicação imparcial em suas matérias e nos temas abordados. Eu esperava que isso se mantivesse com relação ao referendo das armas.

Renato César Bezerra Alves
Fátima do Sul, MS

Necessária a reportagem de VEJA sobre o referendo de 23 de outubro. Estou estudando na Suíça e todos os dias observo a calma e a paz de um país onde praticamente todo cidadão do sexo masculino possui o porte legal de uma arma de fogo. O desarmamento da população brasileira deixará a sociedade ainda mais fragilizada diante dos ataques dos bandidos.

Daniela Pompeu
Berna, Suíça

Poucas vezes tive oportunidade de ler matéria tão lúcida e esclarecedora. Refiro-me às sete razões para votar NÃO no dia 23 de outubro próximo. Desde a forma da pergunta tendenciosa do referendo até as explicações pedagógicas e os comparativos entre países. A cocaína sempre foi

proibida e sempre foi consumida. VEJA mais uma vez está de parabéns em tomar um posicionamento responsável e longe das demagogias globais.

Joselito Tánios Hajjar
Londrina, PR

Na última VEJA, na página 83, onde se fala da proibição da venda de armas na Inglaterra, há uma incorreção que precisa ser retificada: "...calibre superior a 22 mm..." O calibre de armas de fogo nos Estados Unidos é dado em fração decimal de polegada: o calibre .22 significa 22 centésimos de polegada, o que, convertido para milímetros, vai dar: $0,22 \times 25,4 = 5,59$ mm. Quanto à proibição da venda de armas de fogo, sou a favor, já que civil não precisa andar armado. Quanto às armas do mercado negro que caem nas mãos de bandidos, é uma questão policial e deve ser resolvida nesse âmbito.

Tiago Veloso
São José dos Campos, SP

Felizmente, VEJA esclarece todas as dúvidas para o cidadão comum. Não se deve tirar mais um direito do cidadão. O Estado deveria melhorar a segurança nas cidades para que não seja necessária a compra de uma arma para uma pessoa se sentir segura em casa. Afinal, um simples símbolo de paz feito com as mãos não vai impedir um assaltante de usar uma arma contra o cidadão.

Eder Leite
Boa Vista, RR

A revista VEJA mostra sua coragem, independência e visão de futuro. O referendo da mentira vai decidir sobre o comércio legal de armas e munições. E quem vai decidir e impedir o comércio ilegal, que nos deixará, a todos, indefesos diante de bandidos cada vez mais ousados e impunes?

Lutiz Carlos Nogueira
Coronel da Polícia Militar
www.adepom.com.br

A reportagem de capa sobre o referendo mostrou falta de compromisso com a sociedade brasileira. Precisamos de informação e credibilidade dos meios de comunicação para podermos refletir e chegar cada um a sua própria conclusão, e não de respostas "mastigadas" e manipuladoras. O povo não necessita de uma elite pensante para decidir nossos votos. Obrigada pela atenção.

Patrícia Benetti Ikeda
Tupi Paulista, SP

Vi com enorme satisfação a corajosa matéria sobre o absurdo referendo proposto

sa incapacidade de ver pelo menos uma oitava razão que nos permita resolver e lidar com a nossa própria violência.

Francisco Eduardo Gontijo Guimarães
São Carlos, SP

Não é à toa que VEJA é considerada uma das maiores e mais credenciadas revistas do mundo. A coragem, a independência e o compromisso com a verdade afloram como princípios básicos em suas reportagens. Essa atitude de VEJA faz com que até mesmo os leitores mais antigos como eu (sou assinante há mais de quinze anos) se surpreendam (de forma positiva) com seus posicionamentos.

Daniel Ferreira da Rocha
Jaboatão dos Guararapes, PE

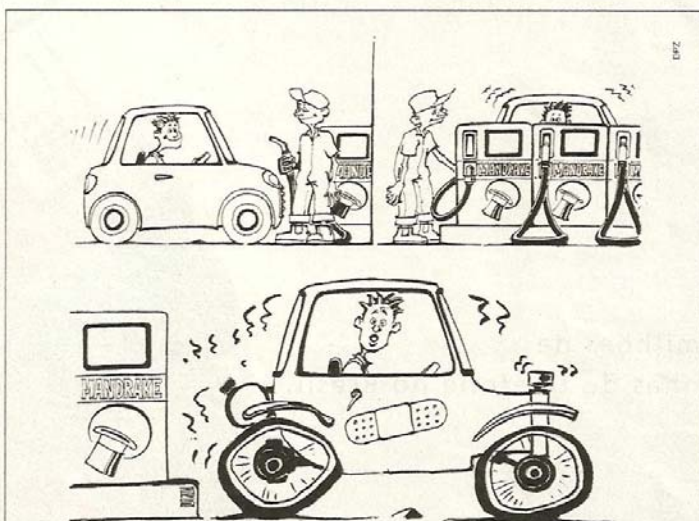
A campanha do SIM conta com a participação de vários artistas. Alguns deles têm um verdadeiro exército particular protegendo-os ou às suas propriedades. Eles estão dispostos a abrir mão da sua segurança particular? Ou são da turma do "façam o que eu mando mas não façam o que eu faço"? Ou seriam ainda cidadãos acima dos demais?

Hermann Wecke
Darwin, NT, Austrália

Fiquei muito decepcionada com a matéria sobre o referendo das armas. Sendo um veículo de imprensa, deveria ter mostrado os dois lados quanto à votação, por que votar SIM e por que votar NÃO. Achei a matéria indutiva e desrespeitosa para com as pessoas que acreditam que devem votar SIM.

Simonne P.X. Provin
Cascavel, PR

Parabéns à revista VEJA por romper o bloqueio de vários veículos de comunicação e realizar uma reportagem bastante clara sobre o desarmamento e o que ele trará de prejuízos ao cidadão. Isso demonstra a independência e a responsabilidade desta revista, que muitas vezes já ajudou nosso país a ter as coisas mais



**NÃO PAGUE ESSE PREÇO PELO COMBUSTÍVEL.
SÓ ABASTEÇA NOS POSTOS PETROBRAS
COM A MARCA DE OLHO NO COMBUSTÍVEL.**

www.br.com.br SAC 0800 78 9001



sobre o comércio de armas e munições. Considero essa iniciativa nada menos do que um crime contra a cidadania, o sagrado direito à defesa da vida, uma imposição a súditos, não a cidadãos.

Embaixador Oscar Soto
Lorenzo Fernandez
Por e-mail

A construção de um mundo melhor dependerá de nossa capacidade de reavaliar e mudar atitudes e condutas que vêm sendo ditadas desde que nos conhecemos por gente. Para isso, precisamos ser livres, e não prisioneiros das armas que nos prendem. A violência é fruto da nos-

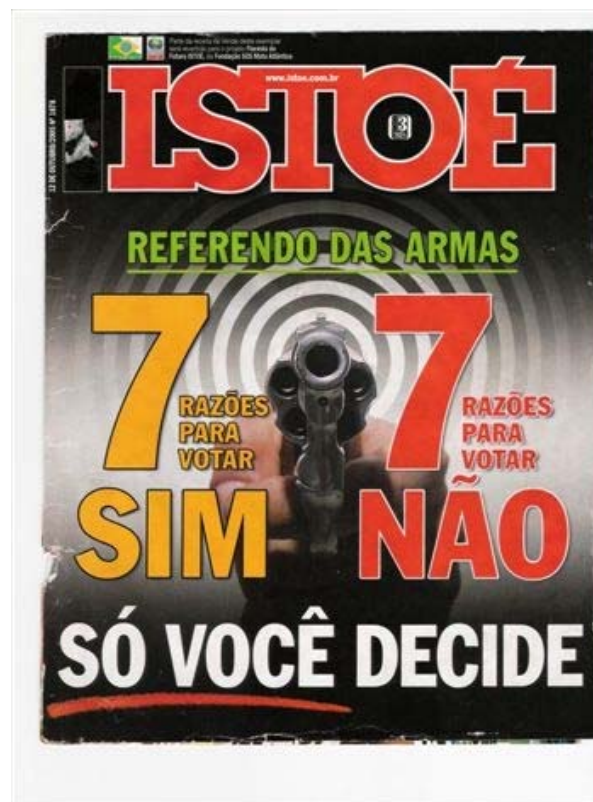
claras. Pena não existirem outros com essa capacidade.

João Hallex Har Rolim
Santana do Livramento, RS

Capa da *Veja* – edição 1925 de 5 de outubro de 2005.



Capa da *Istoé* – nº 1878 de 12 de outubro de 2005.



ARTIGOS DE ISTOÉ

ESPECIAL

FHC, ele teve que usar a sua pistola Imbel 380 – devidamente registrada – em quatro ocasiões, ao se defrontar com bandidos. Na primeira, há oito anos, estava na casa de sua mãe, de 72 anos, onde também morava sua tia, de 74, no bairro Morumbi. Ele ouviu um barulho no telhado, no início da madrugada, e pegou sua arma. “Olhei pela janela e vi uma pessoa armada que tinha pulado o muro. Outras três estavam armadas e prestes a invadir a casa.” Ao perceberem a aproximação de um guarda noturno, os ladrões começaram a atirar – primeiro no vigilante e depois em direção ao imóvel. Cremonesi os surpreendeu, ao disparar também. Seguiu-se um rápido tiroteio até que os três ladrões fugiram. O advogado registrou o caso na delegacia. A última vez foi há seis meses. Ele foi abordado por dois assaltantes armados, que dispararam contra seu carro blindado. **Cremonesi deu quatro tiros e botou os ladrões para correr. “Se o governo não nos dá a segurança devida, a quem vamos recorrer? Acho que a arma deve ser usada de forma responsável e depois de algum treinamento. Sou contra a proibição pura e simples.”**

Com o referendo, uma discussão ferrenha deverá acontecer no campo político. Caso a proibição do comércio de armas e munições seja aprovada, acabará gerando consequências mesmo para quem já tem arma legal. Sem poder comprar novos cartuchos, com o passar dos anos as pistolas e revólveres tendem a se tornar peças de museu. “É uma revolução. Esse referendo poderá ter a dimensão cívica de uma Diretas-já”, diz o ex-ministro da Reforma Agrária e deputado Raul Jungmann (PPS-PE), um dos principais líderes pró-desarmamento no Congresso Nacional e coordenador da frente Brasil Sem Armas. Ele baseia sua posição na pesquisa do IBGE que contabiliza 360 mil mortes por armas de fogo no País, de 1998 a 2000 – o que representa 88% dos homicídios. “O SUS gasta

por ano R\$ 130 milhões com o atendimento de acidentes decorrentes de armas. O número de disparos em brigas de trânsito, entre familiares, vizinhos, por vingança, extermínios é muito maior do que os associados à criminalidade, como assaltos.” De acordo com o Ministério da Justiça, um dos argumentos a favor da proibição é que 73% das armas apreendidas nas mãos de criminosos já estiveram na legalidade. Outro defensor do desarmamento é o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). **“O referendo por si só pode mudar a cultura da violência, pelo debate que vai surgir no segundo semestre”**, acredita. “A incidência de homicídios por arma de fogo deve ser tratada como epidemia, pois tira mais vidas que os acidentes de trânsito.”

Comércio clandestino

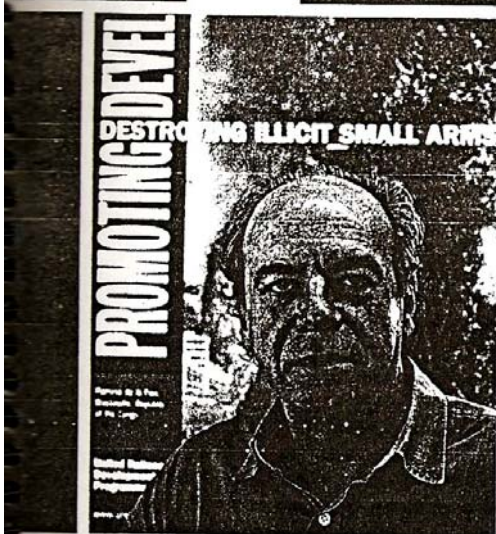
– Os parlamentares contrários à proibição também têm bons argumentos. A deputada federal Denise Frossard (PPS-RJ) diz que não é contra o referendo e que, em linhas gerais, concorda com a iniciativa do desarmamento. “A tendência moderna é reduzir o número de armas em circulação. Mas acho que **a mera proibição pode aumentar o comércio clandestino.**” Denise, que é questionada por ter recebido contribuição da empresa de munições CBC para sua campanha, justifica: “Não tenho simpatia por armas, nunca andei armada e tenho todos os motivos para isso: mi-

nha mãe se suicidou com uma arma quando eu era adolescente. Mas uma coisa é o meu sentimento pessoal, outra é o que eu acho melhor para a sociedade. Como parlamentar, tenho que saber separar os dois.” O deputado Alberto Fraga também acha que a proibição da venda legal vai dar força ao comércio clandestino. “Quem tiver arma em casa será obrigado a





PELO SIM, PELO NÃO.
O professor Benê Barbosa, da ONG Viva Brasil, é contra o desarmamento. "Você pode morrer mesmo sem reagir. O que existe hoje é a falência da segurança pública". O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o sociólogo Rangel Banderia, do Viva Rio, são a favor. "Vidas poupadas".



comprar munição ilegal. Não prego que as pessoas devam sair armadas de casa, mas é preciso preservar o direito à legítima defesa." Fraga critica também o alto custo do referendo — estima em R\$ 519 milhões, o mesmo da última eleição, e o grupo a favor do desarmamento diz que a votação custaria mais que R\$ 250 milhões. A maior parte dos números e argu-

ta é um dos que discordam da proibição. "O governo não vai em cima do bandido e o cidadão é obrigado a se desarmar", critica. "Eu mesmo quase fui assaltado duas vezes. Bastou mostrar a arma para que os ladrões desistissem."

Empresários do setor de armas já se preparam para as consequências do referendo. A CBC, que gera 1.250

empregos diretos, deverá responder a uma possível proibição com demissões. "O mercado voltado para os usuários civis no Brasil representa 25% dos nossos negócios. Teremos que cortar 300 empregados", afirma Marco Antonio de Castro, presidente do conselho de administração da empresa. Ele, no entanto, considera a consulta popular democrática. A Taurus, principal fabricante de armas do País, vem adaptando sua linha de produção para a queda de vendas de armas, e suas máquinas já produzem ferramentas, capacetes, escudos antitumulto, coletes à prova de balas. Adquiriu a Wotan, empresa que fabrica peças para hidrelétricas, termelétricas e turbinas de aviões.

Diferenças em casa — O sociólogo Rangel Banderia acredita que o assunto deve ser medido por números que nada têm a ver com cifras. "O que importa é a quantidade de vidas que serão poupadas." No Estado onde está sediada a Taurus, o Rio Grande do Sul, concentra-se quase 50% do total de armas registradas no Brasil, segundo o Sistema Nacional de Armas. Como o Estado registra o sexto menor índice de homicídios do País, os militantes usam esse exemplo para tentar desmentir a idéia de que um grande número de armas resulta em muitas mortes.

O debate em torno do tema revela situações inusitadas, como a discussão instalada na casa do presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), que já se pronunciou contra o desarmamento, enquanto sua mulher, Amélia, se posiciona a favor. "Acho que ter arma em casa é perigoso", diz ela. Mas, quanto ao referendo, a senhora Cavalcanti ainda não formou opinião. "Não posso dizer que votaria a favor da proibição do comércio de armas. Antes, é preciso desarmar o marginal e dar condições à polícia." Bons argumentos e números confiáveis são a maior garantia de voto consciente. ■

Colaboraram: Ana Carvalho e Madi Rodrigues

AZIZ FILHO, CELSO FONSECA, EDUARDO HOLLANDA E MARINA CARUSO

Cento e vinte e dois milhões de eleitores brasileiros vão participar, dentro de duas semanas, da maior consulta popular eletrônica do mundo: o referendo que vai decidir se o comércio de armas de fogo e munições deve ser proibido no Brasil. Prevista no artigo 35 do rigoroso e restritivo Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 2003, a proibição do comércio de armas, para entrar em vigor, através do próprio estatuto, precisa ser aprovada em votação popular marcada para o dia 23. Nas páginas a seguir, ISTOÉ apresenta sete razões para se optar pelo sim – ou seja, pela proibição – e mais sete para se optar pelo não – ou seja, pela manutenção da venda de armas e munições. Não são razões comuns, mas sustentadas pelo testemunho de 14 pessoas que tiveram suas vidas radicalmente alteradas quando um gatilho foi acionado. São histórias quase sempre dramáticas que emolduram posições surpreendentes, aparentemente contraditórias, mas sempre elucidativas. Que certamente vão contribuir com sua escolha. Apenas contribuir, porque a decisão é sua, apenas sua.

Quem luta para convencê-lo são duas Frentes Parlamentares antagônicas. A Frente Parlamentar Brasil sem Armas, defendendo o voto sim, comandada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, defendendo o voto não, e comandada pelo deputado Alberto Fraga (PFL-DF), responsáveis pela propaganda em todo o País e pelos programas do horário obrigatório de rádio e tevê, que foram iniciados no dia 1º e prosseguirão até o dia 20.

É bom que se esclareça que a proibição da venda de armas de fogo e munição representa apenas um item a mais em um Estatuto que já proíbe o porte de armas aos cidadãos comuns, liberando o seu uso apenas para policiais federais, militares e civis e agentes de empresas de segurança. Quem não se enquadra nessa situação, mesmo que já possua uma arma registrada em casa, não pode portá-la na rua (*leia quadro*). Há ainda exceções previstas para praticantes de tiro esportivo – desde que integrantes de entidades reconhecidas – e para moradores no interior que dependam de armas de fogo para caçar ou se defender de animais ferozes, que receberão registro de caçador.

VOCÊ DECIDE

“Arma puxa violência”

O radialista **Roberto Rios**, 50 anos, nunca gostou de armas e não imagina tê-las em casa. “Com meu netinho por aqui! Deus me livre.” E não acha que se estivesse armado se salvaria de uma tentativa de assalto que o deixou numa cadeira de rodas. Em 2 de fevereiro de 1996 levou dois tiros. Uma das balas perfurou seus dois pulmões, a outra acertou a sua oitava vértebra torácica e está alojada próximo da artéria aorta. É uma bala de um revólver calibre 38. Rios foi atingido num sinal fechado em São Paulo. Carregava, no banco do passageiro de seu Omega 93, uma valise com dinheiro. Quando foi pegá-la para entregar ao ladrão, veio o disparo à queima-roupa. “Nem vi quem atirou em mim. Pelo menos não há um rosto para odiar”, diz ele, que vota SIM. “Se estivesse com uma arma estaria paraplégico do mesmo jeito e quem sabe com a culpa de ter matado alguém. Arma puxa violência. Cidadãos comuns não sabem nem têm controle emocional para usá-las.” Mesmo convicto, Rios faz ressalvas ao referendo. “As punições aos bandidos são muito frouxas. Nem a Justiça nem a polícia estão preparadas para a nova situação.”

6ª

Razão para votar
SIM



CRIMES IMOTIVADOS REPRESENTAM 60% DAS MORTES

É a estatística do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado e da Frente Parlamentar contra as armas. Confira os seus argumentos:

ISTOÉ – A proibição da venda de armas vai acabar com a violência?

Renan Calheiros – É inquestionável que a redução do número de armas em circulação diminui o número de mortes. O SUS acaba de provar isso. Vamos diminuir,

sim, os crimes imotivados que hoje representam 60% das mortes. O combate à violência é gradativo e depende de políticas socioeconômicas.

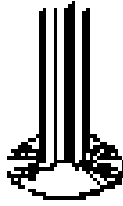
ISTOÉ – A adesão maciça de artistas e personalidades à campanha indica tratar-se de uma causa popular, que a grande maioria da população quer a proibição?

Calheiros – A causa é da sociedade. Não é de partidos, desse ou de outro governo. Por isso, oito em cada dez brasileiros dizem SIM ao fim das armas. O engajamento é por

convicção. A campanha é franciscana e não pagamos cachês. As doações e gastos estarão disponíveis na internet e na tevê.

ISTOÉ – Os críticos da proibição dizem que a medida vai aumentar o mercado negro e o contrabando. O





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS

CRISTIANE PEREIRA DE MORAIS E SOUSA

**DISCURSO E MÍDIA: O MOTE DO DESARMAMENTO
EM *VEJA* E *ISTOÉ***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento.

Três Lagoas - MS
2008

S725d Sousa, Cristiane Pereira de Moraes e.
 Discurso e mídia: o mote do desarmamento em Veja e Istoé/Cristiane
 Pereira de Moraes e Sousa. Três Lagoas, Ms: [s.n.], 2008.
 100 f. ; 30 cm.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
 Câmpus de Três Lagoas, 2008.
 Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento.

 1. Análise do discurso. 2. Discurso jornalístico. 3. Veja. 4. Istoé. I.
 Nascimento, Celina Aparecida Garcia de Souza. II. Universidade Federal de
 Mato Grosso do Sul. Câmpus de Três Lagoas. III. Título.

**DISCURSO E MÍDIA: O MOTE DO DESARMAMENTO
EM *VEJA* E *ISTOÉ***

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª Dr^a Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

Prof^ª Dr^a Elzira Yoko Uyeno (UNITAU)

Prof^ª Dr^a Claudete Cameschi de Souza (UFMS)

VERDADE

*A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

(Carlos Drummond de Andrade)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido a graça de concluir mais uma etapa da minha caminhada.

À minha orientadora, Prof^ª Dr^a Celina, por tudo que me ensinou. Seu trabalho atencioso, seguro e incansável, que mostrou o caminho e me fez acreditar que era possível.

A todas às pessoas e Instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se realizasse.

À Banca de Qualificação, Prof^ª Dr^a Claudete Cameschi e Prof^ª Dr^a Marlene Durigan, pela leitura atenta do relatório e pelas contribuições oferecidas.

Aos meus pais, pelo carinho, amor e dedicação que muito contribuíram para minha formação.

Ao meu esposo Enéias Alberto que, pacientemente, soube compreender que eu precisava de “horas” dedicadas à pesquisa.

Aos queridos amigos Márcio e Geliane, pelo apoio e incentivo.

SOUSA, Cristiane Pereira de Moraes e. Discurso e mídia: o mote do desarmamento em *Veja* e *Istoé*. Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008. 100f. (Dissertação de Mestrado).

Esta pesquisa apresenta um estudo cuja proposta consiste em discutir e analisar diferentes formações discursivas e ideológicas em discursos de *Veja* e *Istoé* (sobre o desarmamento-2005), enfocando as relações de poder no discurso midiático, assim como detectar como o sujeito-jornalista, dentro de uma ordem, utiliza estratégias discursivas para estabelecer “várias verdades” de um único fato. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada nas revistas *Veja* e *Istoé*. Para tanto, recorreremos aos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, derivada da linha de Michel Pêcheux (1994), Foucault (2005) e a alguns estudiosos da mídia, como: Bucci (2004), Charaudeau (2006), Hernandez (2004), entre outros. No que tange à coleta e ao *corpus*, selecionamos reportagens impressas acerca do referendo das armas, veiculadas pelas revistas no período de julho de 2005 a dezembro do mesmo ano, num total de dez reportagens, incluindo também alguns recortes da seção “cartas”. Dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro, delimitamos e explicitamos alguns conceitos teóricos desenvolvidos durante todo o trabalho. Um breve retrospecto da história do jornalismo de revistas, bem como o papel que a mídia, em especial a imprensa exerce na sociedade contemporânea e, um estudo das revistas *Veja* e *Istoé*: suas publicações e perfis foram feitos no Capítulo dois. Apresentamos também, um recorte do Estatuto do Desarmamento, com destaque ao Artigo 35. E, por fim, no terceiro capítulo, realizamos as análises selecionadas. Adotamos o procedimento metodológico próprio da AD: aliar a teoria à prática, num movimento em que o *corpus* em análise e a teoria estão sempre em contato. Assim, a partir dos textos jornalísticos analisamos como diferentes sentidos são instaurados de forma a repercutir ideologias ou interesses e intervir nas decisões e nas relações da sociedade. Acreditamos que esta pesquisa possa permitir uma maior exposição do leitor à opacidade do texto, interpretando as palavras do discurso das publicações jornalísticas, para que elas não falem em seu lugar. Ou seja: é mister que o leitor interprete e não apenas leia, buscando um posicionamento sócio-histórico-ideológico, para que possa entender os sentidos neles abarcados. São os caminhos opacos e obscuros que podem ser revelados pelo viés da Análise do Discurso.

Palavras-chave: análise do discurso; discurso jornalístico; *Veja*; *Istoé*.

SOUSA, Cristiane Pereira de Moraes e. Discourse and media: the moat of disarmament at *Veja* and *Istoé*. Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008. 100f. (Dissertation and Masters).

This research presents a study whose proposal is to discuss and examine different discursive and ideological speeches on *Veja* and *Istoé* (on disarmament-2005), focusing on the balance of power about the media speech, as well as how to detect the subject-journalist inside an order, discursive strategies used to establish several truths of a single fact. This is a qualitative research conducted by magazines as *Veja* and *Istoé*. Therefore, we theoretical assumptions to the Analysis of the Speech, derived from the line of Michel Pêcheux (1994), Foucault (2005) and some scholars of the media, such as: Bucci (2004), Charaudeau (2006), Hernandes (2004), among others. With regard to the collection and the *corpus*, selected reports printed on the referendum of weapons, served by magazines in the period of July 2005 to December of the same year, a total of ten reports, including some clippings of the section Letters. The dissertation was divided into three chapters. At first, we delimited and explicated some theoretical concepts developed throughout the work. A brief retrospect of the history of the journalism, magazines, as well as the role that the media, particularly the print carries in contemporary society, and a study of the journals *Veja* and *Istoé*: its publications and profiles were made in the chapter two. Here also, a cut of the Statute of Disarmament, with emphasis to the article 35. Finally, the third chapter, we performed the analysis checked. The methodological procedure itself of AD was adopted: combining the theory to the practice, a movement in which the *corpus* in analysis and theory are always in touch. Thus, from journalistic texts we analyze how different senses are instituted in order to pass ideologies or interests and intervene in the decisions and the relationships of society. We believe that this research will allow greater exposure of the reader to the opacity of the text, interpreting the words of the speech of journalistic publications, so that they do not speak instead. In other words: it is noticeable that the reader interprets and not just read, seeking itself into the socio-historical-ideological position, in order to understand the meanings covered. They are opaque and obscure paths that can be revealed by Analysis of the bias of Speech.

Keywords: analysis of the speech; journalistic discourse; *Veja*; *Istoé*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: NOS ENREDOS DA ANÁLISE DO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS.....	16
1.1 Pressupostos teóricos: tecendo o discurso.....	16
1.2 Sujeito.....	20
1.3 Formação discursiva e formação ideológica.....	23
1.4 Memória discursiva.....	25
1.5 O poder disciplinar na mídia	27
 CAPÍTULO II: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NO DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA	 32
2.1 O Jornalismo de revista: uma breve história.....	32
2.2 O papel da mídia na sociedade.....	34
2.3 As revistas: <i>Veja</i> e <i>Istoé</i>	36
2.3.1 O perfil de <i>Veja</i>	37
2.3.2 <i>Veja</i> : slogan “Indispensável”	38
2.3.3 O perfil de <i>Istoé</i>	40
2.3.4 <i>Istoé</i> : slogan “Independente”.....	41
2.4 O Desarmamento.....	42
 CAPÍTULO III: O REFERENDO DAS ARMAS 2005 SOB A ÓTICA DE VEJA E ISTOÉ	 45
3.1 A produção de sentidos na mídia: o (inter) discurso das revistas	45
3.2 Do discurso à análise.....	46
3.2.1 Formação discursiva: heterogeneidade no (do) discurso.....	47
3.2.2 Acontecimento e memória: uma estratégia discursiva.....	58
3.2.3 O desejo e o poder no discurso.....	68
3.3 Análise das “Cartas”: <i>Veja</i> e <i>Istoé</i>	83
3.3.1 <i>Veja</i> e seu leitor.....	83
3.3.2 <i>Istoé</i> e seu leitor.....	86
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 90

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
---	-----------

SITES CONSULTADOS.....	100
-------------------------------	------------

ANEXOS

ANEXO A: O Estatuto do Desarmamento

ANEXO B: Artigos de *Veja*

ANEXO C: Cartas de *Veja*

ANEXO D: Capas de *Veja* e de *Istoé*

ANEXO E: Artigos de *Istoé*

ANEXO F: Cartas de *Istoé*

INTRODUÇÃO

Em 2005, o Brasil vivenciou mais um momento de democracia¹: o referendo das armas. Neste, os eleitores deveriam escolher entre ratificar e rejeitar uma lei proposta pelo congresso, com a opção “sim” ou “não”, em relação ao desarmamento. Foi um acontecimento que movimentou todo o país, e inúmeras campanhas foram veiculadas na mídia, seja por meio de propagandas, seja em artigos impressos, seja em programas de televisão, revistas, dentre outras.

Inserido na história e na memória do sujeito, cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos, materializando-se *intra* e *interdiscursivamente* em textos que nos rodeiam, nos enredam e nos constituem. Dessa forma, observamos que o sentido de um enunciado surge mediante os processos discursivos que envolvem os sujeitos com os textos e, ambos, com a história. Isto é, não se trata de examinar um discurso como se tivesse sido produzido exclusivamente por um determinado sujeito, mas de considerar que sua enunciação pode partir de um correlato ou de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciados e enunciadore se revelam substituíveis.

Partindo do princípio de que os sujeitos se enunciam de lugares ideologicamente marcados, o objetivo desta pesquisa é analisar e discutir as diferentes formações discursivas e ideológicas encontradas em discursos de *Veja* e *Istoé* no mote do desarmamento, bem como as estratégias destas revistas, enfocando o papel da memória discursiva e as noções de poder/saber da tese foucaultiana.

Surgem, então, questionamentos como: o modo como a informação é produzida já não traria em si ideologias, estratégias discursivas, com o objetivo de modificar o comportamento do leitor/eleitor, incitá-lo a uma tomada de posição? Quais seriam as estratégias discursivas utilizadas pelas revistas para atingir esse objetivo? Quais imagens estariam sendo projetadas de um para o outro? Qual é a ideologia dominante?

Observamos que o discurso jornalístico informa a sociedade, contudo essa informação já vem moldada e formatada, por meio de regras e procedimentos; além

¹ O jornalista Bucci, ao falar sobre a liberdade de imprensa assevera que “a democracia garante a liberdade de imprensa, e a independência editorial é o requisito prático para que a liberdade de imprensa ganhe corpo e vida própria” (BUCCI, 2004, p. 58).

disso, os discursos têm um componente argumentativo, uma vez que todos visam a persuadir, no entanto, é necessário que o enunciador conheça o enunciatário/leitor para que tenha êxito no seu trabalho de persuasão, que ele compartilhe de seu discurso.

Por que o discurso jornalístico?

Ao analisarmos o discurso jornalístico, estamos refletindo sobre as informações que nos chegam diariamente. Isso é fundamental, haja vista os leitores serem bombardeados por inúmeras notícias e reportagens que são digeridas sem que haja reflexão sobre os efeitos de sentido que são propagados.

Partimos do enunciado – “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?” – elaborado para que se votasse “sim” ou “não” no referendo das armas, o que foi muito discutido, pois se apresentava controverso; para muitos o *não* significava “sim” e o *sim* queria dizer “não”; percebemos que o discurso proferido não significava exatamente o que os eleitores/leitores pensavam.

Nessa perspectiva, a apropriação da análise dos discursos para o estudo dos textos jornalísticos, justifica-se pela compreensão da linguagem como processo produtivo, pois, conforme assevera Orlandi (1988, p. 17), a linguagem é trabalho simbólico, o que corresponde a dizer que “tomar a palavra é um fato social com todas suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc”.

Este percurso analítico pela cobertura jornalística feita pelas revistas *Veja* e *Istoé*, *corpus* desta pesquisa, de acontecimentos envolvendo o referendo, em que *Veja* se posicionou claramente a favor do “não”, enquanto *Istoé* tentou manter-se na imparcialidade, mostrando os dois lados “sim” e “não”, aponta para as forças de relação de poder da imprensa na sociedade global atual e de seu papel político. A mídia como ator político tem função reguladora e legitimadora da contemporaneidade.

No que tange ao texto jornalístico, espera-se que haja um grau de objetividade na “produção” e na difusão da informação, tendo por princípio o pressuposto da neutralidade ou imparcialidade, que norteia, em “tese”, a boa prática jornalística. Ocorre, porém que, no discurso jornalístico, os sentidos podem estar ocultos ou silenciados, por meio de um processo de escolha, seleção e edição que vai

nortear leitores segundo a visão seletiva dos interesses por trás dos processos de edição.

Nesse sentido, é possível destacar o estudo de Henrique (2005), fruto de sua pesquisa de mestrado – *Argumentação e comunicação: uma relação dialógica indissolúvel* – no qual a autora verifica, em três revistas de atualidades: *Veja*, *Istoé* e *Época*, como se dá o processo argumentativo/persuasivo na esfera da linguagem escrita. A autora assinala que, muito mais que informações, os textos são portadores de visões de mundo e têm por objetivo fazer que o leitor compactue de suas crenças, convicções e opiniões, num processo interativo, ou seja, na relação entre produtor textual e o leitor, e é por meio da linguagem que isso se concretiza.

Há, também, a pesquisa de mestrado de Sabadini (2006), em que analisa as revistas *Veja* impressa e *on-line* – *As revistas Veja impressa e on-line em perspectiva dialógica: dois universos, dois leitores?* A pesquisadora evidencia que os enunciados da revista impressa mostram leitores com expectativas distintas, que não se contentam com a simples descrição do fato, mas com todo o desenrolar dos acontecimentos, ao passo que a *Veja on-line* evidencia em alguns de seus conteúdos, leitores que procuram a notícia imediata, pois a facilidade do meio digital em atualizações instantâneas leva o veículo a recorrer a esses artifícios em seus enunciados. Nesse constante diálogo, na disputa dos leitores, ambas trabalham juntas para atender às diferentes necessidades que surgiram com o advento da *internet*, criando, assim, formas de entreter o leitor durante a semana toda e também uma forma de perpetuar seus discursos. Em síntese, para a pesquisadora, a linguagem, seja impressa ou digital, influencia o homem e muda a sua maneira de interagir com o outro; logo, a própria maneira de interpretar o mundo à sua volta.

Outro estudo que analisa o discurso jornalístico impresso pelo viés da linguagem é *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Essa análise mostra como a revista *Veja* lidou com a questão do emprego em um momento crítico da globalização. Por meio dos textos de sua publicação, com o poder de manipulação e persuasão para fazer crer, seu discurso transforma recortes e interpretações de acontecimentos em “fatos”; ali também são discutidas as relações entre linguagens, como a diagramação, os efeitos de sentido de atualidade e alguns mitos do jornalismo: a idéia de fato, de objetividade, entre outros. Em suma, faz uma reflexão sobre a revista e o poder que exerce sobre as pessoas. Esse trabalho foi realizado como dissertação de mestrado de Hernandes (2001) e, posteriormente,

publicado em forma de livro².

A pesquisa de mestrado feita por Peripato (2006) também analisa o discurso jornalístico, em cartas do leitor do suplemento *Folhateen*, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* – *A representação discursiva da identidade do adolescente no folhateen*. A proposta é analisar a construção da identidade do adolescente a partir de representações discursivas na mídia. De acordo com a autora, a mídia controla o que deve ser escutado e enfatiza que também constrói identidades para o adolescente. A mídia, por ter uma relação de poder/saber, exerce sobre os adolescentes uma certa disciplina e, dessa forma, pode controlar e iniciar uma mudança de comportamento, pois o adolescente que não se encaixa na representação feita pelo caderno, por estar na mídia, acaba sendo considerado o correto, e, por conseguinte, para se adequar àquilo que considera correto, passa a identificar-se. Assim, é na linguagem que os sujeitos constroem sua identidade e a projetam.

Metodologia e vertente teórica

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo-interpretativo, conforme nossos objetivos e o *corpus* escolhido. No que tange à coleta do *corpus*, selecionamos reportagens impressas acerca do referendo das armas, veiculadas pelas revistas *Veja* e *Istoé* no período de 13 de julho de 2005 a 28 de dezembro de 2005, no total de dez reportagens, quatro de *Veja* e seis de *Istoé*, sendo selecionadas vinte e sete seqüências discursivas (designadas sdrs), incluindo também dezesseis (sdrs) da seção “cartas”, que foram analisadas no capítulo III.

Para a análise, procedeu-se ao recorte das seqüências discursivas pertinentes ao tema, selecionando aquelas que se apresentavam como mais polêmicas, ora pelo impacto causado, ora por apresentarem conexão com outra sdr (seqüência discursiva) escolhida, em face dos limites que se impõem à pesquisa qualitativa. Trabalhamos com a análise e interpretação de textos da mídia, ocupando a função-leitor que observa discursivamente o processo de construção de sentidos dos textos. Destarte, interpretamos observando o confronto dos textos produzidos nos diferentes contextos,

² Referimos-nos ao livro de HERNANDES, Nilton. *A Revista Veja e o Discurso do Emprego na Globalização: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba; Maceió: EDUFAL, 2004.

os sentidos, (des)construídos e reconstruídos nessa trajetória, bem como as condições de produção dos discursos.

Dessa forma, nosso procedimento metodológico é o adotado pela Análise do Discurso (AD), procurando aliar a teoria à prática, num movimento em que o *corpus* em análise e a teoria estão sempre em contato.

Para a análise dos dados, utilizamos os pressupostos teóricos da AD, derivada da linha de Pêcheux, matizada com tons foucaultianos, e, tendo em vista que a análise teve como foco o discurso jornalístico em revistas de atualidades – *Veja* e *Istoé* –, também recorremos a alguns estudiosos da mídia, como Charaudeau (2006), Bucci (2004), Hernandez (2004), Dines (1997), Scalzo (2006), entre outros.

A AD, conforme Orlandi (2005, p. 59), não busca o “sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica”; logo, tratamos dos fatos de linguagem, com sua memória, sua espessura semântica e sua materialidade lingüístico-discursiva.

Por fim, realizamos uma comparação entre os discursos das duas revistas, analisando-os à luz do suporte teórico definido.

Definindo os capítulos

Com o intuito de atingir os objetivos traçados, dividimos a dissertação em três capítulos que se inter-relacionam. No primeiro capítulo, delimitamos e explicitamos alguns conceitos da Análise do Discurso. Neste momento, é válido destacar as escolhas pelos conceitos desenvolvidos durante todo o trabalho: sujeito, formação discursiva e formação ideológica, memória discursiva e poder disciplinar, conceitos esses construídos partindo-se dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso derivada de Pêcheux.

No segundo capítulo, fazemos um breve retrospecto da história do jornalismo de revistas e as condições de produção no discurso da mídia e as transformações sociais que têm ocorrido, ao longo dos anos, quanto à importância e influência que a mídia, em especial a mídia impressa, exerce na sociedade contemporânea e, posteriormente, um estudo mais acurado das revistas *Veja* e *Istoé*, percorrendo a história de suas publicações, bem como de seus perfis. E por fim,

apresentamos um recorte do Estatuto do Desarmamento, com destaque ao Artigo 35, haja vista o referendo ter sido o tema das reportagens, *corpus* desta pesquisa, em que os eleitores deveriam escolher entre ratificar e rejeitar uma lei proposta pelo congresso, com as opções “SIM” ou “NÃO”, para que o Art. 35 do Estatuto do Desarmamento entrasse em vigor.

No que diz respeito às análises que realizamos das seqüências discursivas (sdrs) selecionadas para o terceiro capítulo, ressaltamos que optamos por grafá-las em negrito para melhor visualização dos enunciados e, por conseguinte, facilitar a leitura. Optamos por dividir as análises em três blocos: Formação discursiva (*Formação discursiva: a heterogeneidade no (do) discurso*); Memória discursiva (*Acontecimento e memória: uma estratégia discursiva*); e, Poder/saber (*O desejo e o poder no discurso*), pois, em um mesmo texto, podemos encontrar enunciados de discursos diversos, derivados de várias formações discursivas. Esse critério foi adotado para separarmos as seqüências, haja vista estarem entrelaçadas. Abordamos, ainda, a “Seção Cartas”, em ambas as revistas, a partir de recortes sobre o mesmo tema – o desarmamento – a fim de mostrar e ratificar as (sdrs) analisadas, e verificar a imagem que os leitores têm de suas revistas e como elas projetam-se para os leitores constituídos.

CAPÍTULO I

NOS ENREDOS DA ANÁLISE DO DISCURSO: REFLEXÕES TEÓRICAS

Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes (ORLANDI, 2005, p. 62).

1.1 Pressupostos teóricos: tecendo o discurso

Na AD, conforme Orlandi (2005), apesar de a língua ou a gramática lhe interessarem, os estudiosos¹ observam o homem falando, isto é, a prática de linguagem, a palavra em movimento; compreendendo a língua, o fazer sentido e a capacidade de significar; é a língua no mundo, a sua exterioridade. Assim, há métodos (há uma construção de um dispositivo teórico), em que se trabalham os limites, os mecanismos como parte dos processos de denotação.

Dentro dessa perspectiva, é a partir da conjuntura política e intelectual francesa no final da década de sessenta que nasce a proposta teórica de Michel Pêcheux. Para o autor (1997b), a linguagem passa a ser vista como interação social em que o outro desempenha papel essencial na construção dos sentidos, à medida que o discurso é contradição, lugar de confronto ideológico, não podendo a linguagem ser estudada fora da sociedade, pois os processos que a constituem são histórico-sociais.

O trabalho com historiadores, filósofos, sociólogos e psicanalistas resultou em uma proposta interdisciplinar, que se constituiu a partir de três regiões de conhecimento: a Lingüística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, fundamentais

¹ Conforme Malidier (2003, p. 16), a construção da análise do discurso foi “uma aventura de várias vozes”. Assim, quando nos referimos aos “estudiosos”, queremos ressaltar que Michel Pêcheux não era um filósofo solitário; ele apreciava o trabalho comum; e vários autores, amigos como: Canguilhem, Paul Henry, Michel Plon, F. Gadet, C. Fuchs, J.J. Courtine, D. Madidier, J. Authier, entre outros, participaram dos estudos, das leituras, enfim, trabalharam juntos. Apesar de nos referirmos a Pêcheux no decorrer do trabalho, deve ser compreendido que sua obra foi elaborada a partir dessa troca constante com esse grupo que estava sempre em torno dele.

para a AD, construindo-se seu objeto, que é o discurso.

A formação da AD foi uma reação ao estruturalismo e à gramática gerativa. Isso significa entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se une à história e à sociedade que o produziram. A AD preocupa-se com a ideologia², pois a linguagem é de conflito, mudança, possibilidades e transformações. Pêcheux preocupava-se com a ligação entre o discurso e a prática política, que passa pela ideologia.

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 163-164) definiram sua base teórica como um *empreendimento*, uma disciplina de *interpretação*, que tem como base a articulação de três regiões: a) o materialismo histórico e, dentro dele, as relações entre superestrutura ideológica e o modo de produção que domina a formação social considerada; b) a lingüística, vista concomitantemente como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; c) a teoria do discurso (teoria da determinação histórica dos processos semânticos).

Os estudos pêcheutianos podem ser resumidos por uma tese central que entende o discurso como efeito de sentido entre os locutores, cujo funcionamento só pode ser compreendido pela articulação de duas ordens: a da língua e a da história. A este apontamento acrescentamos uma observação, pois a língua da qual trata a AD se distingue daquela que se apresenta como objeto de estudo da Lingüística: a língua enquanto sistema ou instrumento de linguagem do qual o indivíduo se apodera para comunicar-se. Em se tratando das teorias desenvolvidas por Pêcheux, a língua consiste na materialidade lingüística por meio da qual se chega ao discurso, concebido como a articulação essencial entre a língua, o sujeito (descentrado e assujeitado) e a história.

Para chegarmos à materialidade do discurso recorreremos ao texto, todavia a AD não se interessa pelo texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. Como postula Orlandi (2004), o texto, do ponto de vista empírico, é um objeto com começo, meio e fim, porém, se o consideramos como discurso, não é uma unidade fechada, ainda que,

como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes,

² O conceito de ideologia que trabalhamos em nossa pesquisa encontra-se no item 1.3 Formação discursiva e formação ideológica desse capítulo.

possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (o sujeito e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer) (ORLANDI, 2004, p. 54).

Ainda segundo a autora (idem), com a AD, não se parte da história para o texto, e sim do texto enquanto materialidade histórica. Trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos, razão pela qual se trabalha a historicidade do texto, de como ele produz sentidos. Então, pode-se, na maioria das vezes, pela análise da historicidade do texto, dizer que é efetivamente atravessado por várias formações discursivas (heterogeneidade do discurso).

Assim, há vários procedimentos de análise, tais como: relação de paráfrases, observação dos diferentes enunciados, relação com diferentes discursos, mas, independente do procedimento, “o ponto de partida é sempre o mesmo na relação entre unidade e dispersão: o postulado de que o sentido sempre pode ser outro e o sujeito (com suas intenções e objetivos) não tem o controle daquilo que está dizendo”, o que conduz a autora a concluir que “um sujeito não produz só um discurso” e “um discurso não é igual a um texto” (ORLANDI, 2004, p. 60).

Orlandi (ibidem, p. 61) assevera que, para a AD, o texto é objeto de interpretação como toda peça de linguagem, como todo objeto simbólico. A tarefa do analista é compreender como o texto produz sentido nele e para ele. Isso nos remete à historicidade do texto e mostra que o analista não toma o texto como ponto de partida absoluto e nem como ponto de chegada. Quando se trata de discurso, não temos origem e não temos unidade definitiva.

Em AD, o que faz a diferença é a noção de língua, trabalhada como um sistema sujeito a falhas, e o da ideologia como constitutiva do sujeito e também dos sentidos, ou seja, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. E a linguagem é o lugar de descoberta, lugar de discurso.

Em *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2002), quando define o discurso, faz intervirem as noções de estrutura e acontecimento enquanto materialidades constitutivas: a estrutura entendida como sistema, e o acontecimento entendido como historicidade. Pêcheux pensou a língua, o sujeito, a ideologia e o próprio discurso enquanto estruturas distintas da concepção reinante no estruturalismo, posto que tais noções são compreendidas por ele como sistemas cujas fronteiras não são

fechadas e cujo princípio de organização não está no centro. Em outras palavras, o sujeito não está no centro de si mesmo e nem tampouco é a fonte do sentido; e o lugar onde está não tem centro, mas é uma estrutura.

Por meio dessa nova noção de estrutura (sistema), o autor passa a considerar, como estruturais, os fatos lingüísticos, tidos sempre como marginais. Não há uma visão concêntrica de língua, onde existiria um núcleo, as margens e um exterior. Isto é, a língua passaria a considerar, como estruturais, fatos lingüísticos como os do equívoco. Materializa-se o sistema com suas possibilidades de “furo”; o sistema que deixa ver algo que está presente.

Ainda que se preservem as noções de sistema e estrutura no quadro teórico do discurso, estas vão sendo alteradas em relação ao modo como eram empregadas no estruturalismo: o real da língua, do sujeito e da história estão presentes na incompletude e na não-sistematicidade. Esse fato deve-se em parte, ao atravessamento da psicanálise, considerando “as faltas” da estrutura, e também ao seu ritual de assujeitamento, bem como o trabalho da ideologia, não isento de falhas. Enfim, por essas brechas e bordas, entra em cena o equívoco, o sujeito do inconsciente e a contradição, materialidades do próprio discurso.

Pêcheux assume de vez o caráter estrutural do discurso, ao conceber o discurso como um sistema ao qual se acessa e ao qual se desvela por suas falhas, rendendo-se então ao sistema. Sistema este que aparece como condição de possibilidade, uma rede de sustentação que, ao mesmo tempo em que prende o discurso em suas amarras, permite que o novo apareça, por meio dos furos, inaugurando assim uma nova trama. Em outros termos, a trama não se mantém, o fio rompe-se e é preciso reiniciá-la.

Nas palavras de Orlandi (2002, p. 56), “o discurso é estrutura e acontecimento [...], o objetivo da AD é compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto lingüístico-histórico.”

Por conseguinte, dada a diversidade de disciplinas de que trata ao estabelecer processos para a análise do discurso, a obra de Pêcheux é rica, passando essencialmente pelo campo da língua (Saussure), da história e da ideologia (Marx) e da psicanálise (Freud).

No decorrer deste capítulo, fazemos um percurso pelas noções teóricas necessárias à realização deste trabalho: sujeito, formação discursiva, formação ideológica, memória discursiva e poder/saber.

1.2 Sujeito

O sujeito na AD deve, a princípio, ser compreendido como um sujeito que não é individual, porque enquanto ser humano, não é individualizado. Dito de outro modo, não se trata do indivíduo, da pessoa, como um ser empírico que tem existência particular, embora não se negue a existência real dos sujeitos que vivem em uma sociedade. Logo, ele deve ser considerado sempre como um sujeito social, não individualizado, mas apreendido em um espaço coletivo, ou seja, um sujeito que tem a existência em um espaço social e ideológico, em um determinado momento na história.

Dessa forma, o sujeito na AD não pode ser categorizado e posicionado em lugares definidos, pois é determinado pela posição e lugar de onde enuncia, e o lugar que ocupa é determinante para ser sujeito do que diz. Portanto, não exerce um papel definitivo, porque se movimenta e se situa em diversas posições, constituindo-se pela/na heterogeneidade.

Gregolin (2001) destaca que, a partir da idéia de heterogeneidade constitutiva e mostrada, a qual, desde 1978, vinha sendo articulada por meio da AD, Authier-Revuz, influenciada por leituras de Bakhtin, evidencia as rupturas enunciativas no intradiscurso³, introduzindo o aparecimento de um discurso outro no próprio discurso. Dito de outra maneira, o sentido e o sujeito em Authier-Revuz são influenciados pela concepção dialógica da linguagem formulada por Bakhtin, que vê o discurso como espaço marcado por heterogeneidade e o sujeito (dividido, clivado) como sendo aquele que intermedeia e harmoniza, em busca da unidade e coerência, as diferentes vozes que atravessam a sua fala.

Conforme Authier-Revuz (1990), há duas ordens de heterogeneidade: 1) a

³ Nas palavras de Courtine (1984), citado por Orlandi (2005, p.32-33), há uma relação entre o já-dito (interdiscurso) e o que se está dizendo (intradiscurso), “entre a constituição do sentido e sua formulação”. O autor “explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, [...] aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas”. Em outras palavras, o que está em evidência, no intradiscurso, é a formulação de um discurso a partir da realidade presente.

heterogeneidade constitutiva do discurso, em que se esgota a possibilidade de capturar lingüisticamente a presença do outro no um e 2) a heterogeneidade mostrada no discurso, que indica a presença do outro no discurso do locutor. A heterogeneidade mostrada, por sua vez, ainda conforme a autora, divide-se em duas modalidades: a marcada, da ordem de enunciação e visível na materialidade lingüística, como o uso do discurso direto ou indireto, citações, aspas, comentários, itálicos etc; e a não marcada, da ordem do discurso e não provida de visibilidade. Isto é, são identificáveis sobre a base de indícios textuais diversos ou graças à competência textual do co-enunciador (o discurso indireto livre, a ironia, as metáforas).

Orlandi (2005) postula que todo texto é heterogêneo em relação aos distintos materiais simbólicos (como imagem, som, grafia), às distintas formas de linguagem (oral, escrita, científica) e também quanto às posições do sujeito, que no discurso jornalístico (nosso objeto), são identificáveis, pois encontramos várias formações discursivas em um texto, as quais nele se organizam em torno de uma formação discursiva dominante. Cada formação discursiva define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição de sujeito, numa época determinada, do que decorre que, num mesmo texto, podemos encontrar enunciados de discursos diversos, oriundos de várias formações discursivas.

Segundo Foucault (2005a, p. 61), a noção de discurso é “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”. Dessa maneira, o discurso é uma dispersão de textos, enquanto o texto é uma dispersão do sujeito. No discurso jornalístico, o sujeito se subjetiva de diversas maneiras, constituindo-se uma dispersão de textos: os dos jornalistas, dos editores, dos fotógrafos, dos entrevistados, entre outros.

Zandwais (2005, p.146) reportando-se aos modos de subjetivação do sujeito em/de Pêcheux (1997b), destaca: “um sujeito-enunciador que toma posições a partir do lugar que se reconhece como sujeito, e, portanto, se coloca em seu discurso como portador de uma identidade que acredita ser objeto de sua livre opção”. É importante ressaltar a questão do sujeito-enunciador, pois recorreremos ao termo *enunciador* nas seqüências discursivas analisadas no capítulo III, nos discursos de *Veja* e *Istoé*: como enunciadores, tornando-se sujeitos às/de suas palavras.

Ao conceituar o sujeito em AD, mais uma vez recorreremos ao nosso objeto, o discurso jornalístico, que, por meio do sujeito-jornalista, produz o seu discurso. Esse

sujeito, se questionado sobre o que ele escreveu, o motivo que o levou a usar determinada palavra em detrimento de outras, com certeza nos dirá que produziu sua matéria pensando em elaborar um texto *objetivo, coeso*, com a finalidade de informar seu leitor. Para ele, essa escolha é *pessoal e consciente*, baseada nas fontes de informação às quais teve acesso (cf. PRELLVITZ, 2006).

Assim, no que concerne ao jornalista, percebemos um profissional que se diz centrado, acreditando ser dono do seu dizer e de seu fazer, sujeito cujo perfil equivale ao:

sujeito moderno - capitalista - [que] é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade (ORLANDI, 2001, p. 104).

Destarte, essa transparência, a objetividade na linguagem, é uma ilusão e advém do que Orlandi (1997, p. 99) denomina de “perfídia da interpretação: o fato que consiste em considerar o conteúdo (suposto) das palavras e não – como deveria ser – o funcionamento do discurso na produção dos sentidos.” Essa percepção está associada ao ideológico, concebido como uma ocultação, como sentidos que serão desvelados e revelados.

Conforme Prellvitz (2006, p. 24), para a AD, essa “relação tão precisa e controlada que o sujeito parece manter com a linguagem é um efeito ideológico”. Para os analistas de discurso, a ideologia é, como destaca Orlandi (ibidem, p. 101), “a transposição de certas formas materiais em outras, isto é, simulação (e não ocultação) em que são construídas transparências para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem, no entanto, como evidências empíricas.”

1.3 Formação discursiva e formação ideológica

Foi com base na concepção de discurso que Pêcheux, à luz dos estudos de Althusser e Foucault, desenvolveu as noções de formação ideológica e formação discursiva, o que, sem dúvida, contribuiu para o desenvolvimento da AD.

O conceito de formação discursiva foi formulado em 1969 em *Arqueologia do Saber*, por Foucault que o definia como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2005a, p. 133).

Pêcheux (1997a, p. 314), retomando Foucault, argumenta:

a noção de *formação discursiva* [...] começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de ‘preconstruídos’ e de ‘discursos transversos’).

Logo, uma formação discursiva nunca é homogênea, pois é sempre constituída por diferentes discursos. Face ao tema “referendo das armas”, quando colocado em evidência, é objeto de tensão, de conflitos, porque está frente às distintas posições ocupadas por sujeitos que se opõem, se contestam.

Partindo da idéia de que toda formação social pressupõe uma conjuntura em que várias formações ideológicas se confrontam, Pêcheux & Fuchs (1997, p. 166-7) postulam que uma formação ideológica apresenta-se como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos a *posições de classes* em conflito umas com as outras”. Dessa forma, observa-se que toda formação ideológica comporta uma ou várias

formações discursivas, que, por sua vez, “determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares, no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes”.

Fernandes (2007, p. 29) assinala que

ideologia é uma concepção de mundo de determinado grupo social em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, esta materializa-se naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra pronunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia(s) a integra(m).

Assim, a ideologia, que caracteriza um discurso divergindo-o dos demais, pode ser observada em um texto sob diversos aspectos, a começar pelos sentidos produzidos em decorrência da escolha e disposição das palavras nos enunciados como ocorre no discurso jornalístico. Esses aspectos, por sua vez, são inerentes à construção de sentidos e às formações ideológicas que, historicamente, implicam em formações discursivas. É nessa perspectiva que trabalhamos a ideologia em nosso trabalho.

Posto isso, tanto o sujeito-jornalista quanto o sujeito-leitor estão fadados a interpretar, a atribuir sentidos, de onde decorre que a interpretação não é qualquer uma, nem o sentido é qualquer um, pois os sentidos são sempre administrados pelos aparelhos de poder e pelos processos de filiação histórica dos sujeitos.

O acontecimento do “referendo das armas 2005” foi marcado por uma “guerra” discursiva entre os principais meios de comunicação. A análise dos trajetos desse discurso em *Veja* e *Istoé* mostra que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, porém, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas, ou seja, reproduzidas (PÊCHEUX e FUCHS, 1997).

Os sentidos só podem ser interpretados quando se recuperam as vozes que falam por meio do discurso produzido em determinado momento histórico, porque estão ligados diretamente às posições ideológicas. Diante disso, só depois de recuperada a memória intertextual acerca do “referendo das armas” é possível entender que o tema do “desarmamento” funcionou como um mote para o diálogo sobre a violência e a

segurança no/do país.

Cada texto nasce de um constante diálogo com outros textos inseridos na história e na memória; portanto, “não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno vôo” (GREGOLIN, 2001, p. 10).

1.4 Memória discursiva

A memória da qual trata a AD pode ser compreendida como “um espaço móvel de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PECHEUX, 1999, p. 56). Ela não é, portanto, um reservatório, que poderia ser concebido como uma esfera plena, e sim um espaço heterogêneo, não podendo ser frasco sem exterior, haja vista que o outro interno, em toda memória, é a marca do real histórico como remissão ao outro externo.

Quando nos referimos à memória discursiva, não se trata de lembranças que temos do passado, ou recordações que um indivíduo tem do que já passou. A memória é constitutiva do discurso; não a memória individual, psicológica, enquanto “registro mecânico”, porém a memória enquanto fato social. Como assevera Fernandes (2007, p. 59-60):

esse espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais. Um discurso engloba coletividade dos sujeitos que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos, e mantém-se em contraposição a outros discursos. Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção.

Assim, é nesse espaço que o discurso vai ser construído, pois no discurso, enunciados de outras enunciações são trazidos pelo enunciador, com a finalidade de produzir novos sentidos que conduzam ao efeito de sentido esperado na leitura do seu texto. Podemos dizer que se trata da memória discursiva, ou interdiscurso⁴, que vem a ser um conjunto de discursos outros que vão sustentar o sentido que se almeja do que está sendo dito. Posto isso, a memória social é reconstruída na enunciação, o que faz que todo e qualquer discurso produzido torne-se objeto de retomada.

Nas palavras de Pêcheux, citado por Orlandi (2005, p. 33), é o interdiscurso que especifica “as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.”

Destarte, o passado “memorizado” vai estar presente nos diferentes discursos, e aqui podemos citar o discurso jornalístico, objeto de nosso estudo, que, a partir de reformulações, vai readaptar-se ao novo acontecimento. Embora este parta de um determinado enunciado, vai haver um deslocamento do seu uso, possibilitando uma nova contextualização. Trata-se de um acontecimento único, um fato definido num determinado tempo e num determinado espaço, mas que permite, no enunciado, a representação de outros fatos. E é aí, nesta concretização discursiva, que a memória se evidencia.

Para Pêcheux (1999, p.52), a memória discursiva

seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Dessa forma, ao ler um texto que surge como um acontecimento, os implícitos são restabelecidos. O seu sentido somente será recuperado se recorrermos à

⁴ Fernandes (2007, p. 65-66), destaca que o interdiscurso é a presença de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva. Diferentes discursos entrecruzados constitutivos de uma formação discursiva dada; de um *complexo com dominante*. (grifo do autor)

memória, já que não há uma palavra original; no entanto um “novo” acontecimento também pode deslocar os implícitos associados a um acontecimento anterior, a um sistema de regularização, ou vir a coexistir junto a ele.

Isso nos leva a dizer que os sentidos de um discurso são possíveis porque recuperamos o seu já-dito por meio dessa memória, pois, em cada enunciação, intervém a situação imediata, além da história e da memória. Por isso, qualquer enunciado será sempre uma resposta a enunciados passados. Logo, toda formulação deve ser analisada por dois eixos: o vertical, que inclui a memória discursiva, o interdiscurso, e o horizontal, que trata da materialidade discursiva (aquilo que estamos dizendo em um dado momento, em dadas condições – intradiscurso).

No capítulo III, mostramos (por meio das seqüências discursivas) a forma como discursos presentes na memória social, na memória de uma cultura, são retomados e re-significados no discurso jornalístico, pelas revistas *Veja* e *Istoé*, pois todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já cristalizados na sociedade, e que são reavivados no intradiscurso. Dessa maneira, o discurso vai se relacionar com outros discursos e com as condições de produção em que ocorreram. Também mostramos como essa memória discursiva se apresenta e é renovada semanticamente nos enunciados acerca do desarmamento.

É comum a mídia recorrer à memória como estratégia de persuasão e convencimento, a exemplo dos enunciadores *Veja* e *Istoé*, que utilizam a memória como estratégia discursiva para persuadir e convencer o leitor a crer no seu discurso sobre o referendo das armas. Convém salientar que, para que isso ocorra, pressupõem um conhecimento prévio por parte de seu público-alvo: de crenças, mitos, política, valores, de modo que, por meio desses elementos, o leitor possa ter uma relação de identificação com o seu discurso, presente no interdiscurso.

1.5 O poder disciplinar na mídia

Segundo Charaudeau (2006), processos de informar ou comunicar é uma questão de escolha, seja de conteúdos a transmitir, seja de formas adequadas para estar em consonância com as normas do bem falar e ter clareza, especialmente dos efeitos de sentido para influenciar o outro, ou seja, a escolha de estratégias discursivas.

Diante disso, a mídia tem o poder de incluir ou excluir, qualificar ou desqualificar, legitimar ou não, dar voz, publicitar e tornar público. Esse poder concentra-se nas “mãos” de quem escolhe a manchete, a foto, a notícia da primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não.

O jornalismo impresso, em especial a revista, por sua vez, como uma mercadoria qualquer, tem interesse em fazer que o seu leitor se sinta privilegiado e que estabeleça para com ela uma relação de fidelidade. Para que isso ocorra, ela se apresenta como um mosaico de informações e interesses, criando estratégias particulares para atrair o seu leitor, como exemplifica Scalzo (2006, p.75-76):

texto de revista é diferente, sim, do texto de jornal, de Internet, de televisão, de livro e de rádio. Principalmente, o texto de uma boa revista. Além de conter informações de qualidade, exclusivas e bem apuradas, o texto de revista precisa de um tempero a mais. Diferente do leitor de jornal, o de revistas espera, além de receber a informação, recebê-la de forma prazerosa. Ele quer a informação correta, simples e clara – seja o exercício para o abdômen, a receita de bolo, a nota política, o roteiro de viagem –, mas quer também um texto que não seja seco, como um aperto de mão. Resumindo: costume dizer que, em revista, bom texto é o que deixa o leitor feliz, além de suprir suas necessidades de informação, cultura e entretenimento.

A mídia vende a ilusão de diversidade, de escolha, quando na verdade pode impor como o leitor tem que ser, como deve pensar, e qual escolha deve fazer. No caso das reportagens, no que tange ao desarmamento (sim x não), construíram-se imagens simbólicas e recorreu-se a estratégias discursivas, induzindo, por meio da materialidade discursiva, a uma tomada de posição, ou seja, direcionando o leitor/eleitor a determinado comportamento e pensamento.

Recorrendo aos conceitos elaborados por Foucault (2005b), poderíamos associar a mídia a um sistema de apropriação do discurso, pois os profissionais do jornalismo seriam aqueles que constituem não *sociedades de discurso* (não fazem o discurso circular em um espaço fechado), mas sim verdadeiras *doutrinas*, porque, de

certo modo, compartilham certos princípios, e a “verdade dos fatos” está em seu poder, cabendo-lhes o papel de decidir o que será divulgado ou não, para difundir essa verdade.

Também promoveriam *interdições*, ocultando, assim, o que não pode e não deve ser dito. Eles rejeitariam certos discursos, proibindo, de certa forma, aqueles que não lhes convêm, sendo responsáveis por *separações*. E também moldam os discursos àquilo que Foucault chama de *oposição verdadeiro/falso*, ou vontade de verdade. Essa vontade de verdade é reconduzida, de acordo como o modo pelo qual o saber é aplicado em uma sociedade, como é distribuído, valorizado, repartido e até mesmo atribuído. Os discursos são, no entanto, excluídos por não pertencerem a um sistema de saberes historicamente constituídos.

Ademais, a mídia trabalha na construção de *comentários*, ao construir fatos, como os novos discursos, os discursos que reiteram outros, e, por meio da repetição, vão permanecendo e remodelando-se.

Para Foucault (2005b), a mídia também impede a livre circulação do discurso, cuja produção acaba sendo controlada e selecionada. O que está em jogo é o “desejo” e o “poder”, pois cada sociedade tem sua “política de verdade”, e o discurso que prevalece é o do sujeito que detém o poder. Dessa maneira, poderíamos associar o discurso jornalístico a outros discursos – políticos, religiosos, educacionais – porque nenhum deles pode estar dissociado dessa prática que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. Esses discursos veiculados adquirem legitimidade, quando proferidos pela mídia, pelos governantes, médicos, executivos, professores, advogados – “ninguém se deixe enganar mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade” (FOUCAULT, 2005b, p. 41).

Aparentemente inofensiva e ingênua, a mídia pode trabalhar para a padronização do sujeito, por meio de técnicas, estratégias de convencimento, a exemplo das revistas *Veja* e *Istoé*; e, como assevera Foucault (2005c), essas técnicas, contínuas e ininterruptas, são como um olhar invisível que é incorporado pelos sujeitos, que começam a se auto-vigiar e a vigiar os outros.

Nessa perspectiva, a disciplinarização da sociedade induz os sujeitos a não serem críticos, o que muitas vezes não se percebe. Por meio desses mecanismos, o poder presente na sociedade, seja instituição midiática, social ou política, é constantemente reelaborado, organizando-se de forma a adequar-se às condições em que

é produzido.

Ainda consoante Foucault, durante a época clássica, o corpo, era identificado como objeto e alvo de poder. Esse corpo podia ser manipulado, modelado, treinado, ter suas forças multiplicadas ou tornar-se apto: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2005c, p. 118), já que está submetido a limitações, proibições e obrigações, isto é, a uma disciplina.

Essa disciplina é uma fórmula de dominação desde os séculos XVII e XVIII; no entanto, ela difere da escravidão, da domesticidade, da vassalidade, do ascetismo e das disciplinas do tipo monástico. A disciplina em questão refere-se a uma arte do corpo em que o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe, tornando-o tanto mais obediente quanto útil. Por meio desses métodos – as disciplinas –, sujeitando o indivíduo de forma constante e impondo-lhe uma relação dócil e útil, obtém-se assim o controle das operações corporais. É por meio da disciplina que se fabricam os corpos dóceis, numa relação dissociativa, pois, ao mesmo tempo em que se aumenta a força para a utilidade, diminui-se a força para se obter mais obediência:

o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna obediente quanto é mais útil, e inversamente. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos de obediência) (FOUCAULT, 2005c, p. 119).

Em direção à docilidade, participam colégios, hospitais, organizações militares, igreja, família, entre outras Instituições. É no micropoder⁵ que a disciplina se estabelece: há sempre lugares e regras a serem seguidas. Entre as Instituições, é

⁵ Micro-poder ou sub-poder é o termo que designa para Foucault (2006) o espriamento do poder em diversos pontos da rede social. Periféricos em relação ao poder central - o Estado -, esses poderes estão sempre produzindo novas articulações de poder, que estruturam atitudes, comportamentos e subjetividades, socializando os indivíduos para que respeitem fronteiras e hierarquias.

necessário hoje ressaltar a mídia, que atua como “orientadora” e “formadora” de comportamentos.

Foucault evidencia como o poder disciplinar se faz presente, um tanto modesto, desconfiado, mas constante, de forma autorizada ou não, e os corpos, ou melhor, os seres humanos permitem essa manipulação, posto que se encontram inseridos num contexto sócio-histórico, num momento à mercê da história.

Atualmente, podemos dizer que a mídia é a principal formadora de opinião, pois induz a comportamentos e dita regras para que o indivíduo possa estar inserido na sociedade. Dito de outra forma, ele não se sentirá excluído se estiver bem informado, “antenado” com os acontecimentos, pois ele precisa do “saber” doado pela mídia para “ser”, ou, de certo modo, sobressair-se, auto-afirmar-se, tanto profissional quanto pessoalmente.

Salientamos que, embora a mídia tenha um papel de destaque na transmissão das relações de poder, não podemos vê-la como um mero suporte das ideologias dominantes, porque ela também pode ser um espaço de produção de estratégias de resistências. Como nos lembra Foucault (2005b), toda forma de poder gera resistência, isto é, onde há poder há resistência. Dessa forma, essa resistência ao poder disciplinar da mídia pode ser realizada por meio de críticas, sugestões, negações, como no tema do desarmamento, com polêmicas, o que possibilita retomadas de sentidos e seus deslocamentos.

CAPÍTULO II

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NO DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA

Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro (CHARAUDEAU, 2006, p. 63).

A fim de apreender o crescimento desse meio de comunicação, o jornalismo impresso, e como as revistas tornaram-se formadoras de opinião, de propagação de informações e ideologias, fazemos um breve estudo do seu desenvolvimento.

2.1 Jornalismo de revista: uma breve história

A primeira revista da história, consoante Scalzo (2006), foi publicada em 1663, na Alemanha, e chamava-se *Erbauliche Monaths-Unterredungen*¹. Parecia-se com livro, mas foi considerada revista porque versava sobre distintos artigos acerca de um mesmo tema. Era destinada a um público específico e saía periodicamente. Foi fonte de inspiração em todo o mundo, mesmo com a aparência de livros no início, e de lá para cá passou por muitas transformações.

No Brasil, as revistas começaram a ser vistas no começo do século XIX, no momento em que a corte portuguesa veio para o Brasil, fugindo da guerra e de Napoleão, juntamente com a imprensa, que na época era proibida em Portugal.

Em 1812, em Salvador (BA), aparece a primeira revista, *As variedades ou ensaios de literatura*, e, conforme a própria revista, propunha-se a publicar assuntos variados e, como todas as outras revistas da época, também se parecia com livro.

A partir daí, vieram as revistas segmentadas, cuja proposta era a divulgação de assuntos específicos, como medicina e direito. Vale dizer, a título de curiosidade, que

¹ Cujas traduções são Edificantes discussões mensais.

a revista *Espelho Diamantino*, publicada em 1827, foi a pioneira entre as revistas femininas nacionais, periódico que trazia vários temas, desde política até moda, e que era voltado às “senhoras brasileiras”. Todas as publicações desse período, por falta de recursos e de assinantes, tiveram, no entanto, uma vida breve.

Somente em 1837, a situação das revistas brasileiras começou a mudar. Com o lançamento da revista *Museu Universal*, nos padrões do que era feito na Europa e refletindo experiências que dominavam o século XIX, como assevera Scalzo (2006, p.28), “com textos leves e acessíveis, a publicação foi feita para uma parcela da população recém-alfabetizada, a quem se queria oferecer cultura e entretenimento. Além dessas inovações, a revista trazia ilustrações”.

Desse período em diante, com essa nova fórmula européia e o avanço das técnicas de impressão, surgiram várias revistas no Brasil, e o jornalismo em revista descobriu um caminho para manter-se e alcançar cada vez mais leitores. Assim, a imprensa começa a se profissionalizar juntamente com a nascente industrialização do país. Revistas voltadas para públicos diferentes que vão disseminar publicações de todos os gêneros.

De acordo com a autora (2006, p. 30-31), em 1928, nasce a revista *O Cruzeiro*, criada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, publicação que “estabelece uma nova linguagem na imprensa nacional, através da publicação de grandes reportagens e dando atenção especial ao fotojornalismo”. Na década de 1950, chegou a vender 700 mil exemplares por semana, vindo a ser um dos maiores fenômenos editoriais brasileiros.

Outra revista surge, aproveitando o sucesso dessa fase, em 1952 – *Manchete*, do grupo Bloch –, uma revista com ilustrações, que valorizava muito os aspectos gráficos e fotográficos. Na sequência, 1966, assim como *O Cruzeiro* (que deixa de ser publicada na década de 1970) e *Manchete* (que se mantém até o início da década de 1990), também focada na reportagem e no jornalismo investigativo, porém mais crítica, surge *Realidade* (que foi fechada em 1976) e, de acordo com a jornalista Scalzo (idem) “é considerada uma das mais conceituadas revistas brasileiras de todos os tempos. Depois dela, a Editora Abril, investiu em *Veja*”.

A revista *Veja* foi lançada em 1968, nos moldes da norte-americana *Time*, e é hoje a quarta revista de informação mais vendida no mundo. A primeira concorrente de *Veja*, no Brasil, foi *Visão*, que já existia quando *Veja* foi lançada. Depois surgiram “*Istoé*, *Senhor* (reedição de um título que já havia feito muito sucesso no final dos anos

1950), *Afinal e Época*” (Scalzo, 2006, p.31). A revista *Istoé*, criada em 1976, por Mino Carta, segue os mesmos padrões de sua concorrente *Veja*.

Hoje, no Brasil, as principais revistas semanais de informação que disputam o mercado e, portanto, concorrentes diretas, são: *Veja*, *Época*², *Istoé* e *Carta Capital*³.

Neste breve retrospecto da história das revistas, é possível inferir como esses meios de comunicação estão inseridos nas relações sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. É importante ressaltar, que a sociedade contemporânea, cada vez mais, necessita de informações sobre os acontecimentos e, portanto, é inegável que os meios de comunicação têm uma influência enorme na sociedade. Eles constroem, produzem sentidos (e não apenas informam ou relatam fatos), tornando-se instrumentos de poder, capazes de influenciar a forma de pensar e agir em sociedade. Nas palavras do jornalista Hamilton Ribeiro, “a imprensa livre é o quarto poder de um país”, referindo-se a acontecimentos sobre o jornalismo e a relação de poder que exerce, a ponto de os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário curvarem-se diante do poder da mídia (RIBEIRO, 1997, p. 97).

2.2 O papel da mídia na sociedade

Como postula Navarro-Barbosa (2003, p. 115-116), o “objeto da prática midiática é também o presente, transmutado em acontecimento jornalístico e, muitas vezes, em espetáculo.” Diante disso, a mídia, além de transformar o presente em acontecimento jornalístico, também lhe confere estatuto histórico. Assim, o discurso midiático está imbuído de poder, pois produz o fato, em que a historicidade não provém da possibilidade de ele ter acontecido, mas de ter sido contado. E acrescenta que o “lugar, por excelência, de produção do acontecimento não é mais o do discurso da história, mas sim o da mídia”.

Na sociedade contemporânea, a mídia ocupa um lugar privilegiado. As

² Conforme Wikipédia, enciclopédia livre, a revista *Época* é uma das maiores semanais publicadas no Brasil, pela Editora Globo. De acordo com a ANER (Associação Nacional de Editores de Revistas), tem circulação média estimada em aproximadamente 420 mil exemplares. É publicada desde 1998.

³ De acordo com a Wikipédia, a revista *Carta Capital* foi fundada em 1994 pelo jornalista italiano Mino Carta, que também foi criador de *Veja* e *Istoé*. É uma revista semanal de informação publicada pela editora Confiança.

pessoas que desejam conquistar sucesso profissional e social recorrem à mídia impressa, televisiva, eletrônica, para acompanhar os acontecimentos e obter informações atualizadas sobre vários assuntos, com rapidez e eficiência. Dessa maneira, o indivíduo que trabalha, estuda ou simplesmente se socializa com outro, necessita saber o que acontece e de alguma forma busca por informações, muitas vezes, por intermédio dos meios de comunicação, que atualmente são essenciais para que se tenha conhecimento dos acontecimentos do cotidiano.

A chamada mídia (meios de comunicação de massa) transformou-se em uma eficiente e concorrida forma de transmitir informações e, ao mesmo tempo, propagar ideologias para um grande número de pessoas, de classes sociais e formações diferentes. Tornou-se, assim, um modo eficaz de disseminar idéias, conceitos, isto é: por meio de determinadas produções discursivas, podem ser criadas verdades ideológicas pertinentes a determinados grupos, aos seus interesses, e, por conseguinte, intervir nas decisões e nas relações da sociedade.

Por estar na mídia, qualquer assunto adquire um estatuto de verdade, visto que tem um alcance maior sobre as pessoas e trabalha o acontecimento dando-lhe um único sentido. Consoante Gregolin (2003a, p. 97), os fatos parecem únicos, lógicos e estabilizados, porque “a criação dessa ilusão de ‘unidade’ do sentido é um recurso discursivo que fica mais evidente nos textos da mídia. [...] as *mídias* desempenham papel de mediação entre seus leitores e a realidade”.

É mister ressaltar que os meios de comunicação, como o radiojornalismo, telejornalismo, jornalismo impresso ou jornalismo de *internet* (portal) exigem estratégias discursivas e abordagens distintas para persuadir e despertar sentidos no interlocutor/leitor. Embora, como já dito, existam várias maneiras de se publicar um texto jornalístico, vamos nos ater ao texto jornalístico impresso, em especial as revistas de informação, de que se constitui o *corpus* desta pesquisa.

As revistas de informação são, muitas vezes, instrumentos de propagação de moda, de comportamento e de informações sobre o cotidiano da sociedade. Ademais, é necessário salientar que muitos problemas políticos, sociais e econômicos são, primeiramente, divulgados por revistas de ampla visibilidade nacional. Em primeira mão, muitos casos de corrupção e escândalos são anunciados, a exemplo da publicação de *Veja* acerca dos esquemas de corrupção de Fernando Collor de Melo, ex-presidente do Brasil, que foi denunciado por seu irmão Pedro Collor de Melo, em entrevista exclusiva à revista.

Além de influenciar o comportamento das pessoas, a maneira de se vestir, ou se comportar, as revistas tornam-se parte do cotidiano de uma sociedade. Por serem segmentadas e abordarem temas variados, os seus leitores esperam pelas edições, cujos assuntos geralmente se tornam alvo de comentários. Como salienta Scalzo (2006, p. 44-45), na verdade, as revistas

podem ser chamadas de ‘supermercados culturais’. Elas refletem a cultura dos lugares, o estilo de vida, e, numa sociedade consumista como a em que vivemos, não é de se estranhar que, apesar da crise econômica, as revistas que incentivam a febre pelas compras estejam em alta e representem uma tendência significativa do mercado editorial.

Por não se tratar de um veículo diário, as revistas de informação, que podem ser semanais, quinzenais ou mensais, dispõem de mais tempo para sua elaboração; logo os redatores das matérias podem desenvolver reportagens mais completas, com mais dados e detalhes acerca do assunto abordado.

Posto que *Veja* e *Istoé* são as revistas selecionadas para a constituição do *corpus* desta pesquisa, damos uma atenção especial a elas no próximo item.

2.3 As revistas: *Veja* e *Istoé*

As reportagens escolhidas acerca do “referendo das armas 2005”, como já dito em considerações anteriores, foram extraídas das revistas *Veja* e *Istoé*, haja vista possuírem características análogas, como, por exemplo: são destinadas praticamente ao mesmo público-alvo, pois abordam temas variados – política, cultura, negócios, notícias nacionais e internacionais, moda, sociedade, comportamento –, têm periodicidade semanal, apresentam tamanho/formato semelhantes e também preços parecidos: no momento (junho de 2007), *Veja* custa cinquenta centavos a mais que *Istoé*.

No próximo item apresentamos o perfil dessas revistas, uma breve história das publicações e como se posicionam diante de seus leitores.

2.3.1 O perfil de *Veja*

A revista *Veja* foi lançada em 1968, nos moldes da norte-americana *Time*; é hoje a quarta maior revista semanal de informação do mundo e a primeira no Brasil, segundo Scalzo (ibidem, p. 31). Pertence à Editora Abril ⁴, que é presidida por Roberto Civita, e possui uma circulação mensal com um total de 1.096.831 exemplares, segundo a ANER (Associação Nacional de Editores), em pesquisa realizada no período de janeiro a maio do ano de 2007.

Roberto Civita, presidente da Editora Abril e Editor de *Veja*, em edição especial da revista *Veja* de nº 2000, de 21 de março de 2007, prestou a seguinte declaração sobre as capas da revista: “A capa de uma revista define o que ela é. Se uma pessoa olha as 2000 capas de VEJA até hoje, ela entende que revista é esta”. Interpretamos que se é a revista mais vendida no Brasil, é porque os leitores são fiéis, acreditam em seu discurso e compactuam dele, ou seja, ela tem credibilidade. Dito de outro modo, sustenta a imagem de “séria” e “comprometida com a verdade”.

A revista possui um *site* na *internet*, www.veja.com.br, criado em 1997, que apresenta o que vai ser publicado na edição impressa, e os assinantes têm acesso a todo o conteúdo da revista *on-line*.

Consoante Hernandez (2004), embora tenha necessidade do leitor, *Veja* possui uma posição de superioridade, apresentando-se como detentora do saber que o leitor almeja e, quase sempre, paga por isso: “A relação entre a revista - doadora de saber e poder - e um sujeito sem essas competências não é, obviamente entre iguais. *VEJA* constrói uma imagem de superioridade. O leitor precisa dela e nunca o inverso” (HERNANDES, 2004, p. 86).

Dessa forma, no *site* “Assine Abril”, podemos avaliar o que a *Veja* impressa pretende ser aos olhos de seus leitores:

⁴ Fundada em 1950 por Victor Civita como Editora Abril, o Grupo Abril é hoje um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina.

Assine a mais lida e comentada revista brasileira e **entenda** melhor todos os fatos da semana, no Brasil e no mundo. **Acompanhe** de perto reportagens marcantes, entrevistas inesquecíveis, matérias que mudam o rumo dos acontecimentos. **Tenha** a seu lado a revista sempre abrangente, que cobre ciência, artes, cultura, política, economia, esportes e todos os assuntos que repercutem em sua vida (Abril *on-line*, grifo nosso).

Nessa breve exposição, a revista diz o que é, e o que quer ser. Insiste na construção de sua imagem como “indispensável” para todos os leitores que querem informação de qualidade sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo. Com o uso do imperativo: *assine*, *entenda*, *acompanhe* e *tenha*, reforça o seu perfil de “autoritária”, de exprimir uma ordem, de dar a decisão final. Embora ela esteja tentando persuadir o leitor a fazer a assinatura, não deixa de ser superior a ele, pois, ao propor trazer assuntos variados que vão repercutir em suas vidas, produz o efeito de que tudo que o leitor deseja saber está em *Veja*.

2.3.2 *Veja*: slogan “indispensável”

Com periodicidade semanal, abordando assuntos variados, *Veja* é a “última a falar” sobre assuntos que são notícias em outros meios de comunicação, assim, tem uma característica distinta, que permite lançar mão das novidades relevantes sob o seu ponto de vista. Ela não omite e não faz questão de parecer neutra, pois tem um “perfil”, como postula Hernandez (2004, p. 178), “*VEJA* assumiu com agressividade essa missão de querer dar a palavra final sobre tudo”.

Na matéria publicada no dia 5 de outubro de 2005, a revista deixou explícita sua posição em relação ao referendo das armas:

[...] **Veja alinha** sete razões pelas quais **julga** correto votar **NÃO** no referendo sobre o comércio de armas de fogo convocado para o próximo dia 23.[...] **Veja acredita** que a atitude que melhor

serve aos interesses dos seus leitores e do país é incentivar a rejeição da proposta da proibição (05/10/2005, p. 77) (grifo nosso).

Veja, na tentativa de dar a palavra final sobre os acontecimentos, recorre a estratégias de persuasão para que o leitor acredite no seu discurso, isto é, não há alternativas. Seus enunciados reforçam a postura explícita da revista, com “verdades” que denotam a sua opinião, construindo, dessa maneira, fatos inquestionáveis.

Para Foucault (2005b), no grupo de procedimentos, há os que controlam os discursos, que são os sistemas de restrição. A forma mais nítida é constituída pelo que se pode denominar “ritual”, o qual vai definir a qualificação que devem possuir os sujeitos que falam, seja por meio do jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, e que devem ocupar uma determinada posição e formular certos tipos de enunciados. Definem-se, assim,

os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e o conjunto de signos que acompanham o discurso; estabelece, fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, determina então, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem estar dissociados dessa prática de um ritual que determina par os sujeitos que falam, ao mesmo tempo propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 2005b, p. 39).

O discurso jornalístico também exerce uma forma de ritual, com papéis singulares, em que o jornalista é influenciado pela linha editorial e pelo perfil do veículo em que trabalha. Por meio de seu discurso, impõe, determina e utiliza estratégias de persuasão, para ditar normas e procedimentos ao leitor. No caso específico do referendo das armas, *Veja* induz o leitor a votar “não”, por meio da intimidação, do temor, caso não siga o que a revista propõe, como veremos nas seqüências analisadas no capítulo III.

Hernandes (2004, p. 71), após uma análise detalhada de uma publicidade de *Veja*, cujo slogan era: “Veja. Não é curriculum, mas é vitae”, e, na seqüência um slogan

menor: “Veja. Indispensável”, conclui que “*VEJA* reforça e valoriza a própria imagem, seu papel de testemunha, organizadora e intérprete da história que apresenta ao seu público”.

2.3.3 O perfil de *Istoé*

A revista *Istoé* foi criada em 1976 e pertence à Editora Três⁵, que é presidida por Carlos Alzugaray; sua periodicidade é semanal, abordando assuntos variados. Consoante a editora, intitula-se como “ousada”, “inquieta” e “ética”. Está entre as dez maiores revistas de informação do mundo e afirma que esse sucesso não seria possível se não fosse a mistura de credibilidade e transparência com que se propõe apresentar os fatos, o que a torna única, com relevância fundamental na história do Brasil e do jornalismo nacional.

Também se orgulha por ter introduzido no país uma direção de arte que privilegia o dinamismo e a interatividade, além de, uma cobertura ampla de temas como comportamento e tecnologia, sendo, portanto, “leitura obrigatória entre os formadores de opinião”. Tem uma tiragem mensal (até abril de 2007) de 392.694 exemplares, dos quais 88% são destinados a assinantes. Foi o primeiro semanário brasileiro a ter um *site* na *Internet* (www.istoe.com.br); há dez anos disponibiliza na *web* quase 100% de seu conteúdo.

Conforme o *site* de Publicidade da Editora Três, a *Istoé* recebeu prêmios importantes, como o Esso, em 1988 (duas categorias), o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo (2000), o Prêmio Fiat Allis de Jornalismo Econômico e o Prêmio Esso 2000 (três categorias), além de Melhor Editor de Educação, pela seção Educação, no Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo em 2001.

Vale ressaltar que a *Istoé*, segundo o *site* da *IstoÉ Dinheiro*, em dezembro de 2005, firmou o contrato de conteúdo editorial mais importante no Brasil com a revista americana *Time*. A partir de janeiro de 2006, passou a editar várias páginas da revista *Time* em sua edição semanal. Um recurso utilizado como estratégia a mais para persuadir o leitor a comprar o seu produto, visto que a *Time* é a revista mais vendida no

⁵ Editora fundada em 1972 com a revista Planeta, além de outras publicações como: *IstoÉ*, *IstoÉ Gente*, *IstoÉ Dinheiro*, *IstoÉ Platinum*, *Menu*, *Dinheiro Rural*, *Motor Show*.

mundo e também a mais antiga, referência para muitas revistas de informação do mundo, incluindo a própria *Istoé* e *Veja*.

2.3.4 *Istoé*: slogan “independente”

De acordo com a Editora Três, a revista se considera hoje a mais “combativa” e “arrojada” do país. “Independente” é o seu *slogan*, comprometida com a ética e com o jornalismo investigativo, faz questão de parecer neutra, isenta e sempre aborda os dois lados do assunto.

Na matéria publicada no dia 12 de outubro de 2005, a revista tentou parecer neutra ao falar sobre o referendo das armas:

Quem luta para convencê-lo são duas Frentes Parlamentares antagônicas. A Frente Parlamentar Brasil sem Armas, defendendo o voto sim, comandada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, defendendo o voto não, e comandada pelo deputado Alberto Fraga (PFL-DL) [...] (*Istoé*, 12/10/2005, p.61).

Istoé tenta convencer o leitor de que os argumentos apresentados são das Frentes Parlamentares do SIM e do NÃO. Diante disso, o seu discurso, por meio do sujeito-jornalista, na posição que exerce, conduz o seu leitor a acreditar na imagem que constrói de “neutra”, de apenas “informar” os fatos.

Sabemos que não existe um discurso neutro. O jornalista Bucci ao falar sobre ética jornalística, afirma que, no fundo, dorme um problema imenso, a pretensão pela busca da “verdade” dos fatos, e questiona:

A verdade dos fatos existe? Existe um relato perfeitamente neutro e isento? A objetividade perfeita é possível? Não, não e não. A verdade dos fatos é sempre uma *versão* dos fatos. O relato, qualquer que seja ele, é um discurso e,

como tal, inevitavelmente ideológico: mesmo quando sincera e declaradamente não opinativo, o relato jornalístico é encadeado segundo valores que obrigatoriamente definem aquilo que se escreve (BUCCI, 2004, p. 51).

Dessa forma, consoante a tese foucaultiana, não há uma verdade, mas várias verdades, pois o significado de verdade seria o expressado em uma determinada época, cada qual com sua verdade e seu discurso. Dito de outra maneira, cada sujeito⁶ ao ocupar uma posição, elege e interpreta de acordo com o que acredita, assim, a verdade não é absoluta, estável; é empregada nos enunciados pelos sujeitos constituídos, logo não é definitiva, inquestionável. Na teoria pechêutiana, os sentidos das palavras mudam de acordo com as posições de quem as empregam e também as interpretam.

2.4 O desarmamento

O tema de nossa pesquisa, como já exposto no início, é o discurso de *Veja* e *Istoé* sobre o desarmamento. Assunto que gerou polêmicas no país, tanto pela mídia quanto pelos eleitores, cidadãos que deveriam votar no referendo, com a seguinte pergunta: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”

É importante ressaltar que essa pergunta que acalorou as redações jornalísticas de todo o país já estava estipulada conforme o Decreto Legislativo nº 780, de 07 de julho de 2005, promulgado pelo Senado Federal, em que se autorizou o referendo sobre comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, a ser realizado em outubro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:
Art.1º É autorizado, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal, referendo no âmbito nacional, a ser organizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para consultar o eleitorado sobre a comercialização

⁶ Cf. o conceito de *sujeito*, no capítulo I (p. 20-22).

de armas de fogo e munição no território nacional.

Art. 2º O referendo de que trata este Decreto Legislativo realizar-se-á no primeiro⁷ domingo do mês de outubro de 2005, e consistirá na seguinte questão: “o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”.

É necessário ressaltar a diferença entre *Referendo* e *Plebiscito*, que para muitos são sinônimos. Embora ambos sejam uma consulta popular, no Plebiscito, a consulta é feita “antes” da elaboração da lei, enquanto no Referendo, ao contrário, a consulta ao povo é feita “depois” da aprovação de uma lei, seja ela complementar, ordinária ou emenda à Constituição (*Veja* 05/10/2005).

Segundo os ditames da soberania popular, todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição. No Capítulo IV – Dos Direitos Políticos – artigo 14 da Constituição Federal (1988), determina-se que a soberania popular será exercida pelo direito ao voto secreto e também, nos termos da lei, pelo plebiscito, referendo e pela iniciativa popular.

De acordo com as revistas *Veja* e *Istoé*, o Estatuto do Desarmamento já é bastante rigoroso e restritivo quanto à compra e posse de armas de fogo, como podemos ver nos enunciados que seguem: “Restrições mais severas quanto a compra, posse e porte de armas já foram adotadas pelo Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 2003” (*Veja*, 05/10/2005, p.80); “É bom que se esclareça que a proibição da venda de armas de fogo e munição representa apenas um item a mais em um Estatuto que já proíbe o porte de armas aos cidadãos comuns [...]” (*Istoé*, 12/10/2005, p.61).

Consoante o Código Penal (2004), em 22 de dezembro de 2003, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.826/03 publicada no Diário oficial da União, de 23 de dezembro de 2003, chamada Estatuto do Desarmamento⁸ que atualiza nossa legislação sobre registro, porte e comércio de armas de fogo no Brasil – “*Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências* (grifo do autor).”

O Sistema Nacional de Armas (SINARM) está vinculado à Polícia Federal.

⁷ O referendo foi realizado no dia 23 de outubro de 2005, e não como estava previsto no Art. 2º.

⁸ O Estatuto do Desarmamento foi pesquisado no Código Penal e também no *Site* SOLEIS – Legislação Federal; portanto o texto traz duas fontes, especialmente no que concerne às Leis recentes, pois o Código Penal (2004) não trazia essas informações. O estatuto é composto de 6 capítulos (cf. anexos).

É de sua responsabilidade: cadastrar as armas produzidas, importadas e vendidas no país, cadastrar as autorizações de porte de renovações, além de todas as alterações como extravio, transferências, apreensões, e também integrar as informações policiais existentes.

De acordo com o Estatuto do Desarmamento, a posse de armas sem registro é crime, com penas que vão de um a seis anos de prisão, e o porte ilegal é crime inafiançável, com exceção feita aos agentes da lei e aos casos comprovados de risco de morte. (Alterada pela Lei nº 10.867/12.05.2004, Lei nº 10.884/17.06.2004, Lei nº 11.118 \ 19.05.2005).

Ainda, no Capítulo VI – Disposições Finais – o referendo já estava previsto no artigo 35, desde 2003. E este, para entrar em vigor, por meio do próprio Estatuto, precisava ser aprovado em votação popular: o referendo.

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6.º desta Lei.

§ 1.º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

§ 2.º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Após a votação, a aplicação do artigo 35 foi rejeitada pelo referendo realizado em 23/10/2005, com 63,94% pela não proibição da venda de armas e munição e 36,06% pela manutenção do artigo. Ou seja, o artigo não foi aprovado.

Enfim, o Estatuto do Desarmamento, por meio do SINARM, é responsável pelo registro, posse, comercialização de armas de fogo e munição em todo território nacional. Salientamos que não objetivamos analisar o Estatuto do Desarmamento, mas, apenas os artigos pertinentes ao objeto em questão. Os discursos das revistas asseveram que o Estatuto do Desarmamento já é restritivo o bastante acerca do comércio de armas de fogo no Brasil; e as consequências que o porte e comércio de armas poderão causar na vida do cidadão brasileiro, caso opte por essa escolha.

CAPÍTULO III

O REFERENDO DAS ARMAS 2005 SOB A ÓTICA DE *VEJA* E *ISTOÉ*

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal está o perigo? (FOUCAULT, 2005b).

3.1 A produção de sentidos na mídia: o (inter) discurso das revistas

O discurso de *Veja* foi explícito quanto a sua posição, com a reportagem de capa, “7 Razões Para Votar NÃO: A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos. Assim, a revista posicionou-se claramente a favor do “não”, provocando a discussão sobre os limites entre liberdade e responsabilidade. Consoante Dines (1997, p. 40), “a informação foi trocada pelo opinionismo. E este é um convite para a irresponsabilidade e a frivolidade”. A esse respeito, observamos a seguinte afirmação: “VEJA acredita que a atitude que melhor serve aos interesses dos seus leitores e do país é incentivar a rejeição da proposta da proibição” (*Veja*, 05/10/2005). Com base em estatísticas, experiências de outros países que aderiram ou não ao comércio de armas e depoimentos de pessoas que tiveram suas vidas alteradas pela violência, o discurso de *Veja* procurou demonstrar que não havia relação direta entre a proibição de armas e as taxas de homicídio, salientando, ainda, que a quantidade de armas nas mãos da população não determinava o grau de violência de uma sociedade.

Com o objetivo de auxiliar seus leitores na escolha, sem adotar (explicitamente) um posicionamento, o discurso da *Istoé* também apresentou opiniões de especialistas, estatísticas de outros países e depoimentos marcados por tragédias, por pessoas que tiveram suas histórias modificadas quando um gatilho foi acionado. A revista assevera também que suas histórias quase sempre dramáticas, “certamente vão contribuir com sua escolha. Apenas contribuir, porque a decisão é sua, apenas sua”

(*Istoé*, 12/10/2005). *Istoé* tentou manter-se na “imparcialidade”, mostrando os dois lados. Todavia, desde o princípio, a revista primou por uma linguagem persuasiva, mesmo com o discurso “imparcial” de que só os leitores decidiriam, por meio de vários depoimentos marcados por fatos e diálogos, antes ouvidos de outras pessoas e retransmitidos, sempre acrescidos de particularidades, dando-se aí a interdiscursividade¹.

Selecionamos os recortes para a análise, ora pela relevância do tema, ou por apresentarem conexão com outra sdr (seqüência discursiva) escolhida, devido à impossibilidade de todas serem comentadas. No entanto, as selecionadas configuram um recorte desse *corpus*. Consoante Pêcheux (1994), o recorte já é uma marca de interpretação e, ao analista, é impossível, analisá-lo à distância. Destarte, o resultado obtido com a análise não é o único possível ao *corpus*, pois uma análise não é igual a outra, porque mobiliza conceitos distintos e isso tem resultados determinantes na descrição dos materiais. Logo, até um mesmo analista, elaborando uma questão diferente, poderia mobilizar conceitos variados, fazendo distintos recortes conceituais.

3.2 Do discurso à análise

Nas análises que seguem, optamos por separá-las em três blocos e por revistas, primeiro *Veja*, em seguida, *Istoé*, tomando por base as características comuns que encontramos entre elas, por serem as mais evidentes e polêmicas. Salientamos que esse critério é apenas uma forma de organizar as seqüências discursivas, já que todas as seqüências discursivas estão entrelaçadas, pois, em um mesmo texto, podemos encontrar enunciados de discursos diversos, derivados de várias formações discursivas. Assim, enfocamos, inicialmente em: a) 3.2.1 formação discursiva; b) 3.2.2 a memória

¹ Conforme Fernandes (2007, p. 51) “toda formação discursiva apresenta em seu interior, a presença de diferentes discursos, ao que na Análise do Discurso, denomina-se **interdiscurso**. Trata-se, [...] de uma **interdiscursividade** caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais” (grifo do autor). Em outras palavras, é a relação de um discurso com outros discursos; vozes discursivas outras que se manifestam em um dado discurso e interferem no seu sentido. Logo, esta noção está ligada à heterogeneidade discursiva, FD e interdiscurso.

discursiva; c) 3.2.3 o saber/ poder.

3.2.1 Formação discursiva: a heterogeneidade no (do) discurso

As seqüências discursivas foram produzidas por sujeitos que ocupam a posição-sujeito de jornalista e, a partir dela, *falam* os líderes dos partidos, os entrevistados (pessoas comuns nas mais diversas profissões; especialistas na área de segurança pública). Logo, a Formação Discursiva (FD) é heterogênea e é na materialização de seus discursos que percebemos a circulação de saberes próprios a outras Formações Discursivas, como da Justiça, da Igreja, da Polícia, entre outras.

Sdr1: “Na falta de qualquer outra estratégia real, que enfrente o crime e a corrupção policial com persistência, surgiu a solução da democracia direta que fará muito barulho por nada. É mais uma oportunidade perdida” (*Veja*, 05/10/2005, p. 80).

Sdr2: “A proibição do comércio de armas de fogo não vai pôr fim ao mercado de armas e munições. A medida, além de contribuir para o crescimento do mercado clandestino, pode colocar o cidadão de bem em situação irregular. Mesmo se tiver uma arma registrada em casa, ele não conseguirá comprar munição, a não ser de forma ilegal” (*Veja*, 05/10/2005, p. 86).

Na (sdr1) o enunciador *Veja*, com o discurso do “não”, utiliza como argumento o discurso do outro: o da polícia e do governo. Dessa forma, vemos, na materialização do seu discurso político/social, com o emprego de “na falta de”, “crime”, “corrupção policial”, “muito barulho por nada”, “oportunidade perdida”, argumentos que visam a persuadir o leitor a votar “não”. Com uma carga negativa, temos o pressuposto de que o referendo das armas não terá efeito algum, pois o governo não tem solução para a violência, então recorre a uma estratégia irreal, falsa, para tentar solucionar ou enfrentar a criminalidade e a corrupção que assola o país. Vale ressaltar que o enunciador *Veja*, por ser opinativo, não está interessado e não quer parecer neutro, pois se posicionou desde o princípio.

Já na (sdr2), *Veja* enfatiza que a proibição do comércio de armas de fogo e munições vai contribuir para o mercado clandestino e que o cidadão de bem ficará em situação irregular, ou seja, não terá outra opção a não ser agir ilegalmente. Com o uso do articulador de adição “além de”, acentua-se o argumento em favor do “não”, porque vai contribuir para o crescimento da ilegalidade, algo condenável pela sociedade.

Para a FD jurídica, a ilegalidade é a condição inerente àqueles que infringem a lei e que, logo, são inaceitáveis e devem ser punidos, tanto quanto a clandestinidade.

Além disso, a revista emprega o item lexical *mercado* duas vezes, “mercado de armas e munições” e “mercado clandestino”, o que remete a mercado negro, isto é, comércio ilegal ou clandestino, mantido sobretudo em períodos de racionamento segundo o dicionário Aurélio (2004). Ao escolher “mercado” em vez de “comércio”, a revista deixa implícito, o que marca a posição ideológica de sua formação discursiva, porque, para a AD, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas formações ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.

Assim, na escolha dos itens lexicais, no nível da formulação, as filiações ideológicas de *Veja* já estão definidas, que é defender o “não” ao desarmamento e criticar a medida do governo, pois, se o “sim” vencer, supõe-se que será um período de racionamento, no qual, sem poder comprar munição, o cidadão de bem agirá na ilegalidade, além de dar mais poder ao mercado negro. Dito de outra forma, se o leitor não compartilhar com o discurso de *Veja*, poderá ser punido por estar ilegal, o que induz o leitor a pensar mais e querer compartilhar da mesma ideologia da revista: apoiar a frente “Pró-Legítima Defesa.”

Na (sdr3) que segue, *Veja* recorre como estratégia de persuasão a uma história dramática. O uso do discurso direto, por meio da *fala* do entrevistado, permeando o discurso indireto, possibilita à revista produzir um efeito de credibilidade e, ao mesmo tempo, de mais veracidade, pois coloca em cena o próprio envolvido, vítima das armas:

Sdr3: “Era um fim de tarde de domingo, e Kyrillos dirigia, acompanhado da mulher [...]. O seu carro foi fechado por um grupo de assaltantes a 200 metros de um posto da polícia. Ao tentar desviar da armadilha, capotou. Os ladrões acertaram onze tiros no carro e um em Kyrillos. Atingido na coluna, ele esteve internado por quatro meses num hospital e

ficou paraplégico. [...] Embora tenha sido vítima das armas, ele é contra o projeto de desarmamento. ‘Os bandidos vão continuar tendo acesso fácil às armas e os políticos não vão demitir seus seguranças particulares que andam com revólveres’, ele diz. ‘Eu não sairia na rua com uma arma, mas acho que essa é uma escolha pessoal, um direito do cidadão. Como a polícia não funciona, todos nós temos direito a nos defender’, completa” (Veja, 05/10/2005, p. 86).

Com certa carga emocional, a revista tece o seu discurso, sendo que a narrativa se inicia com o enunciado “Era um fim de tarde de domingo, e Kyrillos dirigia, acompanhado da mulher [...]”, em que *Veja* se identifica com a FD da literatura infantil, o que nos remete às fábulas e às histórias infantis, e logo imaginamos uma narrativa que se inicia de forma feliz, com uma família em situações corriqueiras, porém, em pouco tempo, algo acontecerá de forma negativa, que mudará o rumo dessa narrativa, como destacamos na narrativa que segue: “O seu carro foi fechado por um grupo de assaltantes a 200 metros de um posto da polícia. Ao tentar desviar da armadilha, capotou. Os ladrões acertaram onze tiros no carro e um em Kyrillos. Atingido na coluna, ele esteve internado por quatro meses num hospital e ficou paraplégico”. *Veja* recorre a essa estratégia discursiva para manter a atenção do público-alvo e seu interesse em querer saber o desfecho dessa história, ter sua empatia, isto é, colocar-se no lugar do entrevistado e saber o que ele tem a dizer. Como afirma Charaudeau (2006, p. 245), “o testemunho de um *sobrevivente* sempre produz um efeito de fascinação, pois nos remete ao acaso de nosso próprio destino: por que na mesma situação de perigo, alguns morrem e outros permanecem vivos?”

Dessa forma, o enunciador *Veja* evoca o passado para compor o lugar do outro e depois retorna ao presente, ao acontecimento, que é o assunto do referendo das armas. Verificamos que a relação entre o passado e o presente (com a previsão de um futuro que dará continuidade ao que está posto) reforça a idéia de continuidade e com o enunciado ‘Os bandidos vão continuar tendo acesso fácil às armas e os políticos não vão demitir seus seguranças particulares que andam com revólveres’, temos o pressuposto de que os bandidos andavam e vão continuar armados e, no que concerne aos políticos, há um implícito de que todos os políticos, a favor ou contra o desarmamento, têm proteção, como na assertiva ‘seguranças particulares que andam com revólveres’. O sujeito-entrevistado identifica-se com os saberes advindos da FD da exclusão, do des(emprego) ‘os políticos não vão demitir seus seguranças particulares’, quer dizer, os

políticos são privilegiados, ao contrário do entrevistado, que não tem a mesma condição e é portador de necessidades especiais. Dito de outro modo, nada mudará: os bandidos não serão punidos em uma sociedade que é desigual, onde quem tem prestígio e pode pagar pela sua segurança continuará a fazê-lo, o que inclui os políticos; já o cidadão menos favorecido, excluído não tem a mesma regalia.

Diante dessa perspectiva, o enunciador *Veja* utiliza a voz do outro com a FD à qual se filia, a do saber jurídico, do direito à legítima defesa, e também da exclusão: ‘[...] os políticos não vão demitir seus seguranças particulares [...]. Eu não sairia na rua com uma arma, mas acho que essa é uma escolha pessoal, um direito do cidadão. Como a polícia não funciona, todos nós temos direito a nos defender’. Foucault (2005a, p. 61), postula que a dispersão do sujeito se dá “nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala”.

Assim, por meio do discurso do entrevistado, vítima das armas, a revista *Veja* mais uma vez, na tentativa de persuasão, parece dizer: isso poderia ter acontecido com você, leitor/eleitor, pois aconteceu “a 200 metros da delegacia”, ou seja, não há segurança e também há outros efeitos de sentido como a ironia: imagine, se a 200 metros da delegacia acontece esse tipo de violência o que dirá longe dela? Daí a necessidade, o direito a defesa e mesmo o entrevistado, após ter passado por uma situação de violência que o deixou com algumas limitações, fará a opção que nós demos a você, isto é, “embora tenha sido vítima das armas, ele é contra o projeto de desarmamento”.

Ancorado pelo discurso do outro, que tem um nome próprio, ou melhor, possui uma identificação, está inserido na sociedade civil, *Veja*, permite uma aproximação do leitor/eleitor com os fatos, dando lhes mais veracidade. *Veja* é opinativa e não quer omitir isso; logo, esse relato só vem a corroborar com seu poder de persuasão, pois não se trata só do discurso pautado em estatísticas, mas de uma situação real e, portanto, que dá mais credibilidade e convencimento, para que o leitor/eleitor acredite nessa única alternativa.

Destarte, nesse jogo ideológico, no qual a revista se insere ao defender o discurso do “não” e culpar os governantes, procura-se comprovar o “não” ao desarmamento fundamentado no discurso do entrevistado: ‘Eu não sairia na rua com uma arma, mas acho que essa é uma escolha pessoal, um direito do cidadão. Como a polícia não funciona, todos nós temos direito a nos defender’, o que reforça a afirmação

da revista e, por conseguinte, defende o apoio à frente Pró-Legítima defesa.

Veja busca a empatia do público por meio do outro (a vítima), o leitor é levado a culpar os governantes pelo acontecido e com o propósito de emocionar, incita o leitor/eleitor a votar “não”.

Em seguida, analisaremos a revista *Istoé*:

Sdr4: “O deputado Alberto Fraga também acha que a proibição da venda legal vai dar força ao comércio clandestino. ‘Quem tiver arma em casa será obrigado a comprar munição ilegal. Não prego que as pessoas devam sair armadas de casa, mas é preciso preservar o direito à legítima defesa’” (*Istoé*, 13/07/2005, p. 78-79).

Esse fragmento ressalta a condição ilegal das pessoas futuramente com a proibição do comércio de armas e também o crescimento do comércio clandestino, além do direito à defesa. A posição ideológica se materializa pelo uso das aspas, que no caso, demarca formações discursivas e distribui diferentes posições dos sujeitos na superfície textual e “indicam modos de subjetivação” (ORLANDI, 2001, p.116). O uso do recurso gráfico (que nos indica a materialidade lingüística) é percebido em relação às condições de produção do enunciado, que nos remetem aos saberes de outras formações discursivas com as quais o sujeito-enunciador *Istoé*, por meio da *fala* do entrevistado (o deputado) identifica-se, como a FD religiosa “não prego² que as pessoas devam sair armadas de casa”, em que remete a evangelizar, como os apóstolos e missionários faziam para propagar o cristianismo, e também a FD jurídica “é preciso preservar o direito à legítima defesa”. O uso do “Não prego” e do “mas”, reforçam essas marcas de subjetivação, fazendo prevalecer o segundo argumento. Esses saberes afirmam que as pessoas devem ter o direito à legítima defesa, independentemente de saírem ou não armados de casa: o direito a preservar um direito dependeria de uma arma.

Assim, temos o pressuposto de que a vida é um bem inalienável e o Estado não pode privar o cidadão de bem de defendê-la. Dito de outra forma, o sujeito-enunciador identifica-se com os saberes que lhe são permitidos no interior da formação

² Conforme o *dicionário Eletrônico Aurélio* (2004), **pregar** [Do lat. *praedicare*.] Verbo intransitivo.1. Pronunciar sermões. 2. Propagar o cristianismo; evangelizar infieis; missionar, apostolar. Verbo transitivo direto. 3. Pronunciar, dizer (prédica ou sermão). 4. Recomendar, aconselhar, preconizar. Verbo transitivo direto e indireto. 5. Anunciar, ensinar, sob forma de doutrina. 6. Indicar, recomendar, aconselhar.7. Incutir, insinuar, infundir. Verbo transitivo indireto. 8. Ensinar a religião.

discursiva a qual é filiado, ou seja, saberes advindos da FD Jurídica, de que todo cidadão tem direito à defesa. Os itens lingüísticos: “clandestino³”, “ilegal⁴” e “legítima defesa⁵” comprovam esses saberes jurídicos. Ademais, no uso do discurso religioso “Não prego que, as pessoas devem sair armadas de casa”, há o pressuposto de que, para garantir a segurança, as pessoas devem ter uma arma em casa; é um direito, mesmo que não a utilizem.

Em (5), analisamos a pergunta elaborada pela revista *Istoé* em entrevista ao líder da campanha do “sim”, o Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) presidente do Senado na época (2005) e da Frente Parlamentar contra as armas, considerando somente o enunciado do entrevistado e seu respectivo argumento:

Sdr5: “ISTOÉ – A adesão maciça de artistas e personalidades à campanha indica tratar-se de uma causa popular, que a grande maioria da população quer a proibição?” (*Istoé*, 12/10/2005, p. 64).

“Calheiros – ‘A causa é da sociedade. Não é de partidos, desse ou de outro governo. Por isso, oito em cada dez brasileiros dizem SIM ao fim das armas. O engajamento é por convicção. A campanha é franciscana e não pagamos cachês.’”

Quando a revista escolhe o item lexical “adesão” referindo-se aos artistas e às personalidades que aderiram à campanha, o senador Calheiros rejeita “adesão”, adotando “engajamento”, e também quando se refere a uma “causa popular”, diz “a causa é da sociedade”, mudando, assim, os efeitos de sentido, pois conforme Pêcheux (1997b, p. 160) “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (grifo do autor).

Observamos, em seu sentido dicionarizado, que o item lexical “adesão” pode ser “manifestação de solidariedade a uma idéia, a uma causa; apoio”, enquanto “engajamento” aproxima de “situação de quem sabe que é solidário com as circunstâncias sociais, históricas e nacionais em que vive, e procura, pois, ter

³ **Clandestino** [Do lat. *clandestinu*.] Adjetivo. 1. Feito ou realizado às ocultas: *encontro clandestino*. 2. Ilegal, ilegítimo: *partido clandestino*.

⁴ **Ilegal** [Do lat. med. *illegale*.] Adjetivo de dois gêneros. 1. Contrário à lei; ilegítimo, extralegal, extrajurídico.

⁵ **Legítima defesa**. 1. Jur. O emprego dos meios necessários e ao alcance para resistir a força ou agressão, sem que ultrapassem os limites da razão ou da justiça natural.

consciência das conseqüências morais e sociais de seus princípios e atitudes”. Depreendemos que “engajamento” tem um maior “peso”, pois não é mera manifestação de solidariedade, mas comprometimento com a situação. Tem a ver com a moral e a ética em um momento histórico, o do “referendo das armas”, que é um acontecimento importante na política nacional. Em “popular”, concebemos a idéia de “comum”, “trivial”, “do povo” ou “feito para o povo”, enquanto “sociedade” nos remete à coletividade onde o ser humano está integrado, que defende seus pontos de vista, ou seja, “conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns, e que são unidas pelo sentimento de consciência do grupo; corpo social: *a sociedade medieval; a sociedade moderna*” (grifo do autor). No sentido dicionarizado, consideramos que “sociedade” também é mais significativo, por incluir grupos organizados, unidos, com consciência de seus direitos e interesses.

Dessa forma, rejeitando os itens lexicais *adesão* e *causa popular*, o senador Calheiros os deixa implícitos, o que marca a posição ideológica da formação discursiva. É possível considerar, portanto, a existência de um discurso político que se atualiza no seu discurso, como por exemplo, as ocorrências “partidos”, “governo”, que indicam a que formação ideológica o senador se filia, pois é o líder da frente parlamentar “Brasil Sem Armas”, e o lugar que ocupa é determinante para que fale dessa ou de outra maneira. E há também o discurso religioso, no enunciado “A campanha é franciscana”, o que nos remete a São Francisco de Assis, que abdicou de sua riqueza para viver em comunhão com os pobres e os animais; e, uma vez mais, o senador, filiado às formações discursivas política e religiosa, assevera que os artistas apóiam a causa por solidariedade: “não pagamos cachês”, há o pressuposto de que todo artista cobra para fazer o seu trabalho, porém não o fizeram, e, assim, imputam credibilidade à campanha da qual é o presidente.

Sabemos que, no domínio da AD, o sujeito é determinado pela posição e lugar de onde enuncia. Pêcheux (1997b, p. 161) assevera que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Nesse caso, em razão dos desejos e interesses da disputa dos implícitos na reportagem, o senador o faz do interior de uma formação discursiva, regulada por uma formação ideológica, que é o voto “sim” ao desarmamento.

Sdr6: “O executivo, por ser estrangeiro, não votará no dia 23, mas é radicalmente contra a proibição do porte de armas. Para ele, se o Estado não dá segurança à população, a proibição do comércio de armas não faz sentido” (*Istoé*, 12/10/2005, p. 67).

Nessa seqüência, a partir de uma posição-sujeito, *fala* um executivo da área de segurança, que reside no Brasil há 30 anos; em entrevista à revista, relata a sua história. Quando voltava para casa, em julho de 2001, foi abordado por um bandido que anunciou o assalto, porém, como ele estava armado, ‘mandou bala’ e colocou o bandido para correr, segundo a revista *Istoé*.

O sujeito-enunciador *Istoé* utiliza-se da voz do outro, o entrevistado, como estratégia de persuasão e convencimento, pois quer parecer imparcial e neutro. Isso faz que tenha credibilidade e não parem dúvidas sobre sua objetividade. Consoante Hernandez (2006, p. 34), “o jornalista deve convencer o público de que permaneceu neutro na coleta e na apresentação da história reportada, que não se envolveu com a notícia. [...] Cede-se a palavra a entrevistados, o que cria a ilusão de situações ‘reais’ de diálogo”. Verificamos que, embora o estrangeiro não possa votar, sua opinião é importante, já que reside no Brasil, trabalha na área de segurança e foi vítima da violência, portanto está “autorizado” a falar. Pressupõe-se um saber sobre a política de segurança no país, daí, com os enunciados “o executivo”, “para ele”, o enunciador cria um distanciamento entre si e o entrevistado e entre ele e o enunciatário, leitor da revista, que vai crer no seu discurso de “imparcialidade”.

Na (sdr7), o enunciador *Istoé*, embora recorra a estratégia semelhante ao enunciador *Veja* em (3) analisada, também com um discurso emotivo e dramático, ele o faz no sentido inverso ao de seu concorrente, como veremos na análise, a seguir.

Sdr7: “Ele digita as palavras pelo msn [...] como se fosse expert em datilografia. Por telefone, fala com voz alegre, como se tivesse vindo ao mundo a passeio. Ao vivo e em cores, entretanto, a vida do gaúcho Fábio Becker, 30 anos é bem diferente. Aos 14 anos, o técnico em eletrônica foi vítima de uma arma disparada por um colega, dois dias depois da cerimônia de sua formatura do ensino fundamental. ‘Ele só ia me mostrar as armas que o pai colecionava’[...]. Depois de 72 dias de hospital (metade deles na UTI), Becker retornou à casa tetraplégico. Atualmente,

ele dirige uma empresa de equipamentos médico-hospitalares em Novo Hamburgo [...] , e namora uma médica. [...] Para ele não há o que não possa ser feito. Ou melhor, há: se o SIM vencer o referendo, ele e todos os cidadãos de bem perderão seu direito de defesa. ‘Desarmar o cidadão não é a solução. Sou NÃO, convicto’, diz” (*Istoé*, 12/10/2005, p. 67).

A narrativa inicia-se no presente, o que nos remete à atualidade, à rotina de milhares de pessoas que estão ligadas ao mundo virtual, à tecnologia do mundo moderno, marcada pelos itens lexicais “msn⁶”, “telefone”. De repente a narrativa, em clima de suspense toma outro rumo, quando o enunciador, com o articulador “entretanto”, rompe essa história comum. Do mundo virtual, ele passa para o mundo real, quando diz “Ao vivo e em cores [...] a vida do gaúcho Fábio Becker, 30 anos é bem diferente”. Utilizando-se da curiosidade como estratégia de persuasão, o leitor por certo vai querer saber o término dessa história. E a narrativa segue, agora no pretérito perfeito: “Aos 14 anos, o técnico em eletrônica foi vítima de uma arma disparada por um colega, dois dias depois da cerimônia de sua formatura do ensino fundamental”. ‘Ele só ia me mostrar as armas que o pai colecionava’[...]. “Depois de 72 dias de hospital (metade deles na UTI), Becker retornou à casa tetraplégico.”

Dessa forma, o enunciador *Istoé*, como estratégia discursiva para manter a atenção do público-alvo, e, por conseguinte, a empatia com a “personagem” dessa narrativa, valeu-se do próprio entrevistado, provocando, como define Charaudeau (2006), o efeito de fascinação que o testemunho de um sobrevivente produz. Além disso, os sobreviventes apresentam-se como vítimas inocentes, em situações rotineiras, produzindo o efeito de que poderia ser qualquer um de nós. Como no enunciado “Ele só ia me mostrar as armas que o pai colecionava”, qualquer garoto de catorze anos poderia ficar curioso, e essa fatalidade poderia ocorrer com qualquer pessoa. O emprego do advérbio “só” acentua o efeito de fatalidade, de acidente, pois não havia nada demais em ver uma coleção de armas do pai de um amigo.

Istoé recorre ao presente para compor o lugar do outro e depois retorna ao passado, para assim falar do presente, do acontecimento, que é o desarmamento. Verificamos que a relação entre o presente e o passado também reforça a idéia de continuidade. Em: “[...] não há o que não possa ser feito. Ou melhor, há: se o SIM

⁶ MSN – programa de mensagem instantânea pela *internet* (ISTOÉ, 12/10/2005, p. 67).

vencer o referendo, ele e todos os cidadãos de bem perderão seu direito de defesa”, temos o pressuposto de que, no que tange à situação do entrevistado, que é tetraplégico, não há o que possa ser feito, mas, no que concerne ao referendo, há. Podemos fazer outra leitura, se o NÃO vencer o referendo, ele e todos os cidadãos de bem terão o direito de defesa assegurado. Conforme Pêcheux (1997b, p. 161), “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade”, o que nos leva a dizer que seu sentido se dá em cada formação discursiva, nas relações que essas palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. Assim, o enunciado: “se o SIM vencer o referendo, ele e todos os cidadãos de bem perderão seu direito de defesa”, é altamente argumentativa e persuasiva: o item lexical “perder” tem um efeito maior do que “ganhar”, instaurando-se o medo e a insegurança.

Com essa assertiva “Desarmar o cidadão não é a solução. Sou NÃO, convicto”, o sujeito identifica-se com os saberes advindos da FD jurídica, do direito do cidadão a possuir uma arma.

A revista, sustentada pelo discurso do outro, vítima de uma arma, instaura uma afirmação ao voto “não”, sem se comprometer diretamente com as afirmações, haja vista ela querer ser imparcial e objetiva, mostrar os dois lados. A FD com a qual o enunciador *Istoé* se identifica é a do discurso do gênero informativo, pois é caracterizado pelo relato dos fatos e não pela opinião sobre eles.

Dessa maneira, o discurso na 3ª pessoa do singular permite ao enunciador *Istoé* narrar os fatos a uma certa distância: “Ele digita”, “gaúcho Fábio Becker”, “o técnico em eletrônica”, “para ele”. Conforme Navarro-Barbosa (2003), a citação do ponto de vista do outro na forma do discurso direto ou a narração em terceira pessoa, são mecanismos que criam o efeito de sentido de objetividade e o efeito de sentido de imparcialidade, pois o acontecimento é historicizado sem que haja nenhuma evidenciação de valores.

No entanto, esse distanciamento é apenas velado, visto que o enunciador *Istoé*, por meio do entrevistado, deixa implícito que concorda com o que ele diz, como no enunciado “Atualmente, ele dirige uma empresa de equipamentos médico-hospitalares em Novo Hamburgo [...], e namora uma médica”. Ou seja, o que aconteceu foi uma fatalidade, a ênfase em dizer que ele tem uma profissão, “técnico em eletrônica”, que ele trabalha e namora, leva o leitor a esquecer o que aconteceu e em que circunstâncias, uma vez que a vítima não parece ter qualquer limitação. É um cidadão

de bem que teve sua vida alterada e “parece” viver uma rotina como de qualquer outra pessoa. Contudo, sua opinião é precisa em relação ao desarmamento: “Sou NÃO, convicto”.

Assim, *Istoé* também busca a empatia do público; por meio da piedade, o leitor é induzido a aceitar a narrativa como um fato trágico, mas em grande parte inevitável. Vale dizer que as descrições detalhadas do espaço, o estilo de vida das vítimas, dão mais veracidade ao que é narrado e ajuda a compor este outro, o entrevistado (vítima das armas), que é visto pelas lentes deste Eu, o leitor/eleitor.

Na Análise do Discurso, a formação discursiva se caracteriza pela heterogeneidade, o que determina, por conseguinte, a natureza heterogênea do discurso. No interior de uma FD coexistem discursos oriundos de outras formações discursivas, cujas relações nem sempre são pacíficas.

Estamos diante de uma formação discursiva heterogênea, a FD de *Veja*, que defende o “não” e da *Istoé*, que tenta mostrar os dois lados, por meio dos entrevistados quer parecer imparcial, apresentando argumentos favoráveis ao “sim” e ao “não”. *Istoé* recorre a voz do outro, afirma sem se comprometer, à medida que *Veja*, por ser parcial não utiliza somente essa estratégia. Ambas, com a formação discursiva institucional, da imprensa, com o discurso político/social, criticam o governo, salientando ainda que o referendo não é a solução, e é uma medida que não faz sentido, como nas seqüências (1) e (6) analisadas.

As análises até aqui apontam distintas estratégias de *Veja* e *Istoé*, porém acima de todas as diferenças, há uma identificação da posição-sujeito de onde *fala* o jornalista nas seqüências analisadas e os entrevistados com algo em comum, o discurso acerca da violência e da falta de segurança, que representam o saber dessa formação discursiva heterogênea: é necessário debater sobre a segurança no/do país por meio do referendo, haja vista o voto ser obrigatório. Por essa razão, eles se inscrevem na mesma formação discursiva e também se identificam com a mesma forma-sujeito. Em *Veja* e *Istoé*, destacamos as FDs: política, jurídica, religiosa, da exclusão, da literatura infantil, com exceção do gênero informativo, que é específico de *Istoé*.

3.2.2 Acontecimento e memória: uma estratégia discursiva

O referendo das armas consistiu num acontecimento, no sentido de Pêcheux (2002), um fato novo, com declarações em seu contexto de atualidade e no espaço da memória e que já começa a se reorganizar, confirmando a tese de que o discurso não é

um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele se constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamentos no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida [...] (PÊCHEUX, 2002, p. 56).

Assim, é necessário que a análise do discurso acolha os sujeitos e os discursos ordinários, destacando o papel da mídia na espetacularização dos efeitos de sentido, visto que ela (re) configura trajetos de sentido entre a atualidade e a memória.

As seqüências discursivas analisadas em seguida têm características em comum, a memória, ou seja, discursos que vão ideologicamente na mesma direção, trazendo à tona outras memórias, fazendo que os acontecimentos que se encontram desprezados, à margem da história cristalizada, sejam reativados por meio de seus discursos. Iniciemos pela revista *Veja*.

Sdr8: “Seis de cada dez armas existentes no Brasil estão em áreas rurais. Sem elas, os sitiantes e fazendeiros não teriam como se defender de animais silvestres [...] se proteger de bandidos e evitar furtos e roubos [...]. ‘Nas áreas rurais, a dezenas de quilômetros de uma delegacia de polícia, ter uma arma de fogo é uma necessidade’, diz o agrônomo e

deputado federal Xico Graziano. Sem as armas, perderiam também um poderoso instrumento de dissuasão usado para prevenir saques e invasão do MST.[...] É por isso que João Pedro Stedile, o líder máximo do MST, apóia o desarmamento: na próxima invasão, terá a segurança de que não enfrentará resistência armada” (Veja, 05/10/2005, p. 84).

Esse discurso registra um sujeito-enunciador, que é contra o desarmamento, ressalta a importância de se ter uma arma de fogo. Jogando argumentativamente com a memória discursiva do enunciatário/leitor, o enunciador recorre a associações entre a necessidade de se ter uma arma de fogo para defesa de eventuais ataques de animais silvestres, evitar furtos e roubos, e também como um poderoso instrumento para dissuadir futuros saques e invasões do MST. Depreendemos, portanto, que a arma é indispensável para os sitiante e fazendeiros; é a única prevenção e proteção que terão, consoante o discurso do enunciador *Veja*.

Por meio da memória discursiva, o leitor é instado a associar o desarmamento às invasões do MST. Com os verbos no futuro do pretérito “não teriam”, “perderiam”, determina-se assim, uma condição futura, uma possibilidade de ficarem desarmados e, por conseguinte, indefesos e desprotegidos; aos sitiante e fazendeiros, *se* houver o desarmamento, *se* o leitor optar pelo sim, há essa possibilidade. No entanto, com os verbos no presente do indicativo “apóia” e no futuro do presente “terá” e “não enfrentará”, o enunciador deixa explícita uma certeza de que vai acontecer, é real.

Dessa forma, a revista reativa, incita a partir da memória (as invasões do MST, os ataques de animais silvestres e a ausência da polícia nas áreas rurais) que o leitor/eleitor tome uma posição, ou seja, que decida pelo que ela está sugerindo. São os sentidos cristalizados na sociedade que, por efeito dos enunciados, sempre estão retomando os sentidos pré-existent, da insegurança, do medo. Ademais, o discurso do enunciador faz que o leitor, a partir desse reconhecimento, transfira os sentidos ao momento histórico atual e aos acontecimentos, e como afirma Foucault (2005b, p. 26), “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

Além disso, o discurso de *Veja* nos mostra a heterogeneidade, pelo viés da contradição, como na sequência (3) analisada, em que o mesmo argumento acerca da presença/ausência da polícia é tomado de forma diferente, sugerindo que independentemente da presença ou não da polícia é preciso se precaver. No enunciado “[...] a 200 metros de um posto da polícia” em (3) a revista *fala* a partir do sujeito-

jornalista e, aqui é a voz do sujeito-agrônomo e deputado federal “[...] a dezenas de quilômetros de uma delegacia de polícia [...]”, o que comprova esses dizeres.

Sdr9: “O poder público brasileiro tem uma larga tradição em abster-se de enfrentar os problemas de forma realista e racional para buscar soluções no mundo do faz-de-conta. São planos que prometem ‘matar o tigre com uma bala só’, como dizia o presidente Fernando Collor de Mello a respeito da inflação” (*Veja*, 05/10/2005, p. 80).

Nesse segmento encontramos vestígios do interdiscurso, da memória discursiva: o seu discurso está imbuído de traços de ironia. Como notamos no emprego de “O poder público brasileiro”, “larga tradição”, “abster-se de enfrentar os problemas de forma realista e racional”, “soluções no mundo do faz-de-conta”. Segundo Brait (1996, p. 105), “a dupla leitura mobilizada pelo enunciado irônico envolve formas de interação entre sujeitos, bem como a relação com o objeto da ironia e com as estratégias lingüístico-discursivas que põe em movimento o processo.” Em outras palavras, jogando com a ambigüidade, o discurso irônico sinaliza ao leitor possibilidades de leitura, caminhos para a percepção do discurso do outro.

Assim, com o enunciado “O poder público brasileiro tem uma larga tradição em abster-se de enfrentar os problemas de forma realista e racional para buscar soluções no mundo do faz-de-conta”, interpretamos como é comum, trivial, o poder público não enfrentar os problemas de frente, mas procurar alternativas no mundo irreal, dos contos de fadas. Temos o pressuposto de que o referendo das armas é mais uma solução fictícia, que não se baseia em fatos, por isso o leitor pode/deve olhar com mais atenção para o plano que se refere ao desarmamento. Dentro dessa perspectiva, consideramos que o enunciador não acredita no plano do governo acerca da proibição do comércio de armas, e retoma uma citação do presidente Collor de Mello acerca da inflação: “matar o tigre com uma bala só”.

Diante disso, ironizando o discurso do outro, por meio da memória discursiva, o enunciador leva o enunciatário, seu público-alvo, a relacionar o poder público ao presidente Collor e o referendo das armas à inflação. Temos que o governo Collor tinha um plano para acabar com a inflação e agora o poder público tem um plano para acabar com a violência, a criminalidade. Utilizando-se da estratégia da memória, mais uma vez a revista aposta nos sentidos cristalizados da sociedade, para que

relacionem os fatos acontecidos com a atualidade. Haja vista as medidas terem sido inócuas com desfechos infelizes, a despeito da inflação e do mandato do presidente que acabou (1992) em *impeachment*⁷.

Como destaca Pêcheux (2002, p.53),

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.

Portanto, há também outra interpretação, pois, na então atual conjuntura do país (a de 2005), a política no Brasil estava em crise, imersa em escândalos, corrupções, CPIs. Enfatiza, também, o descrédito da população no governo e em suas medidas, o que gera uma rejeição a qualquer medida que possa partir dele, nesse caso, o referendo das armas, e, por conseguinte, o leitor/eleitor votará “não”, compactuando com o discurso da revista.

Logo, podemos dizer que, por meio da memória, os efeitos produzidos pelo cruzamento do interdiscurso com o intradiscurso atuam como estratégias de convencimento e persuasão do enunciador *Veja*.

Na seqüência (10), analisada em seguida, *Veja* manifesta o ato de refutação pela negação, que também permite identificar a presença do outro, cujo discurso é desqualificado. Na heterogeneidade mostrada, a projeção do outro se deixa revelar no discurso, como afirma Authier-Revuz (1990), modificando a dissimulada “homogeneidade do sujeito”, ou seja, o sujeito, no momento em que fala ou escreve, traz para o seu dizer alguns outros que o constituem, marcando dessa forma seu distanciamento entre ele e os outros, os quais seleciona de acordo com os seus interesses.

⁷ Segundo o dicionário eletrônico Aurélio, **impeachment** [ImÊpijtSmönt] [Ingl.] Substantivo masculino. 1.No regime presidencialista, ato pelo qual se destitui, mediante deliberação do legislativo, o ocupante de cargo governamental que pratica crime de responsabilidade; impedimento.

Sdr10: “A polícia brasileira é incapaz de garantir a segurança dos cidadãos” (*Veja*, 05/10/2005, p. 85).

Sdr11: “Como o brasileiro está acostumado a relacionar armas com a criminalidade que assola o país, sua tendência natural é dizer sim à proibição, sem questionar se a medida serve para reduzir a violência” (*Veja*, 05/10/2005, p. 78).

Em (10), o enunciador *Veja* desqualifica a polícia brasileira, e, por conseguinte, o seu trabalho, com o item lexical “incapaz”, deixando à mostra que, no discurso da polícia, sua obrigação é garantir a segurança dos cidadãos.

Ao enfatizar a nacionalidade “brasileira”, há um implícito de que, em outros países, a polícia é eficaz, as formas de punição e a justiça têm êxito. Assim, o enunciador *Veja* incita o leitor a associar a polícia brasileira com as demais e, por meio da memória surgem questionamentos sobre a segurança no Brasil e sobre a polícia: que papel desempenha, qual a sua importância, e o porquê de tanta violência. O enunciador *Veja* identifica-se com a FD popular, pois o enunciado é o discurso do povo; logo *Veja* aposta nessa estratégia para convencer o leitor a votar “não”.

Nesse caso, mais uma vez, a revista apostou na memória discursiva do país, no que se refere aos sentidos cristalizados sobre violência e segurança pública, isto é, a criminalidade, a insegurança e a impunidade. Todos esses sentidos deixam nos leitores/eleitores o sentimento do medo, o perigo de um “sim” ou “não”.

Já em (11), *Veja*, de forma implícita “censura” o povo brasileiro, o emprego de “como” (“porque”, de valor casual), “sua tendência natural” e “sem questionar”, contribui para construir e reforçar um modelo de “brasileiro”, o habituado, o conformado, que não questiona as “medidas” e “decisões” do Poder Público. Pressupomos também, no enunciado “criminalidade que assola o país”, uma crítica à falta de segurança no/do país.

Discursos cristalizados e ideologicamente impostos pelo enunciador para que o leitor questione a segurança pública no/do país e escolha a melhor opção, baseado no saber da revista, o que comprova que a informação, no discurso jornalístico é produzida por estratégias discursivas, que visam a modificar o comportamento do leitor/eleitor e incitá-lo a uma tomada de posição. Para obter êxito, é necessário que o enunciador conheça o leitor. Nas seqüências analisadas, a revista *fala* enquanto leitor,

ou em nome do leitor, do povo brasileiro.

Sdr12: “O desarmamento da população é historicamente um dos pilares do totalitarismo. Hitler, Stalin, Mussolini, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung estão entre os que proibiram o povo de possuir armas” (Veja, 05/10/2005, p. 84).

Nessa seqüência discursiva, o passado “memorizado” está presente no discurso político do enunciador *Veja*, que, a partir de reformulações vai readaptá-lo ao novo acontecimento: ao desarmamento.

Como nos lembra Foucault (2005a, p.31), “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. Assim também é o discurso jornalístico, pois todo enunciado é um acontecimento novo, único; dessa forma, funciona como perspectiva necessária para que o enunciador, por meio do seu discurso provoque no público-alvo, o efeito de sentido esperado.

Veja, cujo discurso é o do “não”, retoma discursos que estão presentes na memória social, coletiva, como estratégia de persuasão, como é possível identificar na primeira parte do enunciado. O enunciador leva o enunciatário/leitor, por intermédio da memória, a relacionar o desarmamento ao regime de governo totalitário⁸. Recorre dessa forma à história, à produção de acontecimentos que significam no modo como os nomes de líderes políticos estão relacionados ao regime totalitário: “Hitler, Stalin, Mussolini, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung estão entre os que proibiram o povo de possuir armas”. Com essa assertiva, o leitor/eleitor é incitado, a partir da memória, a relacionar os líderes e seus respectivos governos, em face da história, que governaram com tirania e autoritarismo, conforme um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas.

Como diz Orlandi (2005, p. 31), a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. As experiências de ditaduras, de governos autoritários, estão presentificadas nesse enunciado, o que leva o leitor a ter medo de que o mesmo aconteça no Brasil, caso o “sim” vença no referendo das armas.

Ademais, o enunciador *Veja* vale-se dos verbos no presente do indicativo,

⁸ Conforme o dicionário *Eletrônico Aurélio* (2004), totalitário [Do it. *totalitario*.] Adjetivo. 1. Diz-se do governo, país ou regime em que um grupo centraliza todos os poderes políticos e administrativos, não permitindo a existência de outros grupos ou partidos políticos.

“é” e “estão”, que denotam uma certeza quanto a sua assertiva; não há espaço para a refutação.

Vale ressaltar que o enunciador prevê, no seu discurso, um conhecimento prévio por parte do seu público-alvo, da história, da política, dos valores, das crenças para que seus argumentos tenham êxito, levando-o a compactuar com o que a revista diz. Logo, por meio desses elementos sócio-político-ideológicos, presentes no interdiscurso, o enunciador *Veja*, com essa estratégia, visa à adesão do público-alvo ao seu discurso, ou seja, a votar “não” ao desarmamento.

Na seqüência, confira os trechos da revista *Istoé*:

Sdr13: “Para ele, que dia 23 votará NÃO, a proibição das armas não combate a criminalidade. ‘Querem desarmar cidadãos honestos. E depois, que direito vão nos tirar? Enquanto eles fazem um carnaval pelo SIM, nós choramos nossos filhos mortos por armas ilegais’, revolta-se Damús” (*Istoé*, 12/10/2005, p. 66).

Aqui se ouve a voz que *fala* a partir de uma posição-sujeito, do empresário do setor de segurança⁹, cujo voto será o “Não”, na matéria cujo título foi “SIM? NÃO? SÓ VOCÊ DECIDE.”

O entrevistado usa o pronome da 1ª pessoa do plural, indicando não ser um problema pessoal, mas de um grupo que se pressupõe ser leitor da revista. Utilizar o “nós” em vez de “eu” também confere um sentido de união daqueles que foram vitimados por armas ilegais.

A memória que é discursivizada pelo empresário relata que há outras interpretações para o “sim” do referendo das armas. Por meio da memória vêm à tona, atualizam-se, os processos sócio-históricos nos quais os cidadãos honestos, como um pai de família, que trabalha e cumpre com seus deveres, poderá ter um direito subtraído. Quando o entrevistado diz “querem”, “eles”, pressupõe-se o Governo, ONGs que fazem muito barulho, confusão, por algo que não será a solução. Ou seja, enquanto ele (o empresário) e outras pessoas tiveram para suas histórias um mesmo desfecho, “eles” (Governo, ONGs) não fizeram nada, isso sugere um não fazer no futuro com o “e

⁹ De acordo com a revista *Istoé*, o entrevistado Jorge Damús Filho, 50 anos, empresário do setor de segurança, teve o filho de 20 anos, estudante de jornalismo, morto por assaltantes em setembro de 1999.

depois?”, supõe-se também um “antes”: o direito de todo cidadão ir e vir em segurança, o que não aconteceu.

A partir de uma posição-sujeito, da qual *fala* o empresário, retornam acontecimentos, frustrações e revolta. Como nos lembra Souza (2000, p. 101), “é o esquecimento que se dá como função primitiva, apontando para os vetores de uma memória insistente, permanente, mas silenciosa [...]”. Dessa forma, os discursos cristalizados são reavivados no intradiscurso, que, por meio da memória discursiva, resistem aos esforços de silenciamento e apagamento.

Em (14), *Istoé* também recorre ao outro, a partir da posição-sujeito, *fala* o radialista que foi vítima das armas. Em uma tentativa de assalto levou dois tiros que o deixou numa cadeira de rodas, e o seu voto é “sim” ao desarmamento:

Sdr14: “‘Arma puxa violência. Cidadãos comuns não sabem nem têm controle emocional para usá-las.’ Mesmo convicto, Rios faz ressalvas ao referendo. ‘As punições aos bandidos são muito frouxas. Nem a Justiça nem a polícia estão preparadas para a nova situação’” (*Istoé*, 12/10/2005, p. 64).

Esse fragmento mostra a interferência do interdiscurso no intradiscurso com o enunciado utilizado pelo entrevistado: ‘Arma puxa violência. Cidadãos comuns não sabem nem têm controle emocional para usá-las.’ Assim, por meio da memória que emerge, atualizam-se os processos sócio-históricos em que os cidadãos comuns não sabem e nem têm controle emocional para usar uma arma. Temos o pressuposto de que só alguém capacitado, habilitado, poderá utilizá-la, caso contrário, resultará em violência.

Dessa forma, nas palavras de Orlandi (2005, p. 46), “as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória)”. Dito de outro modo, só a partir da memória, do saber discursivo que se foi constituindo ao longo da história, é que foi possível esse dizer para esse sujeito num determinado momento, e que representa o eixo de sua constituição (interdiscurso).

Ao ocupar a posição-sujeito radialista, o entrevistado assevera que ‘As punições aos bandidos são muito frouxas. Nem a Justiça nem a polícia estão preparadas para a nova situação’, o que remete à impunidade, à violência e ao ceticismo no que

tange à Justiça e à Polícia, e, por conseguinte, ao referendo, como no enunciado concessivo que introduz esses dizeres: “Mesmo convicto, Rios faz ressalvas ao referendo”. Podemos interpretar, também, que ele só votará “sim” por não ter outra opção e pelo medo do que possa acontecer no futuro, caso o “não” vença.

Na constituição do sujeito¹⁰ do discurso, conforme Pêcheux (1997b), há que se considerar o fato de que o sujeito é social, interpelado pela ideologia, mas acredita ser livre, individual e também dotado de inconsciente, acreditando estar o tempo todo consciente. Portanto, afetado por esses esquecimentos e assim constituído, o sujeito (re) produz seu discurso.

No fragmento analisado em seguida, *Istoé* utiliza a mesma estratégia, recorrendo ao outro, porém em (14), o entrevistado defende o voto “sim”, enquanto em (15), o entrevistado, que *fala* a partir da posição-sujeito taxista, defende o voto “não”. Ele também foi vítima da violência, após ter sido rendido por bandidos e ficar por duas horas refém, ainda foi roubado:

Sdr15: “‘Não gosto de violência, mas se o ladrão sabe que você não tem como se defender, fica mais ousado. Devemos andar armados até os dentes porque a polícia está sucateada, despreparada ou corrompida. Estamos num verdadeiro inferno, onde cada um que tome conta de si e Deus proteja todos’” (*Istoé*, 12/10/2005, p. 66).

Essa seqüência discursiva foi produzida pelo sujeito que ocupa a posição-sujeito jornalista e, a partir dela, *fala* o entrevistado; no novo discurso que veicula, enfatiza o seu apoio ao comércio de armas e munição.

Assim, o efeito de sentido que se almeja provém da leitura de que, na atual conjuntura do país, o cidadão deve possuir uma arma para se defender, haja vista a polícia não ser capaz de garantir a segurança. Temos o emprego de “não gosto de violência, mas [...]”, em que o “eu” procura salvar a face, e do operador argumentativo “mas”, por meio do qual quebra-se a expectativa (ele seria favorável ao “sim”) e introduz um novo sujeito, representado por “você”, que procura incluir o outro, que julga compartilhar da mesma idéia. Fica evidente que a posição dele é categórica, pois

¹⁰ É por meio do assujeitamento que os sujeitos são conduzidos sem perceberem, isto é, ocupam o seu lugar e têm a impressão de exercerem sua livre vontade, “*recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles *querem* e do se *quer* lhes dizer)” (PÊCHEUX, 1997b, p. 147).

deixa claro que, se for necessário, é preciso reagir, argumenta que “se o ladrão *sabe* que você não *tem* como se defender *fica* mais ousado” (grifo nosso). Utilizando os verbos “sabe”, “tem”, “fica” no presente do indicativo, mostra que é uma situação real, atual.

O emprego dos verbos na 1ª pessoa do plural, “devemos” e “estamos”, faz pressupor que os demais leitores, cidadãos comuns como ele, compartilham do ceticismo no que tange à instituição policial do país. Os qualificativos “sucateada”, “despreparada”, “corrompida” são os argumentos a que recorre para fazer crer em seu discurso.

Nesse jogo discursivo para desqualificar a polícia e defender o uso das armas, outro recurso de interdiscursividade se dá com o enunciado “cada um que tome conta de si e Deus proteja todos”, paráfrase do provérbio que faz parte do imaginário popular. O enunciado é produzido por um novo acontecimento, que é o referendo das armas. Diante disso, por meio da memória discursiva, do interdiscurso, um novo sentido se instala, um sentido possível a partir de um já significado: “Cada um por si, Deus por todos”; discurso este que se perpetua e que está presente na memória discursiva dos brasileiros. Como assevera Gregolin (2003b, p. 56), quando fala dos enunciados que circulam sem marcas de autoria, cita como exemplos as máximas, provérbios, que se inscrevem na memória coletiva, na forma de um esquecimento da fonte, já que “o enunciado-fonte, de-subjetivando-se, desgruda-se de seu nome de autor, o exterior se esfumaça e não há mais como enxergá-lo nas brumas da história”.

Assim, presente na memória do povo brasileiro e presumivelmente comum ao público-alvo, o provérbio vai ao encontro do enunciado, na fala do entrevistado, do ceticismo no que concerne à segurança do país, pois não acredita na polícia brasileira e, se alguém quiser proteção, que opte pelas armas ou conte com a proteção Divina. Não há o que fazer, ou melhor, se o “sim” ao desarmamento vencer, só Deus para dar conta. Desse modo, a mensagem é vote “não” ao desarmamento.

Dessa forma, nas seqüências (14) e (15), embora em posições divergentes no que tange ao desarmamento, ambos os enunciados, por meio dos entrevistados, associam armas a violência e tecem críticas à política de segurança do país. Fato explicável, pois, como assevera Indursky (2000, p.80):

Por traz [sic] desse efeito de dissenso, produzido pela fragmentação da forma-sujeito em

diferentes posições-sujeito e a diversidade de saberes daí decorrente, entretanto, instaura-se paradoxalmente um outro efeito de sentido contrário, um efeito de *consenso*, que decorre do saber comum que tais posições-sujeito compartilham entre si e que deriva da forma-sujeito que os une e lhes determina/impõe como sentido historicizado [...].

Por conseguinte, apesar de defenderem os votos “sim” e “não”, por meio dos entrevistados, partilham dos mesmos argumentos, pois são sentidos cristalizados e que são reavivados no intradiscurso, ou seja, todo discurso produz sentidos cristalizados na sociedade. Daí sujeitos em posições distintas, porém com os mesmos saberes partilharem das mesmas idéias.

Verificamos que *Veja* e *Istoé*, nessas seqüências, por meio da memória, incitam os leitores a tomarem uma posição. Ambas, com o discurso político desqualificam a instituição policial e criticam o governo. Todavia, também verificamos que utilizam estratégias distintas para convencer seu público-alvo. *Istoé*, como estratégia discursiva sempre recorre ao outro, pessoas nas mais distintas profissões, com histórias comoventes para proferir o seu discurso e continuar com a “imparcialidade” pretendida com o seu *slogan* “independente”, à medida que *Veja* não se ampara somente nessa estratégia. Ela é parcial e não precisa utilizar só dessa estratégia para proferir o seu discurso, não é o seu *perfil*.

3.2.3 O desejo e o poder no discurso

O discurso jornalístico está inserido de tal maneira no meio social que é impossível não incorporar o sujeito e o ambiente social nas próprias entranhas do discurso. Como observa Bakhtin (2002), o aparecimento de outras vozes, a abertura de espaços para as diferenças, diversidades, discordâncias e polêmicas, legitima o papel da revista (no caso) entre os leitores e o meio social em que atua. Daí o seu caráter polifônico, o discursar de várias vozes, que não seja apenas a “voz do dono”, mas vozes que, no trabalho de edição, acabam confinadas a orquestrações que interessa “ao dono

da voz” difundir.

Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem, seja ela pensada como língua ou discurso, é essencialmente dialógica. Isto é, não há discurso individual, visto que se constrói no mínimo entre dois interlocutores, que são seres sociais e, por sua vez, mantém relações com outros discursos. Iniciemos pela *Veja*.

Sdr16: “Nas páginas seguintes, VEJA alinha sete razões pelas quais julga correto votar NÃO no referendo sobre o comércio de armas de fogo convocado para o próximo dia 23.[...] Veja acredita que a atitude que melhor serve aos interesses dos seus leitores e do país é incentivar a rejeição da proposta da proibição” (*Veja*, 05/10/2005, p. 77).

Nessa seqüência discursiva, com os enunciados: “VEJA alinha [...] julga correto[...] acredita”, fica evidente a posição de *Veja* acerca do referendo. A partir dessas assertivas, temos o pressuposto de que o enunciador *Veja* pode e deve informar; é o seu papel partilhar o “saber” com todos os “seus leitores”; por isso dirige-se a um público específico, o que compra e lê a revista, o leitor fiel, com quem ela sabe que tem credibilidade, porque é a revista mais vendida no Brasil¹¹. E o seu público-alvo vai crer no seu discurso, visto que ela detém as informações, o conhecimento, o saber e, portanto está “autorizada” a falar e persuadir o leitor para que compactue com o seu discurso.

Consoante Hernandez (2004), *Veja* tem um “estilo” e um “tom” de voz, e sempre dá a palavra final, ou seja, o seu discurso é autoritário. Na seqüência discursiva em análise, pressupõe-se que ela investigou, analisou e se inteirou do assunto, para, em seguida, alinhar as “sete razões pelas quais julga correto votar NÃO no referendo sobre o comércio de armas de fogo convocado para o próximo dia 23”. Na acepção da palavra “julgar”, pode ser, decidir como um juiz ou árbitro, sentenciar, e é assim que *Veja* apresenta o seu discurso: não há outra forma, ela decidiu. Sabemos que essa revista poderia ter optado por outras palavras, mas preferiu não fazê-lo, como demonstra a assertiva: “Veja acredita que a atitude que melhor serve aos interesses dos seus leitores e do país é incentivar a rejeição da proposta da proibição.” Enquanto instituição e mediadora em um processo social, coloca-se na posição de superioridade ao defender os interesses dos leitores, como ela define “seus leitores” e “do país”. Temos o pressuposto de que cuida dos assuntos coletivos e, no papel de porta-voz da sociedade, informa,

¹¹ (cf. SCALZO, 2006)

vigia e opina, dando ao leitor um certo “conformismo”; já que ele lhe dá sustentação, *Veja* indica o caminho a percorrer.

Vale dizer, como afirma Scalzo (2006), que o jornalista de jornal é distinto do jornalista de revista, pois o que escreve em jornal fala sempre para uma platéia heterogênea, sem rosto; em contrapartida, a revista entra no espaço privado, na casa dos leitores, na sua intimidade. Em outras palavras, a revista semanal de informação tem público selecionado, tem-se uma idéia melhor do grupo; daí a revista focalizar o leitor, falar com ele diretamente, tratá-lo por “você.”

O jornalista, enquanto sujeito “oficialmente” responsável pela autoria do discurso, é, portanto, quem detém o poder ao se subjetivar, inscrevendo seu dizer no intervalo que há entre o dizer da política, da mídia, do leitor e do dono da revista. Nesse caso, a função de ator político desempenhada pelo jornalista de *Veja* não é ligada a sua posição pessoal, mas a uma ideologia profissional. Foucault (2005b, p. 9) assinala que, “não se tem o direito de dizer tudo, [...] não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, [...] qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Por conseguinte, não é dono do seu dizer, ou seja, não é totalmente livre para dizer o que bem entende.

Diante disso, o sujeito-jornalista é influenciado pela linha editorial e pelo perfil do veículo em que trabalha, ou seja, por *Veja*, que é detentora do saber. Com o poder que lhe é conferido, assume o papel de porta-voz, fala em nome dos “seus leitores”, acreditando defender os seus interesses.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2005c) assevera que o corpo, com sua singularidade, articula-se com outros corpos por meio da dinâmica do movimento, como o comportamento, para que possa ser controlado num determinado tempo e espaço, com o objetivo de produzir mais e melhor. Porém é preciso que todos os corpos conheçam os mesmos sinais, para que haja harmonia de gestos e eficiência na produção final.

Logo, para que o enunciador *Veja* tenha êxito na sua estratégia de persuasão, é necessário que o leitor partilhe dos mesmos valores, acredite no seu discurso; só assim ele optará pelo “não”, em que a revista acredita; além disso continuará comprando, correspondendo à ideologia capitalista e consumista.

Sdr17: “O referendo é um despiste, uma tentativa de mudar de assunto, de desviar a atenção das pessoas do mal que realmente as atormenta: o banditismo. Pior ainda. Com uma

possível vitória do SIM não terá efeito positivo algum – ao contrário, vai ajudar a aumentar ainda mais o poder de fogo dos bandidos – , as pessoas vão se sentir culpadas pelos crimes que continuarão acontecendo” (*Veja*, 05/10/2005, p. 78).

Nesse recorte, o discurso da revista é contornado pela modalidade negativa, em que atuam operadores lingüísticos de negação: “pior ainda”, “não”, “ao contrário”, transmitindo, assim, a sensação de violência que vai continuar, de dificuldades, e o risco que as pessoas correrão se optarem pelo “sim”, isto é, se discordarem do que ela diz. Como detentor do saber, o enunciador *Veja*, na tentativa de controle de decisões, exerce poder enquanto mediador em um processo social.

Utilizando-se de termos com carga negativa em seu discurso, leva o leitor/eleitor a crer que a melhor opção é o “não”. Para tanto, a revista utiliza estratégias discursivas de instituição do medo, temor, como vemos no enunciado “ao contrário, vai ajudar a aumentar ainda mais o poder de fogo dos bandidos”, e de intimidação: “O referendo é um despiste, uma tentativa de mudar de assunto, de desviar a atenção das pessoas do mal que realmente as atormenta: o banditismo. Pior ainda. Com uma possível vitória do SIM não terá efeito positivo algum – as pessoas vão se sentir culpadas pelos crimes que continuarão acontecendo”. A revista elabora uma resposta a quem ousa votar “sim”. *Veja* pretende provar que não há possibilidade da escolha do “sim”. O caminho (pensamento) único já está definido.

Essa seqüência explicita o papel político da revista: regular a legitimidade das organizações sociais a partir da visão de mundo e do pensamento único institucionalizado em suas páginas. A revista também poderia ter optado por outro discurso, todavia funciona como uma sociedade disciplinar. Foucault (2005c, p. 118), ao analisar o processo de “disciplinarização” da sociedade, afirma que “[...] é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”, visto que o ser humano (*corpo*) está submetido a limitações, proibições e obrigações, quer dizer, a uma disciplina.

Assim, *Veja* controla o que deve ser dito, escutado, num esquema de docilidade, pois o leitor que tem acesso à reportagem seguirá o caminho proposto pela revista, haja vista ele crer no seu discurso, pois é a revista de maior tiragem no Brasil.

Sdr18: “O governo federal gasta, por ano, 170 milhões de reais com segurança pública. Isso é menos do que serão gastos com o referendo. Com esse dinheiro seria possível comprar 10 500 viaturas e 385 000 coletes à prova de bala para a polícia” (*Veja*, 05/10/2005, p. 88).

Em (18), *Veja*, que optou pelo “não”, cita cifras do que se gasta em segurança e também critica o governo. Ele não faz o que deveria fazer: usar o dinheiro público para equipar a própria polícia, e, além de não fazer isso, ainda gasta muito mais dinheiro para realizar o referendo do que gasta em segurança pública no país. Assim, *Veja*, com o poder de informar, enquanto mediadora dos acontecimentos, sugere também o que fazer com o dinheiro, pois tem o saber. Na tese foucaultiana tudo está imerso em relações de poder e saber, e a partir de textos, enunciados e instituições são atualizados.

A revista identifica-se com as formações discursivas da ideologia positivista, fundada na racionalidade, que remete à memória, ao senso comum: “os números não mentem jamais”.

Nas seqüências (19), (20) e (21) que seguem, analisamos como *Veja* se posicionou depois da eleição, que aconteceu no dia 23 de outubro de 2005, com expressiva vitória do “não”, e a quais estratégias discursivas recorreu para proferir o seu discurso.

Sdr19: “Numa virada impressionante, o NÃO venceu por 64% a 36%. Isso ocorreu porque, conforme foi se inteirando do assunto, o eleitor se deu conta de que a medida era inútil” (*Veja*, 02/11/2005, p. 62).

Sdr20: “a possibilidade de o referendo alterar significativamente o quadro de violência no país é nula. Além de ser inconstitucional, na opinião de muitos juristas” (*Veja*, 19/10/2005, p. 23).

No recorte (19), *Veja* informa aos leitores a porcentagem, os dados numéricos dos votos no referendo das armas, articulados como evidências para legitimar a assertiva do enunciador, e também como persuasão para impressionar os leitores no que concerne à virada impressionante do “não”, ou melhor, a sua vitória.

Veja, cujo discurso é autoritário, sempre dita a palavra final, opina e constrói uma imagem de superioridade, como assevera Hernandez (2004), pois o leitor sempre precisa dela, e nunca o contrário. Doadora de *saber* e *poder*, *Veja*, dá essas competências para o leitor, como vemos em (20), com o enunciado “a possibilidade de o referendo alterar significativamente o quadro de violência no país é nula. Além de ser inconstitucional, na opinião de muitos juristas”. O que induziu o leitor a uma tomada de posição, com seus argumentos negativos para persuadi-lo a votar “não”.

Diante disso, no recorte (19), de forma implícita, ela justifica porque o leitor/eleitor optou pelo voto “não”: como portadora do saber e como porta-voz da sociedade, em defesa dos interesses de “seus leitores”, indicou o caminho, isto é, a partir do saber doado por ela, o leitor/eleitor se convenceu de que a medida era inútil e optou pelo voto “não” no referendo das armas, como verificamos em (20). Logo, depreendemos que *Veja* acredita que o seu discurso tenha sido de suma importância para a vitória do “não”, embora não esteja explícito em seu enunciado.

Sdr21: “A vitória do NÃO revela maturidade dos eleitores e desperta interesse por mais consultas” (*Veja*, 02/11/2005, p. 62).

Desde o princípio da campanha acerca do “referendo das armas”, *Veja* foi categórica em defender o voto “não”. Em seu discurso, teceu várias críticas ao governo e à Segurança Pública do país; disse ainda, que não teria efeito positivo algum, caso o “sim” vencesse¹².

No entanto, depois da eleição em que o “não” ganhou, com o enunciado “A vitória do NÃO revela maturidade dos eleitores e desperta interesse por mais consultas”, observamos que a revista faz um “elogio” aos eleitores, que se pressupõe ser também seu público-alvo. Os verbos “revela” e “desperta”, empregados pelo enunciador *Veja*, têm diferentes sentidos. Conforme o *Aurélio*, “revelar” no sentido de: a) mostrar, denotar; b) desvelar, tirar o véu a; e “despertar”: a) acordar, mostrar interesse, estímulo; b) tirar do sono; sair do estado de torpor ou de inércia; readquirir força ou atividade.

Veja, de forma implícita, parece dizer que a vitória do “não” tira o véu dos eleitores e faz que acordem, saiam do estado de inércia em que se encontravam. Dito de outro modo, que antes, os leitores encontravam-se “vendados”, “perdidos”, aceitando

¹² Confira a seqüência (17).

todas as medidas do governo sem questionar. Ao utilizar os verbos no presente, enfatiza que essa situação é real e duradoura, o que denota uma confiança nos eleitores e uma nova aproximação no que tange aos próximos temas que o governo possa vir a discutir. Vale ressaltar que *Veja*, com o saber e o poder, auxiliará o leitor/ eleitor a fazer a melhor escolha, como fez acerca do referendo das armas 2005.

Como verificamos em várias seqüências discursivas analisadas, *Veja*, com o discurso em favor do “não”, sempre criticou as medidas do governo e a segurança pública do país e, por ter sido opinativa, dissera que o referendo era um despiste, uma tentativa de mudar de assunto, para, então desviar a atenção das pessoas do mal que realmente as atormentava: o banditismo, como na seqüência (17) analisada. Contudo, nessa seqüência discursiva, não opta por estes argumentos, porque, se o “não” venceu, pressupõe-se que sua estratégia para convencer os “seus leitores” e o “país” teve êxito. Logo, com o discurso velado de autoridade no assunto e a imagem que constrói de superioridade, o enunciador *Veja* encerra o seu discurso a respeito da proposta do desarmamento.

Nesse sentido, cada um não faz o que quer, senão aquilo que pode, e que lhe cabe na posição de sujeito que está inserido numa determinada ordem disciplinar, num dado momento, pois, como assinala Foucault, a noção de sujeito não pode estar dissociada da noção de discurso, já que é nas e pelas práticas discursivas, as quais são determinadas pelas práticas sociais, que o ser humano se transforma em sujeito do discurso.

O recorte (22), que analisamos em seguida, é por nós interpretado como uma resposta da *Istoé* à sua concorrente *Veja*, visto que, na semana anterior, *Veja* publicou a reportagem de capa: “Referendo das armas – 7 Razões Para Votar NÃO: A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos”, em que se posicionou claramente a favor do “não” (05/10/2005). Em contrapartida, *Istoé*, também com reportagem de capa, publicou: “Referendo das armas – 7 Razões Para Votar SIM, 7 Razões Para Votar NÃO: Só Você Decide”, mostrando os dois lados (12/10/2005).

Dessa forma, não há objetividade total nas capas¹³ das revistas, uma vez que o leitor precisa comprar o produto impresso para ter acesso, entender o assunto em destaque, a manchete. Nas palavras de Scalzo (2006, p. 62), “uma boa revista precisa de uma capa que a ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. [...] Precisa

¹³ Confira as capas das revistas nos anexos.

ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor.” Por conseguinte, a capa é o primeiro contato que o leitor tem com o produto; é a embalagem, por isso, tem que causar impacto, despertar interesse e gerar expectativa, pois ocupa o máximo de destaque editorial.

Passemos aos trechos da revista *Istoé*:

Sdr22: “Nas páginas a seguir, ISTOÉ apresenta sete razões para se optar pelo sim – ou seja, pela proibição – e mais sete para se optar pelo não – ou seja, pela manutenção da venda de armas e munições. Não são razões comuns, mas sustentadas pelo testemunho de 14 pessoas que tiveram suas vidas radicalmente alteradas quando um gatilho foi acionado” (*Istoé*, 12/10/2005, p. 61).

Na construção escolhida pela revista, por meio de um paralelismo rigoroso¹⁴ – não fosse o quantificador “mais”, na segunda parte do enunciado –, o enunciador procura produzir o efeito de imparcialidade: independente da posição da revista (aparentemente neutra), ela apresenta o mesmo número de razões para cada “posicionamento” (SIM X NÃO).

Intencional ou inconscientemente, no entanto, o “sim” vem em primeiro lugar e o “mais” trai o efeito pretendido: há 7 razões para o “sim”, mas se você, leitor, não quiser votar “sim”, há mais sete (mais relevantes).

Com o enunciado: “ISTOÉ apresenta sete razões para se optar pelo sim – ou seja, pela proibição – e mais sete para se optar pelo não – ou seja, pela manutenção da venda de armas e munições”, já de início instaura-se a polêmica em relação a sua concorrente *Veja*, quando recorre ao mesmo número, o sete, utilizado por *Veja* na edição anterior.

Veja (sdr 16) alinhara sete razões para votar “não”; a *Istoé*, cujo slogan é “Independente”, há o não-dito: sua concorrente não é independente. Para tentar parecer “isenta”, assim se pronuncia como se conhecesse seu leitor. Ao contrário de sua concorrente, não opina, não precisa defender uma posição, por isso mostra os dois lados, o que a deixa na aparente posição de “neutra” e “imparcial” em relação aos fatos narrados e, dessa maneira, o seu público-alvo vai crer no seu discurso.

No entanto, para a AD, esse distanciamento dos fatos não ocorre, porque

¹⁴ Contribuições dadas pela Profª Drª Marlene Durigan durante o exame de qualificação.

não há um sentido já fixado, prévio, antecipado no dizer, como *Istoé* quer demonstrar em seu discurso. Essa isenção é impossível, pois o sentido de uma palavra, ou proposição, não existe por si só, mas é determinado pelas posições ideológicas dispostas no processo sócio-histórico em que elas são reproduzidas. Em outras palavras, o sentido não existe como produto acabado; está sempre em movimento; assim, só pode ser constituído em relação às condições de produção de um determinado enunciado, porque muda de acordo com a formação ideológica de quem o (re) produz, bem como de quem o interpreta.

Como estratégia de persuasão, a revista recorre ao testemunho de pessoas que tiveram suas vidas alteradas quando um gatilho foi acionado, uma estratégia muito solicitada pelas mídias, e salienta que não são motivos comuns: “Não são razões comuns, mas sustentadas pelo testemunho de 14 pessoas que tiveram suas vidas radicalmente alteradas quando um gatilho foi acionado”. Charaudeau (2006, p. 53), ao falar de quem informa e quando o informante é uma testemunha, assinala que ele desempenha o papel de “portador da verdade”, porque não há outro objetivo em sua fala a não ser dizer o que viu e ouviu. Logo, “ele não é suspeito de utilizar alguma estratégia de ocultamento, pois é considerado completamente ingênuo, isto é, desprovido de qualquer tipo de cálculo, quanto à utilização de seu testemunho: ele só poderia dizer a verdade” .

Por meio do discurso de *Istoé*, depreendemos que os sentidos no discurso jornalístico podem estar ocultos ou silenciados, por meio de um processo de escolha, seleção e edição que vai nortear leitores segundo a visão seletiva dos interesses por trás dos processos de edição: induzir o leitor a crer no seu discurso de imparcialidade, afinal, catorze pessoas testemunharam, todos os lados foram ouvidos.

Portanto, na cadeia de produção da notícia, várias vozes vão-se justapondo, sendo recortadas, coladas, de maneira implícita ou não, como, por exemplo, os registros dos dizeres escritos e falados pelos repórteres, a fala dos depoimentos dos entrevistados (testemunhas) e os ajustes finais do editor.

O discurso jornalístico informa o leitor, o que corrobora para comprovar de que essa informação já vem regulada e formatada por meio de regras e procedimentos. *Istoé*, na seqüência analisada, recorre a estratégias de persuasão, com o objetivo de modificar o comportamento do leitor e fazer que compartilhe do mesmo discurso, ou seja, projetando a imagem de “neutralidade” e “imparcialidade” , “o mito” de isenção

do/no jornalismo.

Sdr23: “São histórias quase sempre dramáticas que emolduram posições surpreendentes, aparentemente contraditórias, mas sempre elucidativas. Que certamente vão contribuir com sua escolha. Apenas contribuir, porque a decisão é sua, apenas sua” (*Istoé*, 12/10/2005, p. 61).

Na seqüência discursiva em análise, é possível verificar que o enunciador *Istoé* quer fazer-crer nas regras de imparcialidade: todos os lados foram ouvidos. A partir do testemunho de pessoas que passaram por situações dramáticas, e, por conseguinte, tiveram suas histórias narradas, assim, *Istoé* ocupa a posição de somente informar e narrar os fatos.

A revista, além de produzir efeito de verdade objetiva ao transmitir a opinião do outro, com a aparência de distanciamento, evita arcar com a responsabilidade do que é dito, ou seja, o saber é das fontes. Há um afastamento que pressupõe um “não fomos nós que dissemos”, são cidadãos comuns (como você leitor/eleitor), várias vozes foram ouvidas, e isso prova uma verdade geral; a opinião dos entrevistados confirma essa objetividade. Em outras palavras, ouvimos os dois lados, não interferimos na escolha; ao leitor/eleitor cabe o livre-arbítrio.

No enunciado “Que certamente vão contribuir com sua escolha. Apenas contribuir, porque a decisão é sua, apenas sua”, ao utilizar o operador “certamente”, *Istoé* demonstra uma certeza de que seus argumentos são incontestáveis, ou seja, não há dúvidas a despeito de suas histórias, em que ela, com o saber e o poder, vai contribuir para que o leitor/eleitor faça a melhor escolha, mas é responsabilidade do leitor fazer a escolha, depende dele, só dele. Ao empregar “com sua”, “a decisão é sua, apenas sua”, a revista instaura uma aproximação, estabelece uma certa intimidade; em contrapartida, sugere um distanciamento e a imparcialidade; visto que não tomou partido, isso caberá ao leitor/eleitor fazer. Mais uma vez, a revista comprova a estratégia de persuasão da imparcialidade e objetividade, para convencer o leitor a crer no seu discurso.

Embora *Istoé* dê a entender que não influenciará na escolha do leitor, como no enunciado: “Apenas contribuir, porque a decisão é sua, apenas sua”, pressupõe-se que só depois de se inteirar das histórias “dramáticas”, “surpreendentes”, “aparentemente contraditórias”, “mas sempre elucidativas”, apresentadas pela revista, é que ele poderá fazer a melhor escolha, pois agora possui o saber, que só foi possível por

meio do saber doado pela revista.

Como nos lembra Foucault (2005c), o poder disciplinar faz-se presente, um tanto modesto, desconfiado, mas constante, de forma autorizada ou não, e os corpos permitem essa manipulação. Dito de outra maneira, o saber que a revista doa é incontestável; assim, o leitor fará a melhor opção com base no que ela diz.

Dessa forma, posiciona-se com o poder de informar e doar o saber. Também, quando defende os dois lados, “sim” e “não”, baseada em depoimentos de testemunhas e suas histórias, *Istoé* constrói uma imagem de “neutralidade” e “imparcialidade”: apenas informa, o que lhe confere maior credibilidade ao apresentar os fatos e, portanto, induz o leitor a acreditar no seu discurso de “imparcialidade”. Ademais, continuará falando em nome da sociedade, dos interesses dos cidadãos, do seu público-alvo, de maneira clara, objetiva e imparcial.

Sdr24: “A opinião do especialista” “[...] não podemos levar a sério um governo que não protege seus cidadãos, que gastará em torno de R\$ 240 milhões para realizar o referendo, mas que gastou míseros R\$ 165 milhões, no último ano, em segurança pública em todo o País” (RICARDO CHILELLI, *Istoé*, 12/10/2005, p. 69).

Já em (24), *Istoé*, com o discurso da “imparcialidade”, delegou voz a um oficial reformado das Forças Armadas e especialista em segurança, como no enunciado “A opinião do especialista”. Mostrando a fonte, cria um afastamento e também credibilidade junto aos leitores; foi “ele” quem disse. Dessa maneira, a revista critica o governo e a falta de segurança no país, sem se comprometer, visto que dá voz ao entrevistado.

Utiliza, como estratégia de persuasão e poder, a voz de um sujeito que tem notoriedade, o que lhe confere autoridade; logo, a sua informação pode ser considerada digna de fé, “acima de qualquer suspeita”. E os dados numéricos funcionam como evidências para validar as assertivas do entrevistado e também como persuasão para impressionar os leitores no que tange à falta de seriedade do governo com a sociedade e a falta de investimentos na segurança pública; o qualificador “míseros” opera como argumento de desmoralização do governo.

Nas seqüências (25) e (26) que analisamos a seguir, mostramos como *Istoé* abordou o tema, em datas distintas (antes da votação: 19/10/2005 e depois da votação:

28/12/2005), no que se refere à pergunta feita para votar no referendo: O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?, questionando se essa pergunta foi “confusa”.

Sdr25: “O QUE VOCÊ PRECISA SABER – A pergunta do referendo – o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? – é confusa?” (*Istoé*, 19/10/2005, p. 28-29).

“Não. Pelo menos segundo uma pesquisa qualitativa feita pelos que defendem o SIM, 98% dos entrevistados disseram que sabem do que se trata a pergunta do referendo”.

Sdr26: “‘O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?’ Essa pergunta formulada de maneira confusa, provocou acaloradas e nem sempre pacíficas discussões pelo País afora” (*Istoé*, 28/12/2005, p. 59).

Em (25), com o subtítulo: “O QUE VOCÊ PRECISA SABER”, enquanto porta-voz da sociedade, “elege” e julga saber aquilo de que o seu público-alvo “precisa”; e com o emprego de “você”, a revista instaura uma aproximação, projeta e dirige-se a um único leitor/eleitor, estabelece uma certa intimidade, ou melhor, fala diretamente com cada leitor, com o poder que exerce enquanto instituição social (imprensa escrita). Mediadora de conhecimentos, ela pergunta e também responde ao leitor/eleitor. Segundo Prado (1997, p. 94), a imprensa “se tornou uma instituição singularmente poderosa e, por isso, seu papel de crítico e neutro é imperfeito, sobretudo no Brasil, onde as instituições faliram e a imprensa acabou adquirindo esse papel de porta-voz da sociedade.” Com o enunciado “você precisa saber”, pressupõe-se que a revista sabe qual a possível dúvida de seu leitor e o que é melhor para ele, pois o trata por “VOCÊ”. Isso nos remete à tese foucaultiana quanto à “disciplina”, em que capta aspectos do poder e do conhecimento que são normalmente mascarados, quando se referem a profissionais e suas profissões e os lugares de onde as exercem.

Na resposta de *Istoé*, temos o enunciado: “Não. Pelo menos segundo uma pesquisa qualitativa feita pelos que defendem o SIM, 98% dos entrevistados disseram que sabem do que se trata a pergunta do referendo”. Como observamos, diz “não”, mas em seguida recorre ao item lexical “segundo”, que remete a outra fonte e, com isso, a revista se distancia do fato narrado, ou seja, não é o seu dizer e sim de uma pesquisa

feita pelos que defendem o “sim”. O uso também de “pelo menos” sugere uma descrença no resultado da pesquisa.

Além disso, na sua resposta: “pesquisa qualitativa feita pelos que defendem o SIM”, há o pressuposto de que a revista não ouviu o outro lado. Ora, se a revista preza em ouvir os dois lados, então o que a pesquisa que defende o “não” achou da pergunta, já que ela só ouviu um lado, o do “sim”? Podemos fazer outra interpretação: ao responder “não”, ela não pode dizer que a pergunta é confusa, pois assim estaria opinando, o que é contrário ao que ela “defende”, com o seu *slogan* “independente”.

Todavia, na sequência (26), *Istoé* repete a mesma pergunta, porém a resposta é diferente, como vemos no enunciado: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?” Essa pergunta formulada de maneira confusa [...], em que assinala que a pergunta foi confusa e ainda salienta que “provocou acaloradas e nem sempre pacíficas discussões pelo País afora”. Dessa forma, a revista desdiz o conteúdo de (25), em que disse “não”, o que deixa implícito que apoiava o discurso do “não”, haja vista que quem respondeu que a pergunta não era confusa, foram somente os que apoiavam o voto “sim” e, em (26), ela diz que a pergunta era confusa, concordando, assim, com os que apoiavam o voto “não”. Em outras palavras, em sua resposta na sequência (25), quando *Istoé* afirma que a pergunta foi formulada de maneira confusa, ela contraria a opinião dos 98% dos entrevistados que defendiam o “sim”. Por conseguinte, pressupõe-se que só poderia ser o lado “não” a questionar e emitir a mesma opinião. E foi o que ela fez; o que nos leva a dizer que partilhava dos que defendiam o voto “não”.

Foucault (2005a) propõe, na arqueologia, estudar as práticas discursivas, a posição que o sujeito (dependente e situado) ocupa quando profere o seu discurso; assim, nas sequências (25) e (26), temos o sujeito que não é neutro, porque pode ocupar diferentes posições: sujeito-jornalista, sujeito-entrevistado, em uma série de enunciados, em sua historicidade, sempre determinada no tempo e no espaço. Logo, as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas, pois não se pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar. Há sempre a ordem do discurso, pois o discurso não é livre.

Na última sequência discursiva que analisamos, como já exposto, *Istoé* tenta

defender a formação discursiva à qual se filia ¹⁵.

Sdr27: “Na reta final, a propaganda do não se firmou na tecla da defesa de um direito, enquanto a campanha do sim abusou do prestígio de líderes religiosos. O tiro saiu pela culatra. Iniciada para referendar um artigo do Estatuto do Desarmamento, a campanha intensificou o clima de insegurança” (*Istoé*, 26/10/2005, p. 27).

Nesse segmento discursivo, o enunciador *Istoé* informa e também opina sobre o resultado da eleição no referendo, contrariando o que desde o início defende, “a imparcialidade” e “neutralidade”, como nas assertivas: “a propaganda do não se firmou na tecla da defesa de um direito”, “a campanha do sim abusou do prestígio de líderes religiosos”, “O tiro saiu pela culatra”, “a campanha intensificou o clima de insegurança”, o que explicita a sua opinião.

Ao falar da campanha do “sim” e do “não”, critica os dois lados; a campanha do “não”, que se firmou sobre a tecla da defesa de um direito, e a do “sim”, que “abusou” do prestígio de líderes religiosos, em que o item lexical “abusou”, pressupõe como inadequada a participação dos religiosos, da igreja, havendo aí implícito, a possível causa da rejeição; e também quando emprega “firmou na tecla”, quer dizer, insistiu no mesmo assunto que acabou por convencer.

Nessa perspectiva, a crítica que tece acerca das campanhas do “sim” e do “não” só reforça o que o enunciador *Istoé* salienta sobre o referendo, como no enunciado: “iniciada para referendar um artigo do Estatuto do Desarmamento [...] intensificou o clima de insegurança”. Ao empregar os verbos no passado “firmou”, “abusou”, “saiu”, “intensificou”, interpretamos como uma situação “que deu errado”, “que o feitiço virou contra o feiticeiro”, quando utiliza a metáfora “o tiro saiu pela culatra”, comprovamos esse dizer.

Na teoria pêcheutiana, é a partir dos enunciados que identificamos as diferentes posições assumidas pelo sujeito no discurso, em que todo enunciado pode sempre se tornar outro, uma vez que seus sentidos podem ser muitos, mas não qualquer um. Assim, ao recorrer à metáfora “o tiro saiu pela culatra”, encontra um modo mais persuasivo para que o leitor entenda sua opinião e partilhe dela, pois está cristalizado

¹⁵ FD do gênero informativo, o qual não opina, somente relata os fatos e, assim, constrói a imagem de “imparcial” e “neutra”, e propõe mostrar os dois lados no discurso do referendo das armas.

pelo uso de quem a pratica.

Por meio do discurso do enunciador *Istoé*, enquanto instância de saber e poder, embora critique os dois lados, percebemos a estratégia de persuasão ao utilizar os itens lexicais “a propaganda do não”, e “a campanha do sim”, o que pressupõe que não se envolveu, apenas relatou os fatos, visto que cita as duas frentes que representaram as respectivas campanhas e, ela, enquanto gênero informativo, apenas informou e tentou auxiliar os seus leitores a fazer a melhor escolha. Diante disso, ela continua com o discurso do seu *slogan* “Independente”, de mostrar sempre os dois lados, numa estratégia para persuadir o leitor a crer no seu discurso de “neutralidade” e “imparcialidade”.

Isso nos lembra o apontamento de Foucault, que a sociedade produz seu próprio discurso, e o faz sob processos de seleção de controle:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2005b, p. 8-9).

Dessa forma, o discurso jornalístico informa a sociedade, contudo essa informação já vem moldada e formatada, por meio de regras e procedimentos, pois, longe de ser um discurso transparente ou neutro, o exerce, de modo privilegiado, com propriedades singulares e papéis preestabelecidos. O discurso é a instância na qual se armam conflitos, resistências, relações de poder e saber.

As análises nos permitiram verificar que, *Veja* e *Istoé*, reafirmam a sua autopromoção: informam os fatos e cumprem o seu papel de mediadoras e formadoras de opiniões. No caso de *Veja*, que, desde o princípio opina e utiliza estratégias discursivas para convencer o leitor a crer no seu discurso, raramente recorre ao *outro*, haja vista que não deseja ser imparcial e neutra. O seu discurso é embasado em estatísticas para desqualificar o governo e a segurança pública no país, e com o discurso autoritário sugere o que fazer. *Istoé*, por sua vez, delega voz a especialista, pesquisas, entrevistados, que também criticam o governo e suas medidas, e assim continua com o

pretendo discurso da “neutralidade” e “imparcialidade”, pois procura não se envolver, apenas informar os fatos.

Consoante Corrêa (1997), as revistas *Veja* e *Istoé*, por serem segmentadas e terem uma natureza mais permanente, criam laços com o leitor, porque o fazem interagir com as revistas. Não é mera informação, visto que o leitor é passivo, ou seja, recebe e digere as informações e, a partir delas, faz algo mais que diga respeito ao seu cotidiano.

Assim, podemos dizer que a mídia impressa detém, privilegiadamente, o “poder”. Sua credibilidade está em constante disputa entre as manchetes de revistas e os demais campos sociais e está constantemente sendo testada por meio de pesquisas junto aos leitores. Credibilidade pressupõe persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são meticulosamente construídos para servirem de comprovação mediante argumentos de autoridades, testemunhas e provas, como nas seqüências analisadas.

3.3 Análise das “cartas”: *Veja* e *Istoé*

Consideramos relevante recortarmos alguns fragmentos da “Seção Cartas” de ambas as revistas, sobre o mesmo tema – o referendo das armas –, para evidenciar quem são os seus leitores e como são vistos pelas revistas.

Iniciemos com a *Veja*.

3.3.1 *Veja* e seu leitor

Na seção “Carta ao Leitor” do dia 12 de outubro de 2005, a revista comemora o recorde de cartas enviadas à redação, pela publicação anterior, cuja capa foi: “7 RAZÕES PARA VOTAR NÃO – a proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos” (05/10/2005):

Sdr28: “Sintonia com os leitores – Além de bater o recorde de cartas enviadas à redação, a reportagem de capa da semana passada conseguiu uma confortável maioria de aprovação entre seus leitores – 59% ficaram a favor da tomada de posição de VEJA contra a proibição da comercialização de armas, enquanto 32% não se convenceram dos argumentos apresentados [...]” (Veja, 12/10/2005, p. 9).

A revista denota uma satisfação em dizer que os leitores aprovam seus argumentos e, por meio dos seus enunciados – “O NÃO venceu entre os leitores de VEJA” –, desvela a imagem que tem de seu leitor, isto é, leitores interessados em leituras diferenciadas, “por um algo a mais”, sobre fatos polêmicos, que sobretudo já foram noticiados por outras mídias. Assim, ao ouvir determinado discurso, *Veja* imagina um leitor que já possui um saber construído sobre o assunto, visto que ele não está ouvindo pela primeira vez aquele discurso; logo, deseja uma postura distinta.

Na “Seção Cartas” (12/10/2005), dentre as dezenove cartas selecionadas por *Veja*, somente duas discordaram do seu discurso. Como postula Pêcheux (1997b), o sentido de uma palavra, expressão, não existe por si só, mas é determinado pelas posições ideológicas no processo sócio-histórico em que elas são reproduzidas, ou seja, é a partir dos enunciados que identificamos as diferentes posições assumidas pelo sujeito no discurso, por conseguinte, a revista ao publicar estas cartas não o fez de modo aleatório.

Nas próximas seqüências (29 a 36), do dia 12 de outubro de 2005, os leitores discorrem sobre a reportagem publicada na *Veja*, edição 1925, de 5 de outubro, com o título “Referendo da Fumaça”.

Sdr29: “Finalmente alguém contestou o truque da pergunta sobre o referendo, cuja frase mal formulada vai induzir milhões de eleitores ao erro. Só poderia partir de VEJA, que orgulhosamente assino e cumprimento pela seriedade e transparência com que esclarece seus leitores [...]”

Sdr30: “VEJA, pioneira nos grandes debates nacionais e corajosa como sempre, marca sua posição diante da questão do desarmamento [...]”

Sdr31: “Poucas vezes tive a oportunidade de ler matéria tão lúcida e esclarecedora [...].”

Sdr32: “Felizmente, VEJA esclarece todas as dúvidas para o cidadão comum [...].”

Sdr33: “A revista VEJA mostra sua coragem, independência e visão de mundo [...].”

Sdr34: “Parabéns a revista VEJA por romper bloqueios de vários veículos de comunicação e realizar uma reportagem bastante clara [...].”

Sdr35: “Não é à toa que VEJA é considerada uma das maiores e mais credenciadas revistas do mundo [...].”



Sdr36: ‘Vou emoldurar essa capa¹⁶, pois representa o libelo da cidadania contra a máquina opressora do Estado não democrático’ (Cartas, 12/10/2005).

É mister destacar que não estamos contrários à linha editorial da revista, e nem tampouco tomando juízos de valor acerca do tom interpretativo e opinativo que *Veja* utiliza em seus enunciados. A nós interessa, sobretudo, mostrar como a revista recorre a estratégias discursivas de autoridade e superioridade.

Ao “selecionar” as cartas para a publicação, *Veja* mostra a sua “autoridade”

¹⁶ É importante ressaltar que a capa não é parte de nosso *corpus*. Estamos recortando e citando na íntegra como está na revista – Seção Cartas. Logo, é meramente ilustrativa, para que o leitor se inteire da capa citada pelo leitor de *Veja*, acerca da reportagem do referendo das armas publicada em 5 de outubro de 2005.

e “superioridade”. Nos recortes apresentados, verificamos o quanto o leitor acredita “na verdade” que está posta, sem rodeios, sem questionamentos. Embora a revista deixe clara sua opinião, mantendo a conduta de direcionar os leitores segundo sua exposição, receitando os caminhos a serem percorridos, depreendemos que há uma aceitação por parte de seu público-alvo, o que nos leva a dizer que o leitor de *Veja* compactua com o seu discurso, dialoga com a revista, como é possível observar em: “VEJA, pioneira [...] corajosa como sempre”, “Parabéns a revista VEJA [...]”, “Felizmente, VEJA esclarece [...]”, o que confirma a proximidade buscada pelo enunciador *Veja*.

Dessa forma, a revista, nas palavras de Scalzo (2006, p.12), estabelece um contato, um encontro entre um editor e um leitor, “um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir uma identidade [...] ou seja, dá a sensação de pertencer a um determinado grupo”. E assevera que os leitores, por pertencerem a este ou àquele grupo, “gostam de andar abraçados às suas revistas – ou de andar com elas à mostra”, para que todos vejam, e, assim saber a qual grupo eles pertencem.

3.3.2 *Istoé* e seu leitor

Essa (ilusão da) neutralidade também é “mostrada” na “Seção Cartas”, da revista *Istoé*, em que os leitores (aqueles cujas cartas foram escolhidas) apresentam-se identificados com o discurso da revista, com seus pretensos traços de “imparcialidade” e “neutralidade”.

A sequência (37) provém da “Seção Cartas” do dia 20 de julho de 2005, em que o leitor discorre sobre a matéria publicada na ISTOÉ, edição 1865, 13 de julho, com o título “Duelo nas urnas”.

Sdr37: “Gostaria de **parabenizá-los** pela reportagem, na qual ficam **evidentes os dois lados** da questão sobre a proibição ao uso de armas pelos civis. O autor demonstra **imparcialidade** sobre o assunto, **qualidade pouco observada em outras revistas** [...]” (grifo nosso).

No próximo segmento, temos mais cinco recortes do dia 19 de outubro de 2005, com comentários oriundos da matéria publicada no dia 12 de outubro de 2005,

cujos títulos foram “Sim? Não? Só você decide”. Ali observamos o deleite do leitor, ao deparar com as notícias sobre o referendo das armas e, por conseguinte, manifestar a aceitação do discurso proferido por *Istoé*, como ético e imparcial.

Ademais, retoma o já-dito: o papel dos meios de comunicação é informar e não induzir. Vale ressaltar que, de forma explícita, indica e critica a “outra” revista, que sempre denotaria parcialidade em suas matérias, deixando evidente a concorrência e a disputa por leitores. Revela-se uma certa “rivalidade” na defesa da revista semanal “preferida”, “eleita” e, logo, sua adesão ao discurso da revista, o que nos lembra a jornalista Scalzo (2006), ao falar dos laços afetivos que as revistas criam com o leitor.

Sdr38: “Não sou assinante desta revista, mas comprei um exemplar na banca e quero, por meio desta, **parabenizá-los pela alta qualidade jornalística** da matéria sobre o desarmamento. Vocês apostaram na inteligência do leitor e **não na propaganda barata da ‘outra’ revista** de circulação nacional. É do **jornalismo** que a revista **ISTOÉ faz** que o **Brasil precisa**. Parabéns” (grifo nosso).

Sdr39: “**Diferente** de alguns **órgãos** que **claramente demonstram** diariamente em suas matérias e editoriais sua **tendência e posição**, **ISTOÉ mais uma vez nos apresenta** com **excelente reportagem** sobre o Referendo do desarmamento, na qual, como leitor, pude analisar os **prós** e os **contras**. Acho que a **imprensa nacional** deveria **seguir o exemplo** tratando o **assunto com isenção**. **Parabéns**” (grifo nosso).

Sdr40: “A revista deu uma **lição de dignidade e imparcialidade**, quando se trata de assuntos polêmicos, políticos e de interesse de toda a coletividade. Fez realmente o que deveria ser feito. **Mostrar os dois lados. Não como Veja que sempre** traz reportagens com total **parcialidade**, como no caso das Sete Razões para Votar Não. Deveria estar defendendo o interesse de alguém” (grifo nosso).

Importa destacar, aqui, que o nome da concorrente é explicitado e, ao explicitar-se, é, no conjunto das relações textuais, qualificado por negação, como não digno, não imparcial, que a *Istoé* dispõe do apoio de seu leitor para criticar explicitamente a “outra” revista e também retificar sua “dignidade” e “imparcialidade”. Ao conceber a “palavra” ao outro, mantém-se (aparentemente) neutra.

Sdr41: “**Parabenizo** a ISTOÉ pela **aula de ética jornalística** ao **mostrar de maneira imparcial** razões para que o eleitor decida a melhor opção de voto no Referendo das Armas. Esse é o **verdadeiro dever da imprensa: informar e não induzir**” (grifo nosso).

Sdr42: “Gostaria apenas de **parabenizá-los** pela reportagem que no meu ponto de vista foi muito bem elaborada: **mostrou os dois lados sem querer impor voto para ninguém**” (grifo nosso).

E no último recorte da “Seção Cartas”, do dia 26 de outubro de 2005, a leitora fala sobre a matéria publicada do dia 19 de outubro de 2005, intitulada “Matar ou Morrer”.

Sdr43: “Quero **parabenizar** a revista pelas **ótimas reportagens** sobre o referendo das armas. Fiquei muito **orgulhosa e feliz** em ver que **um** meio de comunicação está **preocupado** em **informar e não tentar influenciar na decisão dos cidadãos [...]**” (grifo nosso).

Ora, se o discurso de “isenção” e “independência” persiste em todas as seqüências, aliada a um “modelo” de fazer jornalismo, é porque *Istoé* tem credibilidade, pois credibilidade pressupõe convencimento; há uma interação e é nessa relação da revista com o leitor que nasce essa confiança, como postula Bucci (2004, p.66):

A credibilidade é produzida com qualidade editorial, que pressupõe conhecer o leitor, atender suas necessidades e antecipar-se a elas, fazer valer seus direitos, defendê-lo, informá-lo com exclusividade e em primeira mão, escrever numa linguagem que ele entenda e goste, com a qual ele aprenda e se divirta. Daí nasce a relação de confiança.

Embora, tenhamos apresentado algumas seqüências discursivas pertinentes ao dizer dos leitores de *Istoé*, pudemos, a partir delas, dizer que a revista escreve para um público-alvo que acredita no seu discurso de “imparcialidade”, que não opina e

sempre mostra os dois lados da questão. A opinião será sempre do leitor, ela apenas “informa” e a decisão final caberá ao leitor.

Assim, pressupomos que *Istoé* conhece seu leitor e, com a estratégia de apenas defender os seus interesses, ela profere o seu discurso sem se aperceber de que não existe essa “neutralidade” imposta. No papel de porta voz da sociedade, com a ideologia capitalista e com o poder de persuasão, faz que o leitor continue consumindo o seu produto. Vale lembrar que 88% dos exemplares são destinados a assinantes, um público fiel.

Por meio dos discursos dos leitores de *Veja* e *Istoé*, na “Seção Cartas”, constatamos como eles se identificam com os discursos das revistas e como elas denotam conhecer seu público-alvo. No que concerne a *Veja*, seu público-alvo partilha de seu discurso, como nos recortes apresentados. *Istoé* também denota conhecer o seu público-alvo e conta com sua fidelidade, pois, está permeada de elogios no que concerne à prática jornalística adotada pela revista, como demonstram os recortes que destacamos. Recortes estes que se apresentam sob o manto da “imparcialidade” e “neutralidade”, somente no papel de informante, sem induzir a uma tomada de posição.

A “Seção Cartas” funciona como um termômetro para que *Veja* e *Istoé* avaliem o próprio desempenho, uma estratégia que utilizam para saber a opinião dos leitores, seu público-alvo, pois assim poderão manter ou modificar as estratégias de persuasão de seus discursos e, portanto, firmarem os laços com os seus leitores fiéis, o que lhes dá sustentação e direção para as próximas publicações. As revistas têm credibilidade e, com seus discursos persuasivos, mantêm um público-alvo fiel que acredita neles, nas imagens que constroem e projetam de um para o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visamos analisar o discurso da mídia impressa sobre o referendo das armas 2005, e nossa expectativa é a de ter contribuído para desvelar de que maneira(s) *Veja e Istoé* tecem seus discursos, mostrando-se com um fazer-persuasivo e um "dizer-verdadeiro". Estes são interpretados como tal pelo leitor, o que o levam a *saber* e, sobretudo, a *crer* no sujeito-enunciador, nos seus valores, no seu discurso, o que implicará a aceitação do discurso proferido.

Diante disso, temos que as estratégias de persuasão utilizadas pelas revistas nada mais são do que fazer o público-alvo crer no seu discurso e, em especial, continuar consumindo o seu produto, com a ideologia dominante do capitalismo, posto que os dois meios de comunicação pertencem a grupos privados que atendem, primeiramente, aos anunciantes, sua fonte de renda. Por conseguinte, a publicação é destinada a um grupo, um público específico, cujo poder aquisitivo permite a compra do produto. Vale lembrar que mais de 80% das vendas é destinada aos assinantes.

A partir da análise das seqüências discursivas em reportagens de *Veja e Istoé*, verificamos como os enunciados são diferentemente discursivizados na abordagem da notícia do “referendo das armas”, e como cada enunciador seleciona e também utiliza recursos de apelo e persuasão para manipular seu enunciatário/leitor constituído, que movem e direcionam os leitores a determinadas interpretações, seja a informação transmitida de maneira direta, parcial, como o discurso de *Veja* ou “imparcial”, como tentou apresentar-se o discurso de *Istoé*.

Ademais, constatamos abordagens, opiniões e conclusões distintas sobre o mesmo assunto, fato explicável pela presença de um confronto discursivo, marcado pela heterogeneidade das formulações e dos argumentos empregados para que esses discursos chegassem ao grande público. Nas seqüências analisadas, evidenciamos várias formações discursivas, como religiosa, da exclusão, da literatura infantil, popular, entre outras. No entanto, as mais recorrentes em ambas as revistas, foram as formações discursivas: jurídica e política, pois utilizaram-se de seus discursos para desqualificar o governo e a Instituição Policial e, também, para defender um “direito” ao interceder pelo voto “não” ao desarmamento.

Embora sejam revistas semanais de informação, com características análogas, apresentaram discursos e estratégias distintas sobre o mesmo assunto. *Istoé* mostrou um discurso coloquial, pois as razões que sugere para votar “sim” ou “não” são com base em depoimentos de cidadãos comuns, que exercem diferentes profissões, especialistas na área de segurança pública, estatísticas, o que denota uma “verdade” que só faz fortalecer o seu discurso de “imparcialidade”, criando um efeito de distanciamento ao trazer distintas opiniões e, com frequência recorrendo ao “outro” para dar voz, ter credibilidade e continuar com o “mito” da “neutralidade” e “imparcialidade” que tanto defende.

Veja, por seu turno, foi opinativa e parcial, criando um efeito de aproximação, utilizou estratégias discursivas para convencer o leitor a crer no seu discurso, embasada em estatísticas para desqualificar o governo e a segurança pública no país, o que lhe confere veracidade e credibilidade; com o discurso autoritário sugeriu o que fazer.

Dessa forma, *Veja* e *Istoé*, por meio dos seus enunciados corroboram para afirmar a sua autopromoção, de que informam os fatos e cumprem o seu papel de mediadoras e formadoras de opiniões, bem como têm definido quem é o seu público-alvo, pois direcionam-se a leitores/eleitores específicos, mostrando uma certa intimidade, e, por serem revistas semanais de informação, mantêm um laço de empatia com seu público-alvo.

Vale ressaltar que *Veja* dá um toque de desdramatização, uma não-polêmica ao tema do referendo das armas, pois, concentrou-se em criticar o governo e suas medidas, na defesa de um direito, enquanto *Istoé*, polemiza o seu discurso com um tom de dramatização, recorrendo à voz dos entrevistados e a suas histórias dramáticas. O que comprova as suas visões de mundo, ou seja, cada revista teceu seu discurso, ancorada em suas ideologias e nas de seu público-alvo.

A mídia, principal formadora de opinião da sociedade, dita o que será importante e discutido no tempo em que lhe aprouver, junto aos leitores. Desse modo, verificamos que forças hegemônicas procuram controlar a constituição do discurso a partir da difusão, manutenção e tentativas de perpetuação de ideologias. Determinadas produções discursivas podem produzir verdades ideológicas pertinentes a determinados grupos, atendendo única e exclusivamente a seus interesses.

Nessa perspectiva, o discurso jornalístico informa a sociedade, todavia essa

informação já vem moldada e formatada por meio de regras e procedimentos, visto que os discursos têm um componente argumentativo que visa a persuadir. Contudo, é fundamental que o enunciador conheça o enunciatário/leitor para que tenha êxito no seu trabalho de persuasão; o que pudemos comprovar por meio da “Seção Cartas”, em ambas as revistas.

Embora os textos midiáticos sejam mais acessíveis ao leitor do que os textos literários e científicos, convém salientar que eles exigem uma leitura minuciosa por parte de seus interlocutores, que deverão encará-los a partir de um posicionamento sócio-histórico-ideológico, a fim de apreender os sentidos neles abarcados, uma vez que estes são instaurados de forma a repercutir ideologias, defender os interesses de determinados grupos sociais e intervir nas decisões e relações da sociedade.

Logo, é necessário interpretá-los e não apenas lê-los, buscando a compreensão de como ocorre o processo de construção dos sentidos e sua inscrição na história, o que para nós, está ligado à ideologia. É a mídia interferindo, modificando e questionando o “poder” dos jogos oblíquos dos enunciados.

Assim, todo movimento feito pela mídia – o que é falado, exibido e fotografado – não é fruto do acaso, o que nos leva a afirmar que todas as formas de mídia estão interessadas na formação de opinião, auxiliando o ímpeto voraz de alguns desejosos para que seu discurso prevaleça, tomando-o como instrumento que viabiliza o “poder” e /ou sustenta as relações de poder na sociedade.

Acreditamos que, à luz das informações teóricas apresentadas, pudemos, a partir da análise, compreender melhor alguns conceitos da Análise do Discurso. Nesse sentido, destacamos também que o estudo da AD possibilita uma reflexão de que podemos entender além das palavras ou imagens divulgadas, e ter uma dimensão mais elaborada do que vem a ser o interdiscurso ou o resultado daquilo que vemos, ouvimos, lemos e/ou a que assistimos. Analisar o discurso é interpretar os sujeitos falando e suas condições de produção, pois, os sentidos das palavras no discurso não são fixos, estáveis, são produzidos mediante os lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução.

Destarte, pretendemos, com o nosso olhar de analista (ideologicamente interpelado), resumir o que refletimos e aquilo a que chegamos, por meio de um recorte de nosso *corpus*, assim como de que forma respondemos às questões que nos instigaram durante esta pesquisa. É mister salientar que concluir um trabalho é apresentar uma possível interpretação, um olhar dentre os inúmeros olhares que poderiam ser trazidos à tona. Logo, esta conclusão é um movimento provisório de encerramento, visto que cada

leitor poderá apreender outros sentidos e outros desdobramentos que nós não apreendemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas(s). Tradução de Celene M.C ; João W. Geraldi. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: Unicamp, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 438 p.

_____. Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro e comercialização de armas de fogo, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. In: *Código Penal*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p.646-654.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução de Ângela S. M.Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CORRÊA, Tomaz Souto. O jornalismo brasileiro visto pelas corporações. In: DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. *A imprensa em questão*. Campinas-SP: Unicamp, 1997.

DINES, Alberto. O jornalismo brasileiro visto pelos correspondentes estrangeiros. In: DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. *A imprensa em questão*. Campinas-SP: Unicamp, 1997.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio eletrônico*. 3. ed. 1. impressão. Positivo, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de L. F. Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a (1969).

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de L. F. de Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005b (1971).

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005c.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006 (1979).

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, M. R. et al. (Org) *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001, p. 09-34.

_____. O Acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do Tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003a.

_____. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. R ; BARONAS, Roberto (Org). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2003b, p.47-58.

HENRIQUE, Marta Aparecida Broietti. *Argumentação e comunicação: uma relação indissolúvel*. 2005. 245 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. 2001.160 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba; Maceió: Edufal, 2004.

_____. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda ; FERREIRA, Maria C.C (Org). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (Re) ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis Navarro. O papel da imagem da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. Campinas, SP: Cortez, 1988.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas – SP: Unicamp, 1997.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Ordem e organização na língua. In: ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas-SP: Pontes, 2004.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas – SP: Unicamp, 1994, p.55-64.

_____. A análise de discurso: três épocas (1983). Tradução de Jonas de A. Romualdo. In: GADET, F; HAK, T. (Org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997a.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de E. P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997b.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de E. P. Orlandi. 3. ed.

Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F; HAK, T. (Org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PERIPATO, Priscila. *A representação discursiva da identidade do adolescente no folhateen*. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.

PRADO, Alberto Antônio. O jornalismo brasileiro visto pelas corporações. In: DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. *A imprensa em questão*. Campinas-SP: Unicamp, 1997.

PRELLVITZ, Tani Jacobson. *Estrangeiro ou imigrante: o discurso da imprensa construindo a (in)aceitabilidade*. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RIBEIRO, José Hamilton. O jornalismo brasileiro visto pelas corporações. In: DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. *A imprensa em questão*. Campinas-SP: Unicamp, 1997.

SABADINI, Daniele Cristina. *As revistas Veja impressa e on-line em perspectiva dialógica: dois universos, dois leitores?* 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Pedro de. O esquecimento como condição da memória: a identidade em desabamento no ato do dizer. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C.C (Org). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

ZANDWAIS, Ana. A forma sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L (Org). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

ARTIGOS DE *VEJA* E CARTAS

KLINTOWITZ, Jaime. Referendo da Fumaça. *Veja*, edição 1925, ano 38, nº 40, p. 76-88, 5 de out. 2005.

_____. Um Tiro na Razão. *Veja*, edição 1926, ano 38, nº 41, p. 66-67, 12 de out. 2005.

SCHELP, Diogo. Arsenal do Crime. *Veja*, edição 1927, ano 38, nº 42, p. 127-129, 19 de out. 2005.

_____. O Saldo do Referendo. *Veja*, edição 1929, ano 38, nº 44, p. 62-63, 2 de nov. 2005.

CARTA ao leitor: sintonia com os leitores. *Veja*, edição 1926, ano 38, nº 41, p. 9, 12 de out. 2005.

CARTAS. Referendo das armas. *Veja*, edição 1926, ano 38, nº 41, p. 32-33, 12 de out. 2005.

ARTIGOS DE *ISTOÉ* E CARTAS

FILHO, Francisco Alves; FILGUEIRAS, Sônia. Duelo nas Urnas. *IstoÉ*, nº 1865, p. 74-79, 13 de jul. 2005.

FILHO, Aziz; FONSECA, Celso; HOLLANDA, Eduardo; CARUSO, Marina. Sim? Não? Só você decide. *IstoÉ*, nº 1878, p. 60-70, 12 de out. 2005.

HOLLANDA, Eduardo. Matar ou morrer. *IstoÉ*, nº 1879, p. 26-29, 19 de out. 2005.

RETROSPECTIVA 2005. O Brasil disse sim às armas. *IstoÉ*, nº 1889, p. 59, 28 de dez. 2005.

VANUCCI, Camilo; MORAES, Rita. Chegou a Hora: Após uma campanha confusa e inflamada, os eleitores levam às urnas dúvidas sobre as implicações do sim e do não. *IstoÉ*, nº 1880, p. 26-29, 26 de out. 2005.

CARTAS. Desarmamento. *IstoÉ*, nº 1866, p. 15, 20 de jul. 2005.

CARTAS. Desarmamento. *IstoÉ*, nº 1879, p. 14-15, 19 de out. 2005.

CARTAS. Armas. *IstoÉ*, nº 1880, p. ? . 26 de out. 2005.

SITES CONSULTADOS:

http://editora3.terra.com.br/publicidade_portugues/istoe/apresentacao.htm

http://pt.wikipedia.org/wiki/revista_carta_capital

http://pt.wikipedia.org/wiki/Revista_%C3%89poca

<http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>

http://www.abril.com.br/br/conhecendo/conteudo_43899.shtml

[http://www.assineabril.com/index.jsp?projeto=901&campanha=LRC4&id=homeselo1.](http://www.assineabril.com/index.jsp?projeto=901&campanha=LRC4&id=homeselo1)

<http://www.soleis.adv.br/armasestatuto.htm>

ANEXOS

ESTATUTO DO DESARMAMENTO

CAPÍTULO I

DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS

Art. 1º O Sistema Nacional de Armas - Sinarm, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.

Art. 2º Ao Sinarm compete:

I - identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro;

II - cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País;

III - cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal;

IV - cadastrar as transferências de propriedade, extravio, furto, roubo e outras ocorrências suscetíveis de alterar os dados cadastrais, inclusive as decorrentes de fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores;

V - identificar as modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo;

VI - integrar no cadastro os acervos policiais já existentes;

VII - cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais;

VIII - cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade;

IX - cadastrar mediante registro os produtores, atacadistas, varejistas, exportadores e importadores autorizados de armas de fogo, acessórios e munições;

X - cadastrar a identificação do cano da arma, as características das impressões de raiamento e de microestriamento de projétil disparado,

conforme marcação e testes obrigatoriamente realizados pelo fabricante;

XI - informar às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal os registros e autorizações de porte de armas de fogo nos respectivos territórios, bem como manter o cadastro atualizado para consulta.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não alcançam as armas de fogo das Forças Armadas e Auxiliares, bem como as demais que constem dos seus registros próprios.

CAPÍTULO II - DO REGISTRO

Art. 3.º É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente.

Parágrafo único. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei.

Art. 4.º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal;

II - apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III - comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma adquirida e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei.

§ 3o A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4o A empresa que comercializa armas de fogo, acessórios e munições responde legalmente por essas mercadorias, ficando registradas como de sua propriedade enquanto não forem vendidas.

§ 5o A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

§ 6o A expedição da autorização a que se refere o § 1o será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do requerimento do interessado.

§ 7o O registro precário a que se refere o § 4o prescinde do cumprimento dos requisitos dos incisos I, II e III deste artigo.

Art. 5.º O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa. (Redação da LEI No 10.884, DE 17 DE JUNHO DE 2004)

(Redação anterior) - Art. 5º O Certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, desde que seja ele o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.

§ 1o O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será precedido de autorização do Sinarm.

§ 2o Os requisitos de que tratam os incisos I, II e III do art. 4o deverão ser comprovados periodicamente, em período não inferior a 3 (três) anos, na conformidade do estabelecido no

regulamento desta Lei, para a renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo.

§ 3º Os registros de propriedade, expedidos pelos órgãos estaduais, realizados até a data da publicação desta Lei, deverão ser renovados mediante o pertinente registro federal no prazo máximo de 3 (três) anos.

(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) -
§ 3º Os registros de propriedade expedidos pelos órgãos estaduais, realizados até a data da publicação desta Lei, deverão ser renovados mediante o pertinente registro federal até 31 de dezembro de 2008.” (NR)

(Revogada pela MP Nº 390/18.09.2007) (Vide MEDIDA PROVISÓRIA Nº 379, DE 28 DE JUNHO DE 2007) (Revogada pela LEI Nº 11.579, DE 27 NOVEMBRO DE 2007) § 4º Para a renovação do certificado de registro de arma de fogo de cano longo de alma raiada, calibre igual ou inferior a .22, e de alma lisa, calibre igual ou inferior a 16, deverão ser cumpridos, apenas, os requisitos dos incisos I e II do **caput** do art. 4º, em período não inferior a três anos, em conformidade com o estabelecido no regulamento.” (NR)

CAPÍTULO III - DO PORTE

Art. 6.º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I - os integrantes das Forças Armadas;

II - os integrantes de órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal;

III - os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei;

IV - os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço;

V - os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do

Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI - os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

VII - os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII - as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX - para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X - os integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal, Auditores-Fiscais e Técnicos da Receita Federal. (Acrescido pela LEI Nº 11.118 \ 19.05.2005)

§ 1.º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI deste artigo terão direito de portar arma de fogo fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, na forma do regulamento, aplicando-se nos casos de armas de fogo de propriedade particular os dispositivos do regulamento desta Lei.

§ 1.º-A Os servidores a que se refere o inciso X do caput deste artigo terão direito de portar armas de fogo para sua defesa pessoal, o que constará da carteira funcional que for expedida pela repartição a que estiverem subordinados. (Acrescido pela LEI Nº 11.118 \ 19.05.2005)

§ 2.º A autorização para o porte de arma de fogo dos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI e VII está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do art. 40, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 3.º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade

policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça. (Redação da LEI No 10.884, DE 17 DE JUNHO DE 2004)

(Redação anterior) - § 3o A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Comando do Exército. (Alterada pela LEI No 10.867/12.05.2004)

(Redação anterior) - § 3o A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 4.º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4.º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.

§ 5.º Aos residentes em áreas rurais, que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar, será autorizado, na forma prevista no regulamento desta Lei, o porte de arma de fogo na categoria "caçador".

§ 6.º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço." (NR) (Alterada pela LEI No 10.867/12.05.2004)

Art. 7.º As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço,

devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.

Art. 8.º As armas de fogo utilizadas em entidades desportivas legalmente constituídas devem obedecer às condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, respondendo o possuidor ou o autorizado a portar a arma pela sua guarda na forma do regulamento desta Lei.

Art. 9.º Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I - demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;

II - atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;

III - apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

§ 2º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

Art. 11. Fica instituída a cobrança de taxas, nos valores constantes do Anexo desta Lei, pela prestação de serviços relativos:

I - ao registro de arma de fogo;

II - à renovação de registro de arma de fogo;

III - à expedição de segunda via de registro de arma de fogo;

IV - à expedição de porte federal de arma de fogo;

V - à renovação de porte de arma de fogo;

VI - à expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.

§ 1º Os valores arrecadados destinam-se ao custeio e à manutenção das atividades do Sinarm, da Polícia Federal e do Comando do Exército, no âmbito de suas respectivas responsabilidades.

§ 2º As taxas previstas neste artigo serão isentas para os proprietários de que trata o § 5º do art. 6º e para os integrantes dos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 6º, nos limites do regulamento desta Lei.

(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) -

§ 2º São isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo as pessoas e as instituições a que se referem os incisos I a VII e X e o § 5º do art. 6º desta Lei." (NR)

§ 2º (VETADO)." (NR) (Redação da LEI Nº 11.501 / 11.07.2007) - (MP revogada pela MP Nº 390/18.09.2007) (Vide MEDIDA PROVISÓRIA Nº 379, DE 28 DE JUNHO DE 2007) (Revogada pela LEI Nº 11.579, DE 27 NOVEMBRO DE 2007) § 2º São isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo as pessoas e as instituições a que se referem o **caput** e os incisos I a VII e X e o § 5º do art. 6º desta Lei.

(Revogada pela MP Nº 390/18.09.2007) (Vide MEDIDA PROVISÓRIA Nº 379, DE 28 DE JUNHO DE 2007) (Revogada pela LEI Nº 11.579, DE 27 NOVEMBRO DE 2007) § 3º São isentos de taxas o registro e a renovação do certificado de registro de arma de fogo de cano longo de alma raiada, calibre igual ou inferior a .22, e de

alma lisa, calibre igual ou inferior a 16."
(NR)

"(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) - Art. 11-A. O Ministério da Justiça disciplinará a forma e condições do credenciamento de profissionais, pela Polícia Federal, para comprovação da aptidão psicológica e da capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo.

(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) - § 1o Na comprovação da aptidão psicológica, o valor cobrado pelo psicólogo não poderá exceder ao valor médio dos honorários profissionais para avaliação psicológica estabelecido na tabela do Conselho Federal de Psicologia.

(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) - § 2o Na comprovação da capacidade técnica, o valor cobrado pelo instrutor de armamento e tiro não poderá exceder R\$ 80,00 (oitenta reais), acrescido do custo da munição.

(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) - § 3o A cobrança de valores superiores aos previstos nos §§ 1o e 2o implicará o descredenciamento do profissional pela Polícia Federal." (NR)

CAPÍTULO IV - DOS CRIMES E DAS PENAS

Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Omissão de cautela

Art. 13. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18(dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrem o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.

Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.

Disparo de arma de fogo

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável.

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou

munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I - suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

II - modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz;

III - possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV - portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V - vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI - produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

Comércio ilegal de arma de fogo

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

Tráfico internacional de arma de fogo

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente:

Pena - reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 19. Nos crimes previstos nos arts. 17 e 18, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

Art. 20. Nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a pena é aumentada da metade se forem praticados por integrante dos órgãos e empresas referidas nos arts. 60, 70 e 80 desta Lei.

Art. 21. Os crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 são insuscetíveis de liberdade provisória. *(Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3112, os ministros do STF declararam a inconstitucionalidade - 02/05/2007)*

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. O Ministério da Justiça poderá celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 23. A classificação legal, técnica e geral, bem como a definição das armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos ou permitidos será disciplinada em ato do Chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do Comando do Exército.

§ 1.º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do

fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta Lei.

§ 2.º Para os órgãos referidos no art. 6.º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei.

§ 3º As armas de fogo fabricadas a partir de 1 (um) ano da data de publicação desta Lei conterão dispositivo intrínseco de segurança e de identificação, gravado no corpo da arma, definido pelo regulamento desta Lei, exclusive para os órgãos previstos no art. 6º.

(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) -
§ 4º As instituições de ensino policial e as guardas municipais referidas nos incisos III e IV do art. 6º e no seu § 6º poderão adquirir insumos e máquinas de recarga de munição para o fim exclusivo de suprimento de suas atividades, mediante autorização concedida nos termos definidos em regulamento." (NR)

Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2.º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores.

Art. 25. Armas de fogo, acessórios ou munições apreendidos serão, após elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, encaminhados pelo juiz competente, quando não mais interessarem à persecução penal, ao Comando do Exército, para destruição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. As armas de fogo apreendidas ou encontradas e que não constituam prova em inquérito policial ou criminal deverão ser encaminhadas, no mesmo prazo, sob pena de responsabilidade, pela autoridade competente para destruição, vedada a cessão para qualquer pessoa ou instituição.

Art. 26. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pelo Comando do Exército.

Art. 27. Caberá ao Comando do Exército autorizar, excepcionalmente, a aquisição de armas de fogo de uso restrito.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às aquisições dos Comandos Militares.

Art. 28. É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II e III do art. 6º desta Lei.

"(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) - Art. 28. É vedado ao menor de vinte e cinco anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II, III, V, VI, VII e X do art. 6º desta Lei." (NR)

(Revogada pela MP Nº 390/18.09.2007) *(Vide MEDIDA PROVISÓRIA Nº 379, DE 28 DE JUNHO DE 2007)* " (Revogada pela LEI Nº 11.579, DE 27 NOVEMBRO DE 2007) "Art. 28. É vedado ao menor de vinte e cinco anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e X do **caput** do art. 6º desta Lei." (NR)

Art. 29. As autorizações de porte de armas de fogo já concedidas expirar-se-ão 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

LEI No 10.884, DE 17 DE JUNHO DE 2004 - Art. 10 O termo inicial dos prazos previstos nos arts. 29, 30 e 32 da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a fluir a partir da publicação do decreto que os regulamentar, não ultrapassando, para ter efeito, a data limite de 23 de junho de 2004.

Parágrafo único. O detentor de autorização com prazo de validade superior a 90 (noventa) dias poderá renová-la, perante a Polícia Federal, nas condições dos arts. 40, 60 e 10 desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação, sem ônus para o requerente.

Art. 30. Os possuidores e proprietários de armas de fogo não registradas deverão, sob pena de responsabilidade penal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei, solicitar o seu registro apresentando nota fiscal de compra ou a comprovação da origem lícita da posse, pelos meios de prova em direito admitidos.

Art. 31. Os possuidores e proprietários de armas de fogo adquiridas regularmente poderão, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e indenização, nos termos do regulamento desta Lei.

Art. 32. Os possuidores e proprietários de armas de fogo não registradas poderão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e, presumindo-se a boa-fé, poderão ser indenizados, nos termos do regulamento desta Lei.

“(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) - Art. 32. Os possuidores e proprietários de armas de fogo poderão entregá-las, espontaneamente, mediante recibo e, presumindo-se de boa fé, poderão ser indenizados.

“(Ver M P Nº 417, DE 31 DE JANEIRO DE 2008) - Parágrafo único. O procedimento de entrega de arma de fogo de que trata o caput será definido em regulamento.” (NR)

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo e no art. 31, as armas recebidas constarão de cadastro específico e, após a elaboração de laudo pericial, serão encaminhadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Comando do Exército para destruição, sendo vedada sua utilização ou reaproveitamento para qualquer fim.

LEI Nº 11.191, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2005 - Art. 1º O termo final do prazo previsto no art. 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, fica prorrogado até 23 de outubro de 2005. (D.O.U. de 11.11.2005)

(Atenção - Redação da LEI Nº 11.118, DE 19 DE MAIO DE 2005) - Art. 3.º Os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, com a redação dada pela Lei nº 10.884, de 17 de junho de 2004, ficam

prorrogados, tendo por termo final o dia 23 de junho de 2005.

LEI No 10.884, DE 17 DE JUNHO DE 2004 - Art. 10
O termo inicial dos prazos previstos nos arts. 29, 30 e 32 da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a fluir a partir da publicação do decreto que os regulamentar, não ultrapassando, para ter efeito, a data limite de 23 de junho de 2004.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo e no art. 31, as armas recebidas constarão de cadastro específico e, após a elaboração de laudo pericial, serão encaminhadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Comando do Exército para destruição, sendo vedada sua utilização ou reaproveitamento para qualquer fim.

Art. 33. Será aplicada multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme especificar o regulamento desta Lei:

I - à empresa de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial ou lacustre que deliberadamente, por qualquer meio, faça, promova, facilite ou permita o transporte de arma ou munição sem a devida autorização ou com inobservância das normas de segurança;

II - à empresa de produção ou comércio de armamentos que realize publicidade para venda, estimulando o uso indiscriminado de armas de fogo, exceto nas publicações especializadas.

Art. 34. Os promotores de eventos em locais fechados, com aglomeração superior a 1000 (um mil) pessoas, adotarão, sob pena de responsabilidade, as providências necessárias para evitar o ingresso de pessoas armadas, ressalvados os eventos garantidos pelo inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.

Parágrafo único. As empresas responsáveis pela prestação dos serviços de transporte internacional e interestadual de passageiros adotarão as providências necessárias para evitar o embarque de passageiros armados.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei. **(A aplicação deste artigo foi rejeitada pelo referendo realizado em 23.10.2005, com 63,94% pela não proibição da venda de armas e munição e 36,06% pela manutenção do artigo).**

§ 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

§ 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 36. É revogada a Lei no 9.437, de 20 de fevereiro de 1997.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos, José Viegas Filho, Marina Silva
D.O.U. de 23.12.2003

Carta ao leitor

Sintonia com os leitores

Além de bater o recorde de cartas enviadas à redação, a reportagem de capa da semana passada conseguiu uma confortável maioria de aprovação entre seus leitores — 59% ficaram a favor da tomada de posição de VEJA contra a proibição da comercialização de armas, enquanto 32% não se convenceram dos argumentos apresentados. Uma maioria ainda mais expressiva dos leitores, independentemente de suas opiniões sobre as armas em si, reafirmou em suas cartas a tese central defendida na reportagem: o referendo é um embuste, uma inutilidade do ponto de vista prático e não deveria sequer ter sido convocado.

Uma nova reportagem sobre o tema publicada na presente edição aprofunda a questão da democracia direta. Ela mostra que os referendos, instrumentos válidos de aferição da vontade popular, são cada vez mais frequentes no mundo atual. Seu sucesso, porém, depende da sabedoria na escolha do tema consultado. Não é o caso da questão do comércio e porte de armas. A reportagem demonstra que as consultas diretas bem-sucedidas foram aquelas que visaram a arbitrar conflitos entre diferentes grupos de interesses na sociedade ou a cancelar reformas constitucionais. Entre mais de 1 500 referendos e plebiscitos estudados pelos repórteres da revista — metade deles feita nos últimos 25 anos —, apenas um era uma consulta sobre o direito do governo de proibir os indivíduos de usar armas. Ele foi realizado no minúsculo principado de Liechtenstein (33 000 habitantes). O governo perdeu.

O NÃO venceu entre os leitores de VEJA

A reportagem de capa de VEJA da semana passada, que trata do referendo sobre a venda de armas, bateu o recorde de manifestação dos leitores. Até quinta-feira, 2 306 mensagens eletrônicas, fax e cartas sobre o assunto tinham chegado à redação — de um total de 5 011.

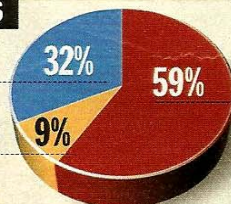
O recorde anterior pertencia à reportagem “O que querem os radicais do PT” (23 de outubro de 2002), que motivou 964 cartas. O quadro abaixo mostra como se dividiram as opiniões dos leitores a respeito da tentativa de desarmar a população por referendo popular



TOTAL: 2 306

SIM
(736)

SÓ COMENTARAM
(209)



NÃO
(1361)

Referendo das armas

Finalmente alguém contestou o truque da pergunta sobre o referendo, cuja frase mal formulada vai induzir milhões de eleitores ao erro. Só poderia partir de VEJA, que orgulhosamente assino e cumprimento pela seriedade e transparência com que esclarece seus leitores. Com a reportagem "Referendo da fumaça" (5 de outubro), VEJA conseguiu elucidar dúvidas e elencar os motivos pelos quais se deve votar NÃO. Assim, presta um serviço à população, que tem o direito de ser orientada por meio da verdade dos fatos, e não de demagogia.

Izabel Avallone
São Paulo, SP

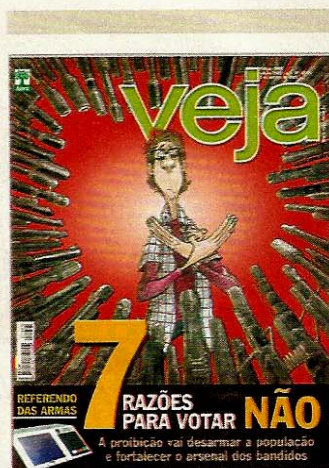
VEJA, pioneira nos grandes debates nacionais e corajosa como sempre, marca sua posição diante da questão do desarmamento. Temos de denunciar mais esse engodo, mal embrulhado até na formulação da pergunta para o referendo. Sob a falácia de contribuir para a redução da criminalidade, fecha-se na verdade o triângulo do crime: vitorioso o SIM, toda a sociedade civil estará exposta como vítima em potencial, dadas a falência do sistema de segurança operado pelo poder público e a progressiva motivação dos facínoras.

Paulo Moraes
Recife, PE

É lamentável que um dos símbolos da vigilância democrática, guardião das instituições e defensora de todas as boas causas nacionais e internacionais, se posicione tão equivocadamente. Embora respeitemos a opinião de VEJA, e dentro do princípio da liberdade de pensamento, acreditamos que de ora em diante refletiremos sete ou mais vezes antes de usar os subsídios da revista nas nossas discussões e na formação de opiniões.

Alceu Luiz Pereira
Araçatuba, SP

Foi com imensa satisfação que li a reportagem de VEJA sobre o referendo que será proximoamente realizado, sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição. Eu já estava estranhando a



"Vou emoldurar essa capa, pois representa o libelo da cidadania contra a máquina opressora do Estado não democrático."

Marcelo Gonçalves Pereira
Nova Friburgo, RJ

ausência dessa revista em tão importante debate. Ao ler o texto, acendeu-se em mim a esperança de que, ao fim de tudo, prevaleça o bom senso.

Mário Ivan
Araújo Bezerra
Militar da reserva
João Pessoa, PB

O autor foi muito feliz, claro e objetivo nas suas teses. Clareou a mente de muitas pessoas. Eu sou professora nos dois níveis de ensino (educação básica — fundamental I e II — e superior, especialista em ensino de história) e levei a reportagem como subsídio para a discussão do assunto em sala de aula. Fiz debate, enquete em quase todas as salas em que leciono, e o NÃO ganhou disparado antes da reportagem — inclusive alguns alunos usaram os mesmos argumentos. Depois da reportagem, a temperatura da discussão elevou-se em 100%.

Maria de Lourdes da Silva
Picos, PI

Leitor assíduo e assinante de VEJA, nesta semana fiquei estarelecido com a capa da revista. No decorrer do tempo VEJA sempre procurou ser uma publicação imparcial em suas matérias e nos temas abordados. Eu esperava que isso se mantivesse com relação ao referendo das armas.

Renato César Bezerra Alves
Fátima do Sul, MS

Necessária a reportagem de VEJA sobre o referendo de 23 de outubro. Estou estudando na Suíça e todos os dias observo a calma e a paz de um país onde praticamente todo cidadão do sexo masculino possui o porte legal de uma arma de fogo. O desarmamento da população brasileira deixará a sociedade ainda mais fragilizada diante dos ataques dos bandidos.

Daniela Pompeu
Berna, Suíça

Poucas vezes tive oportunidade de ler matéria tão lúcida e esclarecedora. Refiro-me às sete razões para votar NÃO no dia 23 de outubro próximo. Desde a forma da pergunta tendenciosa do referendo até as explicações pedagógicas e os comparativos entre países. A cocaína sempre foi

proibida e sempre foi consumida. VEJA mais uma vez está de parabéns em tomar um posicionamento responsável e longe das demagogias globais.

Joselito Tánios Hajjar
Londrina, PR

Na última VEJA, na página 83, onde se fala da proibição da venda de armas na Inglaterra, há uma incorreção que precisa ser retificada: "...calibre superior a 22 mm..." O calibre de armas de fogo nos Estados Unidos é dado em fração decimal de polegada: o calibre .22 significa 22 centésimos de polegada, o que, convertido para milímetros, vai dar: $0,22 \times 25,4 = 5,59$ mm. Quanto à proibição da venda de armas de fogo, sou a favor, já que civil não precisa andar armado. Quanto às armas do mercado negro que caem nas mãos de bandidos, é uma questão policial e deve ser resolvida nesse âmbito.

Tiago Veloso
São José dos Campos, SP

Felizmente, VEJA esclarece todas as dúvidas para o cidadão comum. Não se deve tirar mais um direito do cidadão. O Estado deveria melhorar a segurança nas cidades para que não seja necessária a compra de uma arma para uma pessoa se sentir segura em casa. Afinal, um simples símbolo de paz feito com as mãos não vai impedir um assaltante de usar uma arma contra o cidadão.

Eder Leite
Boa Vista, RR

A revista VEJA mostra sua coragem, independência e visão de futuro. O referendo da mentira vai decidir sobre o comércio legal de armas e munições. E quem vai decidir e impedir o comércio ilegal, que nos deixará, a todos, indefesos diante de bandidos cada vez mais ousados e impunes?

Lutiz Carlos Nogueira
Coronel da Polícia Militar
www.adepom.com.br

A reportagem de capa sobre o referendo mostrou falta de compromisso com a sociedade brasileira. Precisamos de informação e credibilidade dos meios de comunicação para podermos refletir e chegar cada um a sua própria conclusão, e não de respostas "mastigadas" e manipuladoras. O povo não necessita de uma elite pensante para decidir nossos votos. Obrigada pela atenção.

Patrícia Benetti Ikeda
Tupi Paulista, SP

Vi com enorme satisfação a corajosa matéria sobre o absurdo referendo proposto

sa incapacidade de ver pelo menos uma oitava razão que nos permita resolver e lidar com a nossa própria violência.

Francisco Eduardo Gontijo Guimarães
São Carlos, SP

Não é à toa que VEJA é considerada uma das maiores e mais credenciadas revistas do mundo. A coragem, a independência e o compromisso com a verdade afloram como princípios básicos em suas reportagens. Essa atitude de VEJA faz com que até mesmo os leitores mais antigos como eu (sou assinante há mais de quinze anos) se surpreendam (de forma positiva) com seus posicionamentos.

Daniel Ferreira da Rocha
Jaboatão dos Guararapes, PE

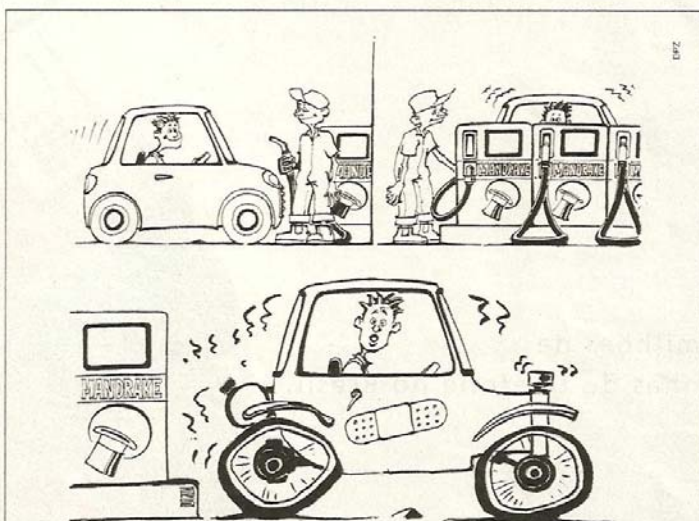
A campanha do SIM conta com a participação de vários artistas. Alguns deles têm um verdadeiro exército particular protegendo-os ou às suas propriedades. Eles estão dispostos a abrir mão da sua segurança particular? Ou são da turma do "façam o que eu mando mas não façam o que eu faço"? Ou seriam ainda cidadãos acima dos demais?

Hermann Wecke
Darwin, NT, Austrália

Fiquei muito decepcionada com a matéria sobre o referendo das armas. Sendo um veículo de imprensa, deveria ter mostrado os dois lados quanto à votação, por que votar SIM e por que votar NÃO. Achei a matéria indutiva e desrespeitosa para com as pessoas que acreditam que devem votar SIM.

Simonne P.X. Provin
Cascavel, PR

Parabéns à revista VEJA por romper o bloqueio de vários veículos de comunicação e realizar uma reportagem bastante clara sobre o desarmamento e o que ele trará de prejuízos ao cidadão. Isso demonstra a independência e a responsabilidade desta revista, que muitas vezes já ajudou nosso país a ter as coisas mais



**NÃO PAGUE ESSE PREÇO PELO COMBUSTÍVEL.
SÓ ABASTEÇA NOS POSTOS PETROBRAS
COM A MARCA DE OLHO NO COMBUSTÍVEL.**

www.br.com.br SAC 0800 78 9001



sobre o comércio de armas e munições. Considero essa iniciativa nada menos do que um crime contra a cidadania, o sagrado direito à defesa da vida, uma imposição a súditos, não a cidadãos.

Embaixador Oscar Soto
Lorenzo Fernandez
Por e-mail

A construção de um mundo melhor dependerá de nossa capacidade de reavaliar e mudar atitudes e condutas que vêm sendo ditadas desde que nos conhecemos por gente. Para isso, precisamos ser livres, e não prisioneiros das armas que nos prendem. A violência é fruto da nos-

CARTAS DE ISTOÉ

evidencia uma elevação do ativo, que saltou de R\$ 4.161.732 para R\$ 4.778.382. A comparação do total de ativos e o valor de recursos contingenciados com o passivo da CP-Trans revela, no final das contas, um saldo positivo de R\$ 32 mil relativo a patrimônio líquido. Em relação às despesas do município com ações de marketing e publicidade, a Secretaria de Controle Interno informa não ter recebido qualquer notificação do Tribunal de Contas do Estado sobre a alegada "investigação" em torno de gastos com serviços do gênero. Também está equivocada a informação de que o TCE "investiga" a reurbanização da rua 16 de Março. A obra, na verdade, já passou por duas inspeções ordinárias do tribunal, sem que o órgão tivesse expedido qualquer determinação ao município. Para registro, informamos que a licitação e a execução da reurbanização da rua 16 de Março foi iniciada antes da aliança firmada com o PTB e concluída duas semanas após este fato se consumir, não havendo, portanto, qualquer relação entre uma coisa e outra. Sobre a renovação das permissões das empresas de ônibus, acordo este homologado pela Justiça, tal providência permitiu que Petrópolis se tornasse uma das poucas cidades brasileiras a oferecer a gratuidade no sistema de transportes coletivos para estudantes do ensino médio da rede pública, motivo de orgulho para a cidade. É válido ainda frisar que Petrópolis – também ao contrário do que considera a reportagem – vive um grande momento de sua história. O turismo responde por 7% do PIB municipal; a rede hoteleira cresceu 57% nos últimos dois anos; de setembro de 2003 até agora, os investimentos privados atingiram o patamar de R\$ 260 milhões graças a uma lei de incentivos fiscais criada pelo prefeito Ru-

bens Bomtempo, reeleito com 53% dos votos no primeiro turno das eleições de 2004 através de uma aliança que reuniu nove partidos. No ano passado, Bomtempo recebeu da Unesco o título de Prefeito Amigo da Criança, e, do Sebrae, o selo de Prefeito Empreendedor; por duas ocasiões, a austeridade do governo municipal mereceu certificado de responsabilidade fiscal do insuspeito Conselho Federal de Contabilidade. A credibilidade do governo pode ser comprovada por iniciativas bem-sucedidas, como o Programa Cesta Básica, de combate à fome, ou o Programa de Saúde da Família, que já atende a quase metade da população da cidade, ou pelo fato de Petrópolis ser a primeira cidade serrana do Brasil a poder contar com o gás natural, entre outras ações. Por tudo isso, Bomtempo situa-se hoje entre os chefes de executivo municipal mais bem avaliados do País. Por fim, a Coordenadoria de Comunicação Social lamenta não ter sido ouvida durante a apuração da matéria, e coloca-se à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

ANA FLORES

Coordenadora de Comunicação Social
Prefeitura de Petrópolis
Petrópolis – RJ

ISTOÉ responde: Em 2003, as demonstrações contábeis da CPTrans registraram prejuízo de R\$ 139 mil. O passivo (dívidas e obrigações a pagar) era de R\$ 3,5 milhões e prejuízos acumulados de R\$ 335 mil. Para o exercício social encerrado em 31/12/2004, as demonstrações contábeis da CPTrans registraram prejuízo de R\$ 412 mil, ou seja, quase três vezes superior ao de 2003. Já o passivo era de R\$ 5,1 milhões (R\$ 1,6 milhão superior ao montante registrado em 2003), com crescimento de 45% em relação ao ano anterior. Em 2004, o passivo a descoberto (dívidas superiores aos bens e direitos) foi de R\$ 300 mil, o que demonstra que a empresa não tem recursos para liquidar seus compromissos. ISTOÉ possui cópia dos processos do TCE 204.688-0/04 que trata dos abusivos contratos de marketing estabelecidos pela Prefeitura de Petrópolis e do 231.351/2004, referente às obras da rua 16 de Março. A revista elogia a gratuidade dos transportes públicos para estudantes, mas volta a frisar que ela foi estabelecida por métodos ilegais, sob a análise do TCE no processo 231.378-2/04.

■ Mara Cristina de Lucia

Gostei muito da entrevista "A ditadura do corpo" (ISTOÉ 1865), com a psicóloga Mara Cristina de Lucia. O danado é que a sociedade contemporânea impõe de maneira categórica e nós não percebemos que por trás

há uma apelo puramente comercial. Hoje, fica difícil o equilíbrio do corpo com a mente, o velho slogan mens sana in corpore sano já não faz sentido.

ISAAC SOARES DE LIMA
Maceió – AL

■ Desarmamento

Gostaria de parabenizá-los pela reportagem, na qual ficam evidentes os dois lados da questão sobre a proibição ao uso de armas pelos civis. O autor demonstra imparcialidade sobre o assunto, qualidade pouco observada em outras revistas. Não acredito que a simples proibição acarretará diminuição da violência, pelo contrário, poderá gerar – como já expôs a revista – mais lucros aos traficantes. Contrariamente à coerção, que apenas onera os gastos do Estado contra as atividades ilegais, sem a resolução real da questão, investimentos, por parte do governo, em melhorias na educação, na formação cultural e intelectual brasileira, com consequente inclusão social, seriam mais interessantes. Entretanto, essa, com certeza, não é a opinião dos políticos – deputados e senadores – que foram eleitos pela ignorância e ingenuidade de grande parte da população. "Duelo nas urnas" (ISTOÉ 1865).

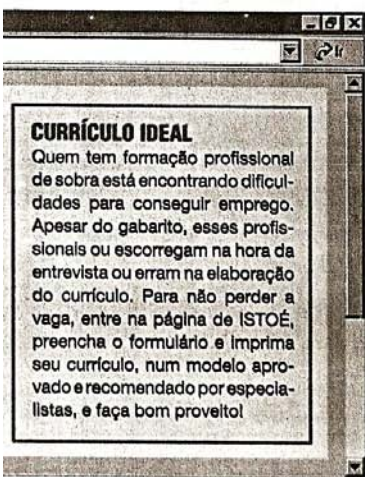
AMANDA CRISTINA BRAGA DE OLIVEIRA
Divinópolis – MG

■ Terrorismo

O islamismo não é só religião. É também cultura. Logo, é insuficiente definir os muçulmanos como sendo, apenas, seguidores do profeta Maomé e devotos a Alá. Mais de um bilhão de pessoas no mundo são muçulmanas. Dentro desse grupo há pessoas das mais variadas índoles. Gente pobre de espírito, generosa, terrorista, pacífica, má, do bem; enfim, portadoras de qualidades que caracterizam os indivíduos em geral. Essas lembranças são especialmente oportunas no momento em que a população de Londres se vê vítima de uma violência cuja autoria é atribuída a grupo terrorista islâmico. O crime ocorrido merece veemente repúdio por parte de todos os que lutam pela paz no mundo. E muitos dos indignados com tanta crueldade são muçulmanos. "À espera do próximo atentado" (ISTOÉ 1865).

IMAD ALI NASSER
São Paulo – SP

Cartas para esta seção, com endereço, número do RG e telefone, devem ser remetidas para: Diretor de Redação, ISTOÉ, Rua William Speers, 1.088, Lapa, São Paulo, CEP 05067-900. FAX: (11) 3618-4324. As cartas poderão ser editadas em razão do seu tamanho ou para facilitar a compreensão.
CORREIO ELETRÔNICO: cartas@istoe.com.br



CURRÍCULO IDEAL
Quem tem formação profissional de sobra está encontrando dificuldades para conseguir emprego. Apesar do gabarito, esses profissionais ou escorregam na hora da entrevista ou erram na elaboração do currículo. Para não perder a vaga, entre na página de ISTOÉ, preencha o formulário e imprima seu currículo, num modelo aprovado e recomendado por especialistas, e faça bom proveito!

Endereço: <http://www.istoe.com.br>

ISTOÉ online

DRAMAS IMAGINÁRIOS?

A gravidez psicológica de Simone, personagem interpretada por Gabriela Duarte, virou atração da novela *América*. Não é à toa que os telespectadores estão interessados no assunto. Muitas vezes a mente pode criar distúrbios físicos que acabam se transformando em hipcondria, síndrome do pânico e até gravidez. Esses problemas psicológicos ocorrem quando as neuroses, comuns a todos os seres humanos, começam a se agravar transformando-se em psicopatias. O stress é um dos



fatores que mais contribuem neste processo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolveu um teste que serve como referência para avaliar suas chances de sofrer desses males. Vá ao site e confira.

HORA DE TRABALHAR

O príncipe William decidiu seguir carreira no banco HSBC. Como ele, outros herdeiros abdicaram dos negócios da família em nome de seus próprios objetivos. Saiba quem são eles no site de ISTOÉ.



DAVIS CHESKINEFE

as pessoas não conseguem ser nem ter e por causa disso o grande objetivo de vida se tornou parecer. É verdade. Estamos vendo diariamente esse tipo de comportamento nas pessoas. Somos marionetes nas mãos de pessoas de baixíssima qualidade mental e moral que nós mesmos colocamos no Congresso. Hoje ser honesto é ser babaca. Se você é um cara certinho, paga suas contas em dia, inclusive o condomínio do lugar onde mora, e deixa de trocar de carro todo ano, aos olhos de muitos você não sabe viver, você é um perfeito idiota.

ABÍLIO CESAR OLIVEIRA PITANGA
Salvador – BA

Excelente entrevista. Não conhecia Shinyashiki, mas tive imensa satisfação em saber o que pensa sobre este grande teatro que é a vida humana. Eu mesmo já fui vítima da minha mania de dizer a verdade quando trabalhei em uma grande estatal. Essa leitura me serviu de alívio, pois veio fortalecer o que sempre desconfiei: estava certo.

EDUARDO GOMES ZANFORLIN
Guarapuava – PR

Meus cumprimentos pela entrevista, em especial pelas declarações do entrevistado, com colocações e afirmações muito inteligentes e cheias de sabedoria. Após essa entrevista, fico com a certeza de que, na realidade, o Brasil necessita de mais Robertos Shinyashikis.

NELSON STADNIK FILHO
Florianópolis – SC

Parabéns pela oportuna e benéfica entrevista com Shinyashiki. É de pessoas com esse pensamento e visão que tanto carece a formação da nossa sociedade. Pretendo partilhar as argumentações com os meus alunos do curso de formação de professores em ciências, pois vejo excelentes contribuições como práticas pedagógicas. Realmente, o mundo precisa de pessoas mais simples e verdadeiras.

BARTOLOMEU A. ARRUDA
Campos dos Goytacazes – RJ

■ Armas

Por que somente referendo sobre as armas? Por que não deixam também para a população o poder de decidir sobre a transposição do rio São Francisco e sobre o destino dos deputados corruptos? Com relação aos deputados, não fomos nós que, infelizmente, os colocamos lá? Outra coisa: se há tanto dinheiro para a transposição, o governo bem que poderia transferir essa verba para a educação, área na qual falta tanto. Seria mais sensato. "Matar ou morrer" (ISTOÉ 1879).

CRISTINA VIEIRA
Belo Horizonte – MG

Quero parabenizar a revista pelas ótimas reportagens sobre o referendo das armas. Fiquei muito orgulhosa e feliz em ver que um meio de comunicação está preocupado em informar e não em tentar influenciar na decisão dos cidadãos. A televisão já cumpre este papel nos bombardeando com suas propagandas.

TATIANE RAMOS MORAES
Brasília – DF

Desarmamento

Não sou assinante desta revista, mas comprei um exemplar na banca e quero, por meio desta, parabenizá-los pela alta qualidade jornalística da matéria sobre desarmamento. Vocês apostaram na inteligência do leitor e não na propaganda barata da "outra" revista de circulação nacional. É do jornalismo que a revista ISTOÉ faz que o Brasil precisa. Parabéns. "Sim? Não? Só você decide" (ISTOÉ 1878).

MARIA APARECIDA ZASSO
Juiz – RS

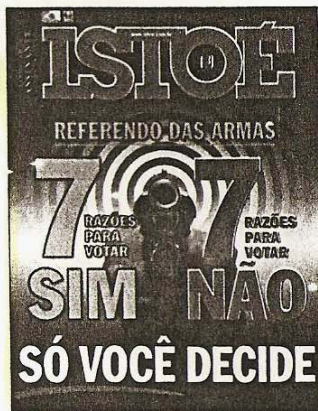
O governo tenta passar para a população a idéia falsa de que para resolver um problema basta uma lei que o proíba. As causas da violência vão muito além da arma de fogo e estão muito mais ligadas à questão social que o governo Lula não resolveu nem vai resolver. É muito mais fácil e barato proibir. A história mostra que proibir não resolve. Apenas para ilustrar, na vigência da Lei Seca nos Estados Unidos, nunca se fabricou e bebeu tanta bebida alcoólica naquele país como naquele período. Aquela lei serviu ainda para aumentar a corrupção e fortalecer economicamente o crime organizado.

GLAUCO JOSÉ CHAGAS
Curitiba – PR

A omissão do Estado na condução da segurança pública fomenta o medo na população, que tenta se defender da maneira que pode. O fato de um cidadão de bem possuir uma arma pode gerar mais segurança ou a lei de talião vai imperar? Nesse mundo cão, as armas também viraram moedas de troca. É uma indústria que se coaduna com o comércio que mais mata: as drogas.

FÁBIO MOREIRA DA SILVA
Belo Horizonte – MG

O desarmamento é apenas uma fase do verdadeiro objetivo: criar facilidades para implantar o marxismo no Brasil. O povo desarmado não terá capacidade de reação. O governo vermelho que tanto nos infelicita está passo a passo pondo em execução o decálogo de Lênin. Com o desarmamento civil o que se pretende é privar a população do seu legítimo direito à autodefesa, um verdadeiro atentado



a um princípio consagrado pela lei natural.

JOSÉ RODRIGUES NETO
Porto Alegre – RS

Eu e milhares de eleitores vamos votar no não. O governo deveria se preocupar com os malfeitores e não com o homem de bem. O dinheiro do evento poderia ser gasto em hospitais e segurança.

CARLOS A. SCHWARZ
Vitória – ES

Parabenizo ISTOÉ pela reportagem esclarecedora a respeito do Referendo das Armas. Como de costume neste país está sendo gasto um dinheiro absurdo para a elaboração do plebiscito e o mais importante – que é esclarecer a população sobre o que significa votar sim ou não – não está sendo feito. As pessoas estão confundindo a legalização do comércio de armas com a liberação do porte de armas. Estão entendendo que dizer não ao referendo implica dar ao cidadão comum o direito de andar armado nas ruas.

POLIANA DEOLINDO
Rio de Janeiro – RJ

Não basta aprovar uma lei e deixar que ela por si só desarme os que são favoráveis ao uso das armas. Para o bem ou para o mal, o referendo coloca um ponto final à polêmica sobre compra e uso de armas pelos cidadãos, e a responsabilidade de fazê-los cumprir com eficiência o que for decidido cabe às autoridades.

PAULO HIRANO
Curitiba – PR

Muito interessante a capa de ISTOÉ sobre o referendo das armas. Penso ser importante apresentar as explicações e dar os elementos para que cada cidadão possa decidir sua opção. Deus nos dotou de livre-arbítrio para exercer a nossa liberdade de pensar. Nessa linha não quero influenciar que o leitor vote sim ou não. Apenas quero registrar que a causa de tanta violência não está no fato de ter ou não uma arma. Temos é que desarmar os pensamentos de violência presentes na mente humana.

ADRIANO MACHADO PEREIRA
Belo Horizonte – MG

Diferente de alguns órgãos que claramente demonstram diariamente em suas

matéria e editoriais sua tendência e posição, ISTOÉ mais uma vez nos presentearia com excelente reportagem sobre o Referendo do desarmamento, na qual, como leitor, pude analisar os prós e os contras. Acho que a imprensa nacional deveria seguir o exemplo tratando o assunto com isenção. Parabéns.

GERALDO NARDI
São Gabriel - ES

A revista deu uma lição de dignidade e imparcialidade, quando se trata de assuntos polêmicos, políticos e de interesse de toda a coletividade. Fez realmente o que deveria se feito. Mostrar os dois lados. Não como a *Veja* que sempre traz reportagens com total parcialidade, como no caso das Sete Razões para Votar Não. Deveria estar defendendo o interesse de alguém.

DEONILDO BRAND
Realeza - PR

Em plena campanha pelo desarmamento, onde se vê a maioria dos artistas globais fazendo campanha pelo sim; a Rede Globo, incoerentemente, exibe uma novela chamada *Bang Bang*. Em todos os capítulos a gente vê armas. Mesmo havendo um contexto faroeste fica implícito o incentivo ao porte de armas de fogo.

ANA CRISTINA FAJARDO
Leopoldina - MG

Parabenizo a ISTOÉ pela aula de ética jornalística ao mostrar de maneira imparcial razões para que o eleitor decida a melhor opção de voto no Referendo das

Armas. Esse é o verdadeiro dever da imprensa: informar e não induzir.

JULIANA GERVAZONI BORDIN
São Paulo - SP

Gostaria apenas de parabenizá-los pela reportagem que no meu ponto de vista foi muito bem elaborada: mostrou os argumentos dos dois lados sem querer impor voto para ninguém.

DANIEL TACIOLI
Itatiba - SP

A campanha que vem sendo veiculada pelos meios de comunicação sobre o Referendo do comércio de armas tem atrapalhado mais do que esclarecido a opinião pública. Não deveria haver plebiscito algum, pois temos coisas bem mais importantes a decidir, até porque tudo vai permanecer como está, ou seja, a violência continuará a imperar em todos os cantos do País, infelizmente. No Brasil de hoje não há política para resolver coisa alguma.

FERNANDO AL-EGYPTO
Petrópolis - RJ

Se houvesse um pouco de seriedade não existiria sete causas a favor do sim nem sete causas a favor do não. Apenas uma seria o suficiente para colocar esta grande nação na visibilidade do eixo mundial: vergonha.

LEVI MEDEIROS DE ARAÚJO
Maceió - AL

■ Garotinho

Apesar dos opositores de Garotinho dizem erradamente que ele é um aventureiro, estamos contando com ele como op-

ção à atual política neoliberal. Com o PMDB Garotinho ganha força e o Brasil poderá elegê-lo e enfim termos um presidente competente e experiente. Com o povo ao lado de Garotinho não haverá Globo, *Veja* nem outras empresas de comunicação proneoliberalismo para impedir-lo de chegar ao planalto. "Serra é o Zé Dirceu do PSDB" (ISTOÉ 1878).

LUCIO EVANDRO S. NOBRE
Fortaleza - CE

Nada como um dia depois do outro, diz o velho ditado. Em outras épocas, a entrevista que Garotinho concedeu a ISTOÉ soaria apenas como fruto do interesse dele na eleição presidencial do ano que vem. Diante dos escabrosos escândalos que se sucedem no jeito petista de governar e com um mínimo de memória do que já vivemos em passado recente, dá para encerrar o presidencialismo do PMDB com outros olhos. Só se espera que ao lado de PT e PSDB que ele iguale, não esteja o próprio PMDB quando chegar ao poder.

OSNY MARTINS
Joinville - SC

■ São Francisco

Conheci frei Luiz no interior da Bahia, quando ainda era criança. Ele visitava constantemente minha cidade, Barreiras, e pregava em missas. Ele, com cerca de 25 anos, deixava a todos estáticos com sua evangelização libertadora. A igreja inundava de gente. Só viajava a pé, mesmo longas distâncias, de Barra para outras cidades do semi-árido baiano. Tinha uma energia e uma força internas sem igual. Apoiou candidaturas de esquerda

DA FUMAÇA

**7 RAZÕES PARA
VOTAR "NÃO"
NA CONSULTA
QUE PRETENDE
DESARMAR A
POPULAÇÃO E
FORTALECER O
CONTRABANDO
DE ARMAS E O
ARSENAL DOS
BANDIDOS**



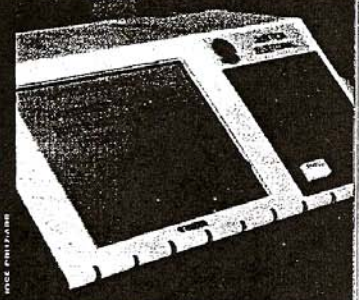
Nas páginas seguintes, VEJA alinha sete razões pelas quais julga correto votar **NÃO** no referendo sobre o comércio de armas de fogo convocado para o próximo dia 23. O voto no referendo é obrigatório, como nas eleições. O Estado brasileiro vai fazer a seguinte pergunta aos cidadãos: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?" VEJA acredita que a atitude que melhor serve aos interesses dos seus leitores e do país é incentivar a rejeição da proposta de proibição. O sucesso de uma consulta popular deriva, antes de mais nada, da correção e da honestidade da questão a ser respondida pelos cidadãos. A pergunta que será feita no referendo das armas é um disparate. Ela ilude o eleitor. É uma trapaça, pois, mesmo que o **SIM** vença por larga margem, "o comércio de armas de fogo e munição" no Brasil vai continuar

Jaime Klintowitz

Metade do sucesso de uma consulta popular vem da correção e seriedade com que a questão é formulada. A pergunta do referendo do dia 23 de outubro é um disparate. Ela reduz um problema social complexo a uma simplória questão comercial

A pergunta do referendo de 23 de outubro poderia ser formulada de modo mais honesto e realista da seguinte maneira:

"O Estado brasileiro pode tirar das pessoas o direito de comprar uma arma de fogo?"



sendo exercido com todo o ímpeto pelo contrabando em nossas porosas fronteiras e pelos eficientes agentes do mercado negro — alimentado em grande parte pelas próprias autoridades policiais encarregadas de desbaratá-lo.

A Suíça, país que praticamente é governado por referendos — já fez 531 desde 1848 —, tem como premissa básica de uma consulta popular que seu resultado seja impositivo. O que isso significa? Significa que não se pode correr o risco de a escolha produzida por meio de um referendo não ter efeito prático imediato, pois nesse caso se está desmoralizando o próprio povo, e não alguns poucos parlamentares eleitos para fazer leis em seu lugar. O povo não pode ser exposto ao ridículo. Por essa razão, os suíços aprendem a não submeter a consultas populares questões cuja efetivação dependa da concordância de outros países, grupos de interesse capazes de tornar o voto popular inócuo. Para funcionar, o referendo da

e pessoas belicosas (os pró-armas). Obviamente, não é nada disso. Nem as pessoas que possam se entusiasmar com o voto SIM na proposta de consulta popular são todas elas exemplos de civilidade e ordem nem os optantes pelo NÃO são brasileiros ávidos por correr às lojas em busca da última Magnum .357 ou de outra arma de fogo. O que torna o referendo das armas um erro em sua essência é justamente fazer pouco da boa-fé dos brasileiros que sofrem com o banditismo. O referendo é um despiste, uma tentativa de mudar de assunto, de desviar a atenção das pessoas do mal que realmente atormenta: o banditismo. Pior ainda. Como uma possível vitória do SIM não terá efeito positivo algum — ao contrário, vai ajudar a aumentar ainda mais o poder de fogo dos bandidos —, as pessoas vão se sentir culpadas pelos crimes que continuarão acontecendo. No campo pessoal, essa angústia foi exemplarmente aliviada pela escritora americana Susan Sontag,

quando tem de se preocupar em fazer perguntas que não provoquem respostas distorcidas do público pesquisado. Uma das regras é que a questão não pode ter palavras com conteúdo emocional forte. Ao juntar "armas" e "proibição", os autores do referendo cometem esse deslize. Como o brasileiro está acostumado a relacionar armas com a criminalidade que assola o país, sua tendência natural é dizer sim à proibição, sem questionar se a medida serve para reduzir a violência.

Ninguém de boa-fé pode ser favorável à venda indiscriminada de armas de fogo. A ideia de um planeta sem armas é uma deliciosa utopia. Ninguém pode também se opor a ela desde que John Lennon pediu que se desse "uma chance à paz". O desastre é que o referendo do dia 23 não será um passo na direção dessa utopia. Se vencer o SIM, ele apenas vai desequilibrar ainda mais o balanço de forças entre as pessoas comuns e os bandidos — a favor dos bandidos. "As



O REFERENDO PODE PROIBIR A VENDA DESTA ARMA...

...MAS NADA PODE FAZER PARA TIRAR ESTE ARSENAL DAS MÃOS DOS BANDIDOS

Os bandidos, como se sabe, são fora-da-lei. Já é ilegal matar, e eles matam. É ilegal roubar, e eles roubam. Se o comércio de armas se tornar ilegal, os bandidos vão continuar fortalecendo seu arsenal no mercado negro como sempre fizeram

proibição do comércio de armas no Brasil precisa da concordância de outros países (que vendem armas ilegalmente aos bandidos brasileiros) e de grupos particulares de interesse (os criminosos e seus asseclas na polícia). Certo como os impostos e a morte, os vendedores ilegais de armas continuarão alimentando o arsenal dos bandidos com equipamentos de destruição cada dia mais poderosos.

Os suíços veteraníssimos dos referendos aprenderam também a não pedir ao povo para votar em questões complexas, que exijam competência técnica e estudos detalhados para saber o que é certo ou errado. Essa lição ajuda a iluminar outro erro estrutural do referendo das armas a ser proposto no Brasil. A pergunta "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?" esconde uma enorme complexidade. Pedir às pessoas que respondam sim ou não a essa pergunta, além de ser inócuo, como se viu, reduz um problema social grave ao que parece ser apenas uma disputa entre pessoas de índole pacífica (os antiarmas)

morta no ano passado. Sontag denunciou a noção cruel então dominante de que o câncer seria uma doença auto-inflingida a que pessoas emocionalmente amargas e ensimesmadas estariam mais propensas.

A maneira como a pergunta do referendo foi formulada é, em si, desonesta. "Se me pedissem para formular a questão do referendo de modo que o resultado fosse favorável ao desarmamento, eu teria feito exatamente a frase que será apresentada aos eleitores", diz José Paulo Hernandez, diretor de pesquisa da Gallup Organiza. Como profissional de uma empresa de pesquisas de mercado, Her-

mazelas da insegurança nacional não decorrem do excesso de armas nas mãos da população, mas de uma polícia, um sistema judicial e prisional ineficientes", diz José Vicente da Silva Filho, ex-secretário nacional de Segurança Pública. Para lutar contra o crime, o Brasil dispõe de meio milhão de homens nas polícias Militar, Civil e Federal. Não é pouca gente. Nas principais cidades brasileiras, a proporção entre policiais e população é semelhante à de Nova York. Os policiais brasileiros estão entre os mais improdutivos do mundo. No tempo gasto por eles para esclarecer um caso, seus colegas americanos desvendam nove e os ingleses resolvem catorze. As várias forças policiais não trabalham em conjunto, não existe um bom sistema de troca de informações criminais entre os estados e é difícil e raro expulsar policiais corruptos das corpo-

**O CRIME ARMADO
ATÉ OS DENTES
Arsenal apreendido
no Rio de Janeiro:
há 8 milhões de
armas nas mãos
de bandidos no país**

ARMAS QUE NÃO MATAM
Loja do Texas: nos Estados Unidos, há quase uma arma por habitante, mas o índice de crimes violentos caiu pela metade nos últimos dez anos



Formas de consulta popular

A Constituição brasileira prevê duas formas de consulta popular de iniciativa do Estado em seu artigo 14. A primeira delas é o plebiscito, em que o eleitor aprova ou não questões decisivas para os rumos do país, como o sistema de governo. A segunda é o referendo, em que o cidadão escolhe entre ratificar e rejeitar uma lei proposta pelo Congresso

QUANDO FORAM USADAS

Plebiscito

1963 – Com 82% dos votos, o presidencialismo substituiu o parlamentarismo, então vigente, como forma de governo

Plebiscito

1993 – Com 66% dos votos, o povo rejeitou a troca da república pela monarquia e, com 55% dos votos, optou pelo presidencialismo em lugar do parlamentarismo

EM QUE RESULTARAM PLEBISCITOS FAMOSOS

- Em 1804, Napoleão foi referendado como imperador da França
- Em 1934, Hitler pôde assumir ao mesmo tempo o cargo de chanceler e o de presidente da Alemanha
- No Chile, em 1988, chegou ao fim a ditadura do general Augusto Pinochet

rações. A Justiça condena poucos criminosos por dois motivos. Primeiro porque está sobrecarregada de processos por causa da escassez de juízes. Segundo porque em geral o trabalho de investigação da polícia é malfeito.

O poder público brasileiro tem uma larga tradição em abster-se de enfrentar os problemas de forma realista e racional para buscar soluções no mundo do faz-de-conta. São planos que prometem “matar o tigre com uma bala só”, como dizia o presidente Fernando Collor de Mello a respeito da inflação. A solução “bala mágica” foi usada várias vezes contra a inflação e nunca deu certo. Só funcionou quando o Plano Real optou pela racionalidade e aceitou a existência de um mundo real do lado de fora dos gabinetes de Brasília. O referendo carece dessa racionalidade. Cria um problema falso (o excesso de armas no Brasil) e uma solução enganosa (acabar com as armas legalizadas) de forma a evitar a questão real (a criminalidade e a ineficiência da política). Em outras palavras, em lugar de enfrentar o problema, finge-se que ele não existe. Pior é que somos reincidentes. Em 1998, para combater o desmatamento na Amazônia, que repercutia negativamente no mundo, em vez de fiscalizar e reprimir as madeireiras ilegais, o governo instituiu o registro das motosserras, que foram equiparadas às armas de fogo. O governo colocou o país para dormir tranqüilo com a medi-

da. Resultado: nos cinco anos seguintes, desmatou-se na região o equivalente a três Bélgicas. No lugar das motosserras, proibidas, os desmatadores passaram a usar tratores em sua faina destrutiva.

O próprio nome da campanha — pelo desarmamento — é enganoso. O título tem apelo popular, mas não traduz com fidelidade o que está sendo proposto. Não se trata de uma consulta sobre o desarmamento, mas a respeito da proibição ou não do comércio de armas. Restrições mais severas quanto a compra, posse e porte de armas já foram adotadas pelo Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 2003 — e não estão em jogo. “Gasta-se um instrumento fundamental da democracia, o referendo, para discutir um tema superado pelo próprio estatuto”, diz Hugo Leal, secretário de Justiça e Direitos do Cidadão do Rio de Janeiro.

Há 2,5 milhões de armas legalmente registradas em mãos de cidadãos comuns. Em termos percentuais, significa que 1,4% dos brasileiros tem uma arma, que pode ser uma espingarda de caça, comprada num estabelecimento comercial devidamente legalizado, e a registrou nos órgãos oficiais. É contra essas pessoas que está sendo brandido o referendo. Na falta de qualquer outra estratégia real, que enfrente o crime e a corrupção policial com persistência, surgiu a solução da democracia direta que fará muito barulho por nada. É mais uma oportunidade perdida.